

André Felipe Cândido da Silva

A **D**iplomacia
cultural
alemã
e o centenário
da Independência
do Brasil
em 1922

André Felipe Cândido da Silva

A **D**iplomacia
cultural
alemã
e o centenário
da Independência
do Brasil
em 1922

| São Paulo | 2023 |



DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

SI586a

Silva, André Felipe Cândido da.

A diplomacia cultural alemã e o centenário da
Independência do Brasil em 1922 / André Felipe Cândido da
Silva. – São Paulo: Pimenta Cultural, 2023.

Livro em PDF

ISBN 978-65-5939-814-0

DOI 10.31560/pimentacultural/2023.98140

1. Relações internacionais. 2. Diplomacia Cultural. 2. Exposição
do Centenário da Independência. 3. Alemanha pós-Primeira
Guerra. 4. Relações Brasil-Alemanha. Silva, André Felipe
Cândido da. II. Título.

CDD: 327

Índice para catálogo sistemático:

I. Relações internacionais.

Jéssica Oliveira - Bibliotecária - CRB-034/2023

ISBN formato impresso (Brochura): 978-65-5939-815-7

Copyright © Pimenta Cultural, alguns direitos reservados.

Copyright do texto © 2023 o autor.

Copyright da edição © 2023 Pimenta Cultural.

Esta obra é licenciada por uma Licença Creative Commons:

Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional - (CC BY-NC-ND 4.0).

Os termos desta licença estão disponíveis em:

[<https://creativecommons.org/licenses/>](https://creativecommons.org/licenses/).

Direitos para esta edição cedidos à Pimenta Cultural.

O conteúdo publicado não representa a posição oficial da Pimenta Cultural.

Direção editorial	Patricia Biegging Raul Inácio Busarello
Editora executiva	Patricia Biegging
Coordenadora editorial	Landressa Rita Schiefelbein
Assistente editorial	Bianca Biegging
Diretor de criação	Raul Inácio Busarello
Assistente de arte	Naiara Von Groll
Edição eletrônica	Andressa Karina Voltolini Potira Manoela de Moraes
Bibliotecária	Jéssica Castro Alves de Oliveira
Imagens da capa	Denamorado - Freepik.com
Tipografias	Acumin, Old English Text MT
Revisão	Miriam Junghanns
Autor	André Felipe Cândido da Silva

PIMENTA CULTURAL

São Paulo • SP
+55 (11) 96766 2200
livro@pimentacultural.com
www.pimentacultural.com



2 0 2 3

CONSELHO EDITORIAL CIENTÍFICO

Doutores e Doutoradas

Adilson Cristiano Habowski

Universidade La Salle, Brasil

Adriana Flávia Neu

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Adriana Regina Vettorazzi Schmitt

Instituto Federal de Santa Catarina, Brasil

Agumario Pimentel Silva

Instituto Federal de Alagoas, Brasil

Alaim Passos Bispo

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Alaim Souza Neto

universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Alessandra Knoll

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Alessandra Regina Müller Germani

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Aline Corso

Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Aline Wendpap Nunes de Siqueira

Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Ana Rosangela Colares Lavand

Universidade Federal do Pará, Brasil

André Gobbo

Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Andressa Wiebusch

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Andreza Regina Lopes da Silva

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Angela Maria Farah

Universidade de São Paulo, Brasil

Anísio Batista Pereira

Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Antonio Edson Alves da Silva

Universidade Estadual do Ceará, Brasil

Antonio Henrique Coutelo de Moraes

Universidade Federal de Rondonópolis, Brasil

Arthur Vianna Ferreira

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Ary Albuquerque Cavalcanti Junior

Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Asterlindo Bandeira de Oliveira Júnior

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Bárbara Amaral da Silva

Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Bernadette Beber

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Bruna Carolina de Lima Siqueira dos Santos

Universidade do Vale do Itajaí, Brasil

Bruno Rafael Silva Nogueira Barbosa

Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Caio Cesar Portella Santos

Instituto Municipal de Ensino Superior de São Manuel, Brasil

Carla Wanessa de Amaral Caffagni

Universidade de São Paulo, Brasil

Carlos Adriano Martins

Universidade Cruzeiro do Sul, Brasil

Carlos Jordan Lapa Alves

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil

Caroline Chioquetta Lorenset

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Cássio Michel dos Santos Camargo

Universidade Federal do Rio Grande do Sul-Faced, Brasil

Christiano Martino Otero Avila

Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Cláudia Samuel Kessler

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Cristiana Barcelos da Silva.

Universidade do Estado de Minas Gerais, Brasil

Cristiane Silva Fontes

Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Daniela Susana Segre Guertzenstein

Universidade de São Paulo, Brasil

Daniele Cristine Rodrigues

Universidade de São Paulo, Brasil

Dayse Centurion da Silva

Universidade Anhanguera, Brasil

Dayse Sampaio Lopes Borges

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil

Diego Pizarro

Instituto Federal de Brasília, Brasil

Dorama de Miranda Carvalho

Escola Superior de Propaganda e Marketing, Brasil

Edson da Silva

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Brasil

Elena Maria Mallmann

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Eleonora das Neves Simões

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Eliane Silva Souza

Universidade do Estado da Bahia, Brasil

Elvira Rodrigues de Santana

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Éverly Pegoraro

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Fábio Santos de Andrade

Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Fabrcia Lopes Pinheiro

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Felipe Henrique Monteiro Oliveira

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Fernando Vieira da Cruz

Universidade Estadual de Campinas, Brasil

Gabriella Eldereti Machado

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Germano Ehlert Pollnow

Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Geymeesson Brito da Silva

Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Giovanna Ofretorio de Oliveira Martin Franchi

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Handherson Leylton Costa Damasceno

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Hebert Elias Lobo Sosa

Universidad de Los Andes, Venezuela

Helciclever Barros da Silva Sales

*Instituto Nacional de Estudos
e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Brasil*

Helena Azevedo Paulo de Almeida

Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Hendy Barbosa Santos

Faculdade de Artes do Paraná, Brasil

Humberto Costa

Universidade Federal do Paraná, Brasil

Igor Alexandre Barcelos Graciano Borges

Universidade de Brasília, Brasil

Inara Antunes Vieira Willerding

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Ivan Farias Barreto

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Jaziel Vasconcelos Dorneles

Universidade de Coimbra, Portugal

Jean Carlos Gonçalves

Universidade Federal do Paraná, Brasil

Jocimara Rodrigues de Sousa

Universidade de São Paulo, Brasil

Joelson Alves Onofre

Universidade Estadual de Santa Cruz, Brasil

Jónata Ferreira de Moura

Universidade São Francisco, Brasil

Jorge Eschriqui Vieira Pinto

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Jorge Luís de Oliveira Pinto Filho

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Juliana de Oliveira Vicentini

Universidade de São Paulo, Brasil

Julierme Sebastião Morais Souza

Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Junior César Ferreira de Castro

Universidade de Brasília, Brasil

Katia Bruginski Mulik

Universidade de São Paulo, Brasil

Laionel Vieira da Silva

Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Leonardo Pinheiro Mozdzenski

Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Lucila Romano Tragtenberg

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Lucimara Rett

Universidade Metodista de São Paulo, Brasil

Manoel Augusto Polastreli Barbosa

Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Marcelo Nicomedes dos Reis Silva Filho

Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Marcio Bernardino Sirino

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Marcos Pereira dos Santos
Universidad Internacional Iberoamericana del Mexico, México

Marcos Uzel Pereira da Silva
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Maria Aparecida da Silva Santandel
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Maria Cristina Giorgi
*Centro Federal de Educação Tecnológica
Celso Suckow da Fonseca, Brasil*

Maria Edith Maroca de Avelar
Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Marina Bezerra da Silva
Instituto Federal do Piauí, Brasil

Michele Marcelo Silva Bortolai
Universidade de São Paulo, Brasil

Mônica Tavares Orsini
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Nara Oliveira Salles
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Neli Maria Mengalli
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Patrícia Biegging
Universidade de São Paulo, Brasil

Patricia Flavia Mota
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Raul Inácio Busarello
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Raymundo Carlos Machado Ferreira Filho
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Roberta Rodrigues Ponciano
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Robson Teles Gomes
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Rodiney Marcelo Braga dos Santos
Universidade Federal de Roraima, Brasil

Rodrigo Amancio de Assis
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Rodrigo Sarruge Molina
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Rogério Rauber
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Rosane de Fatima Antunes Obregon
Universidade Federal do Maranhão, Brasil

Samuel André Pompeo
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Sebastião Silva Soares
Universidade Federal do Tocantins, Brasil

Silmar José Spinardi Franchi
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Simone Alves de Carvalho
Universidade de São Paulo, Brasil

Simoni Urnau Bonfiglio
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Stela Maris Vaucher Farias
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Tadeu João Ribeiro Baptista
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno
Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Taíza da Silva Gama
Universidade de São Paulo, Brasil

Tania Micheline Miorando
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Tarcísio Vanzin
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Tascieli Feltrin
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Tayson Ribeiro Teles
Universidade Federal do Acre, Brasil

Thiago Barbosa Soares
Universidade Federal do Tocantins, Brasil

Thiago Camargo Iwamoto
Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Brasil

Thiago Medeiros Barros
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Tiago Mendes de Oliveira
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Brasil

Vanessa Elisabete Raue Rodrigues
Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Vania Ribas Ulbricht
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Wellington Furtado Ramos
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Wellton da Silva de Fatima
Instituto Federal de Alagoas, Brasil

Yan Masetto Nicolai
Universidade Federal de São Carlos, Brasil

PARECERISTAS E REVISORES(AS) POR PARES

Avaliadores e avaliadoras Ad-Hoc

Alessandra Figueiró Thornton
Universidade Luterana do Brasil, Brasil

Alexandre João Appio
Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Bianka de Abreu Severo
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Carlos Eduardo Damian Leite
Universidade de São Paulo, Brasil

Catarina Prestes de Carvalho
Instituto Federal Sul-Rio-Grandense, Brasil

Elisiene Borges Leal
Universidade Federal do Piauí, Brasil

Elizabeth de Paula Pacheco
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Elton Simomukay
Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Francisco Geová Goveia Silva Júnior
Universidade Potiguar, Brasil

Indiamaris Pereira
Universidade do Vale do Itajaí, Brasil

Jacqueline de Castro Rimá
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Lucimar Romeu Fernandes
Instituto Politécnico de Bragança, Brasil

Marcos de Souza Machado
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Michele de Oliveira Sampaio
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Pedro Augusto Paula do Carmo
Universidade Paulista, Brasil

Samara Castro da Silva
Universidade de Caxias do Sul, Brasil

Thais Karina Souza do Nascimento
Instituto de Ciências das Artes, Brasil

Viviane Gil da Silva Oliveira
Universidade Federal do Amazonas, Brasil

Weyber Rodrigues de Souza
Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Brasil

William Roslindo Paranhos
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Parecer e revisão por pares

Os textos que compõem esta obra foram submetidos para avaliação do Conselho Editorial da Pimenta Cultural, bem como revisados por pares, sendo indicados para a publicação.

SUMÁRIO

Prefácio	10
Apresentação	12
Introdução	15
CAPÍTULO 1	
As ciências, a diplomacia cultural alemã pós-Versalhes e as relações Brasil-Alemanha	36
As relações Brasil-Alemanha pós-Versalhes e a diplomacia cultural	42
CAPÍTULO 2	
A diplomacia alemã e o Centenário da Independência	55
CAPÍTULO 3	
A medicina e a tecnologia alemãs no Brasil do Centenário	66
CAPÍTULO 4	
O “pavilhão impresso” e a homenagem religiosa.....	85
A Exposição de Arte Religiosa Alemã (1923).....	98

CAPÍTULO 5

**Desdobramentos da rivalidade
franco-germânica no Brasil:**

o Instituto Franco-Brasileiro e a Sociedade
dos Amigos da Cultura Germânica..... 107

Considerações finais..... 128

Referências..... 132

PREFÁCIO

A celebração do Bicentenário da Independência em 2022 levou a sociedade brasileira a uma série de questionamentos sobre o que poderia realmente ser festejado. O país recém-saído de uma epidemia que ceifou milhares de vidas também em escala planetária, e envolvido na turbulência das visões emancipadoras e revisionistas surgidas nas últimas décadas, passou a discutir e refletir os impactos do processo histórico de independência da coroa portuguesa na conformação da sociedade brasileira.

Diferentemente dessa reflexão sobre o Estado brasileiro nos seus duzentos anos, o Centenário da Independência, comemorado em 7 de setembro de 1922, foi oficialmente aberto no Brasil com a inauguração de uma portentosa exposição internacional: a “Exposição Internacional do Centenário da Independência” que visava reforçar as relações políticas e econômicas do país com a comunidade internacional. As celebrações, que duraram quase um ano, contaram com a presença de vários países estrangeiros que construíram grandiosos pavilhões especialmente para a ocasião, como a Grã-Bretanha, Estados Unidos, Itália, França, Noruega, Portugal e Japão.

Esse foi um momento especial não somente para o Brasil, mas também para os países recém-saídos de uma guerra que havia ceifado milhares de vidas e esgarçado as relações econômicas, políticas e científicas entre eles. Era o momento de reconstrução e o Brasil era o grande anfitrião. A Alemanha, devido às dificuldades econômicas que enfrentava após o término da Primeira Guerra Mundial, não conseguiu construir o seu próprio pavilhão, participando apenas por uma comissão diplomática. Mas esse era o momento ideal para que os germânicos pudessem restabelecer as parcerias e recuperar a sua posição cultural, científica e econômica no âmbito

latino-americano e internacional. Junto a eles, outros países europeus, em especial a França, disputavam igualmente suas posições de influência científica e cultural do outro lado do Atlântico.

País derrotado, a Alemanha do pós-guerra, além de estar com a economia destrocada, tinha perdido parte de seu território para a França, suas colônias na África, além de sofrer severas sanções impostas pelo Tratado de Versalhes. Nesse cenário tão devastador, a América Latina, tradicionalmente parceiro comercial e científico e com forte presença de imigrantes alemães, oferecia um espaço de reconquista não só econômica, mas também do prestígio cultural.

É nesse contexto que André Felipe Cândido da Silva nos faz imergir na história das relações teuto-brasileiras no período pós-Primeira Guerra Mundial. Nesse espaço festivo das celebrações do Centenário da Independência, o esforço feito pela Alemanha para reconquistar seu papel hegemônico no Brasil é demonstrado por meio de análise densa e bem fundamentada, onde o autor desvenda a rede de relações científicas e culturais e o papel que a diplomacia cultural teve na promoção da ciência e cultura alemã. Pesquisador de grande sensibilidade intelectual, André Felipe nos brinda com uma obra referência para todos aqueles que se dedicam à história das relações científicas e culturais entre a Alemanha e o Brasil.

Magali Romero Sá

Casa de Oswaldo Cruz/Fundação Oswaldo Cruz

APRESENTAÇÃO

A análise que desaguou neste livro surgiu originalmente no processo de elaboração de minha tese de doutorado, realizada no Programa de Pós-graduação em História das Ciências e da Saúde (PPGHCS) da Casa de Oswaldo Cruz – Fiocruz, e defendida em 2011, sobre a trajetória intelectual do microbiologista e patologista Henrique da Rocha Lima (1879-1956). A tese abordou o papel de Rocha Lima na intermediação das relações científicas entre o Brasil e Alemanha desde a primeira ida dele àquele país europeu, em 1901, até a sua morte, em 1956 (Silva, 2011). Conforme descrevo em um dos capítulos, ele esteve no Rio de Janeiro, então capital brasileira em 1922, no momento em que se organizava a Exposição Internacional do Centenário da Independência.

No ano que há pouco passou, de 2022, a comunidade de historiadores dedicou-se a uma série de eventos voltados a refletir sobre o bicentenário da Independência do Brasil. Nós, pesquisadores em história das ciências, da medicina e das doenças da Casa de Oswaldo Cruz, organizamos o seminário internacional “Ciência, saúde e ambiente: independências do Brasil?”, composto de uma sequência de quatro encontros, com conferências e mesas-redondas que debateram diversos aspectos da trajetória brasileira em questões relativas às ciências, à saúde pública e ao meio ambiente.¹ Além disso, coordenamos a produção de quatro documentários relacionados à história e memória dos 200 anos de Independência. Participei, com as colegas pesquisadoras Maria Rachel Góes Gomensoro Fróes da Fonseca, Ana Teresa A. Venancio, Analuce Girão Soares Lima e Ede Conceição Bispo Cerqueira, da elaboração de documentário sobre a Exposição Internacional da Independência do Brasil.

1

Disponíveis no Youtube da Casa de Oswaldo Cruz: <https://www.youtube.com/@casadeoswaldocruz>.

O contexto do bicentenário e de produção desse vídeo estimulou-me a revisitar a documentação que havia coletado durante a produção da tese sobre a participação alemã nas festividades do Centenário da Independência e as rivalidades com os franceses no esforço de conquistar corações e mentes das elites econômicas, políticas e intelectuais brasileiras. Retornei às fontes do Arquivo Político do Ministério das Relações Exteriores (*Politisches Archiv des Auswärtigen Amtes, PAAA*) que havia consultado em Berlim em visitas feitas em 2010, 2012 e 2014.

A quantidade de documentos que tratam da participação alemã no Centenário revelou-se muito superior à que eu havia examinado na tese. Também entrei em contato, desde então, com uma série de trabalhos mais recentes que abordam o fenômeno da diplomacia cultural alemã e o papel das disputas com os franceses nesse domínio. Diante disso, o que havia sido pensado como um artigo a ser submetido a um periódico acadêmico avolumou-se, levando-me a organizar o manuscrito como um pequeno livro que traz uma análise desse tema a partir das fontes documentais coletadas, as quais permanecem, em grande parte, inéditas. Acredito que a obra contribui não só para tornar conhecidas essas fontes, mas também por abordar a história das relações Brasil-Alemanha e o lugar da dimensão cultural nas relações internacionais na primeira metade do século XX.

Agradeço ao Departamento de Pesquisa da Casa de Oswaldo Cruz, chefiado por Dominichi Miranda de Sá, pelo suporte na publicação, ao Programa de Pós-graduação em História das Ciências e da Saúde, onde atuo como professor, e à Casa de Oswaldo Cruz. Agradeço a Magali Romero Sá, vice-diretora de Ensino e Pesquisa da Casa de Oswaldo Cruz, que prefacia este livro, pela parceria generosa que me apresentou à história das relações científicas entre Brasil e Alemanha e a Jaime Larry Benchimol, que me orientou durante o mestrado e doutorado e que muito me ensinou sobre o ofício de historiador. Agradeço às colegas com quem participei na elaboração

do documentário sobre o Centenário da Independência em 1922, cujas trocas contribuíram bastante para a elaboração deste trabalho, e aos demais colegas, amigos, familiares e ao meu parceiro, Felipe, que de forma direta ou indireta ajudaram para que esse trabalho se desenvolvesse. Meus profundos agradecimentos à Miriam Junghanns, pela revisão cuidadosa do manuscrito.

INTRODUÇÃO

Em setembro de 1922, teve início no Rio de Janeiro um dos maiores eventos do Brasil republicano no início do século XX: a Exposição Internacional do Centenário da Independência, inaugurada com toda pompa e circunstância. Um complexo de edifícios foi erigido em extensa área na região central da então capital federal, remodelada para acomodar o evento e apresentar ao mundo a imagem de um país e sua capital sintonizados com os padrões de progresso, civilidade e modernidade então vigentes.

Uma série de intervenções foi realizada na administração do prefeito do Distrito Federal, Carlos Sampaio. O objetivo era tornar o Rio de Janeiro uma cidade “capaz de exalar progresso” (SANT’ANA, 2008, p. 38) e figurar como “apoteose da modernidade (MOTTA, 1992) e paradigma de uma cidade cosmopolita e civilizada. “A cidade maquia suas rugas e feridas e se coloca frente a um espelho que não lhe devolve o reflexo de sua própria feição, mas a imagem de um cenário idealizado a ser exibido quando da abertura das cortinas para o início do espetáculo”, escreve Taís Sant’ana (2008, p. 147), aludindo ao esforço de definir a identidade nacional do Brasil em projeção ao futuro e ressignificação do passado. Para tanto, Carlos Sampaio procedeu ao arrasamento do morro do Castelo, zona que concentrava construções populares e edifícios históricos que eram o certificado de nascimento do Rio de Janeiro, mas considerado pelas elites “sombra gigantesca que lembrava a miséria colonial”, como afirmou a *Revista da Semana* em 1916 (citado em MOTTA, 1992, p. 52). Simbolizava o passado que se queria repensar na efeméride da Independência. Com justificativas de teor higienista, impelida pela razão técnica e fé no progresso representativos da engenharia no período, a administração de Sampaio removeu aquela “verruga monstruosa”

(SCHUSTER, 2014) no rosto da capital que as elites queriam exibir bela, moderna e salubre.

Na ampla região que surgiu onde havia o morro foram instaladas as construções que compuseram o parque da Exposição do Centenário. Na ânsia de renovação e saneamento da área eleita para sediar as comemorações, buscou-se livrar o Rio “das horríveis manchas que ainda lhe ficaram da deprimente máscara antiga” (MOTTA, 1992, p. 64). Entre o antigo Arsenal de Guerra e o novo mercado, nas proximidades do porto, instalaram-se os palácios das festas, dos estados, das Pequenas e das Grandes Indústrias, do Distrito Federal, da Viação e Agricultura, da Caça e Pesca, de Estatística, junto com pavilhões particulares de empresas brasileiras e estrangeiras, restaurantes, bares e um parque de diversões. Dois portais com mais de 30 metros de altura em estilo eclético emolduravam a entrada dos visitantes na porção norte e sul do complexo construído na área da Exposição (BRASIL, 1926; MOTTA, 2022).

A Exposição Internacional do Centenário da Independência inundou as páginas da imprensa da época, com notícias entusiasmadas, propaganda oficial, mas também muitas críticas em um ambiente de turbulência política, econômica, social e cultural. O pacto oligárquico que sustentava a arquitetura política da Primeira República sofria severos questionamentos: a eleição de Arthur Bernardes em março de 1922 provocou descontentamentos, depois de concorrer com o fluminense Nilo Peçanha, que congregava os segmentos da chamada Reação Republicana – um conjunto de oligarquias contrárias à hegemonia política concentrada nas mãos das elites paulistas e mineiras.² O clima de instabilidade se acirrou com a sublevação, em 5 de julho de 1922, de jovens militares do Forte

2 Análise pormenorizada da conjuntura política que marcou o momento das comemorações do centenário encontra-se em Ferreira (2022b). Conforme a autora, “a crise política e a Reação Republicana se constituíram em pano de fundo de todos os eventos e debates que marcaram as comemorações do Centenário da Independência” (p. 29).

de Copacabana, insatisfeitos com os rumos da república. Naquele mesmo ano, foi fundado o Partido Comunista do Brasil. No plano econômico, a recessão da economia global do pós-Primeira Guerra Mundial repercutiu no Brasil, com crise financeira que redundou em carestia de vida e em piores condições de saúde e moradia. Enfim, além das fraturas intraoligárquicas, o Estado republicano teve de enfrentar uma série de questionamentos de uma classe média urbana cada vez mais expressiva e insatisfeita e dos trabalhadores organizados em sindicatos ou em novos partidos bastante críticos à ordem política vigente, como os comunistas e anarquistas. Setores da intelectualidade questionaram os fundamentos políticos em que se assentava a República, mas principalmente as bases ideológicas sobre as quais se construía o ideal de nacionalidade. Como afirma Motta (1992, 2022) houve um “frenesi” entre os intelectuais no decorrer dos anos 1920 em definir a identidade nacional, dedicando-se, para tanto, a “reinterpretar o passado, diagnosticar o presente e projetar o futuro”. Segundo a historiadora, “o grande anseio, diria mesmo a obstinação que animava a intelectualidade nesse momento era conhecer o país, na mesma medida em que crescia a percepção de que se o Brasil tinha território, não se constituía ainda como nação” (MOTTA, 1992, p. 25).

Os grupos que protagonizaram a Semana de Arte Moderna em São Paulo em 1922 contrapuseram-se à Exposição do Centenário, vista como um monumento ao passadismo e artificialidade da *Belle Époque*. Consideraram o evento, a representação de nacionalidade, valores e visão oficial da história que ele comportava como o certificado de elites inseguras de sua própria identidade. Acusaram-nas de negligenciarem os fundamentos autênticos da brasilidade dos quais procuravam manter-se distantes, recorrendo, de forma mimética, ao repertório cultural europeu. A reafirmação da ordem civilizacional da *Belle Époque* por meio da arquitetura material e simbólica do Centenário soava anacrônica e decadente depois de seus ideais terem sido estilhaçados nas trincheiras da Grande Guerra. São Paulo era

encenada como a vanguarda da modernidade, ao mesmo tempo em que estava calcada na tradição, enquanto a capital federal era retratada como sede dos vícios, superficialidade e descaminhos de uma nação obcecada por negar-se a si mesma (SCHUSTER, 2014). “O Rio teria ficado à margem da trajetória da modernização brasileira, que passaria pelos trilhos da ‘locomotiva paulista’”, sintetiza Marly Motta (1992, p. 7-8).

As elites republicanas esforçaram-se por tornar o Centenário da Independência a expressão de uma ordem política, econômica e social, estável, segura e autoconfiante. Com a missão pedagógica de inculcar nos visitantes padrões de civilidade, valores e normas de conduta de uma nação pretensamente unida e coesa, a Exposição Internacional figurou como “uma ilha de harmonia e consenso, rodeada por todos os lados de agitações políticas, crises econômicas, rebeliões regionais, inquietações sociais e controvérsias intelectuais” (TENORIO, 1994, p. 125). Para silenciar os críticos e opositores e aplacar o estado de agitação acirrado com a revolta do Forte de Copacabana, o governo fechou jornais de oposição, decretou estado de sítio, prendeu jornalistas e intimidou oponentes políticos. Para Schuster (2014, p. 12), a comemoração do Centenário “representa um hiato histórico, pois era o último instante de autoconfiança e relativa estabilidade de um sistema político em crise”. Tenório (1994) define 1922 como um “ano paradigmático” de transformações radicais.

O governo de Epitácio Pessoa havia aprovado um crédito especial para a realização das comemorações do Centenário e criou, em 1921, uma comissão executiva para cuidar das festividades. Além de 25 seções que exporiam os avanços do Brasil nos aspectos industrial, social e econômico, estava prevista a realização de uma série de congressos e encontros. A finalidade era certificar ao mundo que o Brasil atingira o tão ansiado estado de progresso e modernidade. Números exibidos em posters, murais, gráficos e diagramas apresentavam as estatísticas que documentariam e evidenciariam aos

visitantes os avanços econômicos, sociais e intelectuais atingidos pelo governo republicano (REZENDE, 2015).

Se a ideia inicial era de uma exposição nacional nos moldes da que havia ocorrido no Rio de Janeiro em 1908 por ocasião do centenário da abertura dos portos, logo o projeto evoluiu para um evento internacional. Tratava-se, segundo Marly Motta (1992, p. 70), de “assegurar a presunção legítima de documentar a nossa perfeita integração ao progresso geral das nações, ou seja, era preciso que os visitantes estrangeiros nos encontrassem com a máscara do século estampada no rosto.” Estados Unidos e Inglaterra já haviam sinalizado o interesse em participar das festividades. Em 1921, outras nações manifestaram disposição em atender ao convite oficial realizado por meio de material de divulgação disponível em vários idiomas:

Dirigimos um vibrante apelo de cooperação a todos os Consulados do Brasil, centros naturalmente indicados para o desenvolvimento da indispensável propaganda no estrangeiro, a fim de que a patriótica comemoração de 1922 se revista de inusitado [*sic*] brilho, como um acontecimento de repercussão universal (citado em SANT’ANA, 2008, p. 53).

Com isso esperava-se fortalecer os intercâmbios comerciais com os demais países, franqueando a estes a possibilidade de divulgar produtos em exposições individuais cujos custos com transporte, acondicionamento e instalação seriam arcados por eles. Por outro lado, havia o objetivo de inserir o Brasil na cartografia internacional do pós-Primeira Guerra para tanto esboçando um projeto nacional apontado para o futuro, tornando o país, “contemporâneo de seu tempo”, sincronizado com o ritmo da história (MOTTA, 1992). Havia ainda o interesse em atrair o capital estrangeiro para financiar projetos de modernização concebidos no âmbito do Estado republicano.

Ao todo quinze países enviaram suas mostras para serem exibidas em pavilhões especialmente construídos para o evento em um novo logradouro batizado de Avenida das Nações, traçado entre

o Arsenal de Guerra (atual Museu Histórico Nacional) e o Palácio Monroe, sede do Senado. Assim, a Exposição do Centenário assumiu perfil semelhante às exposições universais do século XIX – as “vitruíneas do progresso” – sediadas em Paris, Londres e Filadélfia (NEVES, 1986; PESAVENTO, 1997; BARBUY, 1999; HEIZER, 2005).³ Mas diferentemente daquelas exposições, orientadas pelo ideal enciclopédico, a Exposição do Centenário foi marcada pela especialização e pela ênfase no debate de ideias, mais do que na mera exposição de objetos (Motta, 1992). Além disso, a persistência da retórica de competição pacífica advinda das exposições do oitocentos dividiu espaço com uma lógica baseada na rivalidade nacional, representativa, segundo Rezende (2015, p. 170), “das clivagens na experiência de modernidade que marcaram todo o globo durante o período do entreguerras”.

Grande parte dos pavilhões seguiu estilos arquitetônicos relativos a tradições culturais específicas das nações ou fez referências a construções expressivas das identidades daqueles países. Quase todos foram doados ao governo brasileiro, tornando-se sedes de organizações locais depois que a Exposição se encerrou. Muitos trouxeram mão de obra e material próprios para construir e ornamentar os edifícios (SANT’ANA, 2008). Argentina, México, Chile, Japão, Estados Unidos, Grã-Bretanha, Itália, Dinamarca, Suécia, Noruega, Bélgica, Holanda, França, Portugal e Tchecoslováquia ergueram seus pavilhões no centro do Rio. Uma ausência entre os expositores de pronto foi sentida e provocou intrigas: a da Alemanha, país europeu que mantinha relações próximas com o Brasil, apesar das feridas da guerra, e que era o único, além da Espanha, a não exibir um pavilhão nas festividades. Já depois de inaugurada a Exposição, o jornal *Boa Noite* lamentava:

O lábaro da República alemã não figura entre as várias flâmulas que tremulam na cúpula magnífica do Monroe,

nem tampouco nos diferentes outros pavilhões da Exposição (..) A omissão é dessas que nos ferem a todos nós brasileiros. Não se justifica, não se defende, não se explica. Poderia asseverar-se que a Alemanha não se fez representar oficialmente na Exposição Internacional. Outros países, porém, ainda se encontram, nesse particular, em condições iguais às da Germânia, e têm, no entanto, o respectivo pavilhão por sobre as ameias dos palácios do certâmen. A Alemanha não compareceu à Exposição em virtude de causas absolutamente alheias à sua vontade. Essa é que é a nítida realidade das coisas, e nem se poderia admitir a ausência voluntária, num certâmen internacional de semelhante natureza, de um país que atravessa um período de intensíssima reconstrução industrial e mercantil. O que houve de verdadeiro foi, de nossa parte, a persuasão de que o concurso da Alemanha iria, de certo modo, influir para que arrefecessem para conosco os bons intuitos de inúmeras outras nações. Foi um erro, confessemos-lo, de que nos deveríamos penitenciar. Prestando um considerável concurso aos Aliados, o Brasil não formou contra a Alemanha, mas contra instituições e propósitos repelidos pela nossa consciência liberal, propósitos e instituições hoje absolutamente banidos e até renegados daquele país. No nosso coração não se abrigam ódios, e nem mesmo ressaibos de prevenções e antipatias para com o povo alemão, prodigiosamente produtivo, ordeiro e capaz das extraordinárias realizações de que tem dado provas variadíssimas, e, o que é ainda mais notável – cheio todo ele da maior boa vontade para com o Brasil. Que fique nestas linhas consignada a nossa estranheza por semelhante fato. Em a formulando, alimentamos a absoluta convicção de interpretarmos os sentimentos de uma grande quantidade de patrícios que conosco deploram uma tão lamentável omissão (A AUSÊNCIA DA ALLEMANHA, 11 set. 1920).

Tal ausência tornou-se ainda mais inusitada no contraste com a forte presença da França, que instalou em um pavilhão no cais do porto maquinários altamente avançados da grande indústria, além de um pavilhão de honra na Avenida nas Nações, inspirado no *Petit*

Trianon. O edifício expôs coleções de estátuas, tapeçarias, objetos de arte, antiguidades e peças raras representativas da alta cultura francesa. Mais de cinco milhões de francos foram gastos pelo governo francês na participação das festividades. Como afirma Sant'ana (2008, p. 83), "o governo francês veio à exposição veementemente disposto a promover a França como país moderno, calcado, porém, sobre forte tradição". O próprio prefeito do Rio, Carlos Sampaio, inaugurou o Pavilhão Francês, com discurso que evidenciou as motivações relacionadas às comemorações do Centenário: "demonstrar ao mundo civilizado que nós éramos dignos da simpatia que nos dispensáveis e da gentileza e dos sacrifícios que vós outros fazeis para simultaneamente vir aqui nos saudar por ocasião da nossa comemoração" (citado em SANT'ANA, 2008, p. 83). A delegação francesa chegou no início de setembro de 1922, chefiada pelo embaixador Alexandre R. Couty, que vinha acompanhado de intelectuais e políticos, um indicativo de que a presença da França nas comemorações do Centenário extrapolava as motivações estritamente diplomáticas (SÁ E VIANA, 2010).

Por que a Alemanha não teve um pavilhão na Avenida das Nações, redarguiram os jornais? Devido à severa crise econômica que o país atravessava desde o fim da guerra e acirrada com as reparações de guerra impostas pelo Tratado de Paz e pela política financeira da República Weimar? Teria sido vetada pela Comissão Executiva encarregada de selecionar as diversas propostas enviadas pelas representações estrangeiras? Fosse esse o caso, tê-lo-ia feito devido a "pressões de terceiros", como especulou a imprensa? (DIVERSAS NOTÍCIAS, 25 abr. 1922). As "pressões de terceiros" insinuavam o papel da diplomacia dos demais países, que aproveitavam a ocasião da comemoração para fortalecer os laços com o Brasil e disputavam nichos de influência cultural, política e econômica com a Alemanha. Entre eles, sobressaía o arquirrival dos alemães, que havia combatido contra eles nas trincheiras da "Grande Guerra" – os franceses. A rivalidade perpetuou-se com o Tratado de Paz, assinado

em Versalhes em 1919, e estendeu-se pelos anos subsequentes até desaguar em novo conflito, de proporções ainda maiores, vinte anos depois. É possível falar como Eric Hobsbawm (1995) em “Guerra dos Trinta Anos” mais do que de duas guerras mundiais, pois as hostilidades prosseguiram no terreno diplomático, econômico e cultural. O “armistício intelectual” mostrar-se-ia mais “lento e laborioso” que o político, com cientistas e intelectuais muito mais relutantes que seus governos em adotar gestos de reconciliação (SCHROEDER-GUDEHUS, 1978).

O objetivo deste trabalho é analisar as estratégias desenvolvidas pela diplomacia cultural germânica para assegurar a presença alemã nas festividades do Centenário da Independência do Brasil em 1922-1923, circunstanciando este episódio no quadro das relações entre o Brasil e a Alemanha no período e das disputas que este país europeu travou com a França por espaços de intercâmbio científico e intelectual como forma de mitigar o isolamento internacional e as restrições impostas pelo Tratado de Versalhes. Argumento que a compreensão da atuação da diplomacia cultural alemã no Brasil e nos demais países em que se fez presente no pós-Primeira Guerra requer um olhar sobre as disputas com o rival do outro lado do Reno. Essa competição é fundamental para o entendimento do modo como se estruturou a diplomacia cultural germânica e as estratégias por ela desenvolvidas no sentido de fortalecer os laços culturais com o exterior, fomentar as relações acadêmico-científicas e abrir caminho para o comércio e a indústria. Nesse sentido, defendo que as relações culturais do Brasil com o exterior no século XX não se restringem ao quadro das relações bilaterais, mas devem ser analisadas como fenômeno transnacional (TRÖMMLER, 2014), que requer a integração de outros circuitos que contribuíram para a modelação dessas trocas em suas diversas escalas, na linha do argumento desenvolvido por Elisabeth Piller (2021) na análise das relações da Alemanha com os Estados Unidos. Também no caso do Brasil, “a influência da competição francesa na intensidade, métodos e objetivos da diplomacia

cultural alemã não tem sido avaliada de forma sistemática” (PILLER, 2021, P. 250). Procuo sustentar neste trabalho que a maneira como os alemães buscaram participar das festividades do Centenário da Independência em 1922 não só ilustra o papel das rivalidades com os franceses na elaboração de suas estratégias, mas também expressa as particularidades das conexões com o Brasil. Ao invés de apostar nos saberes ligados às humanidades e às artes – campos identificados com a alta cultura e o beletismo – os alemães centraram seus esforços na medicina, nas ciências naturais e na força de sua indústria químico-farmacêutica. Com isso, é possível ver que, apesar de procurar emular o perfil de atuação da diplomacia cultural francesa, os alemães promoveram nas relações com o estrangeiro a perspectiva da ciência como instrumento capaz de compensar a perda de poder político e militar acarretada pela derrota na guerra e com as cláusulas restritivas do Tratado de Paz – a ciência como *Machtersatz* – substituta ou “compensadora” de poder (FORMAN, 1973). Além disso, procuraram ajustar tais estratégias às demandas e interesses dos brasileiros, que menos que alvos inertes desses movimentos, foram atores que procuraram ativamente se favorecer das janelas de oportunidades que eles abriram. Na tentativa de estreitar os laços culturais com o Brasil, os alemães tiveram de enfrentar as feridas ainda abertas da Primeira Guerra, quando houve ruptura diplomática, sendo o Brasil o único país sul-americano que declarou guerra à Alemanha. Além disso, os mais de 400 mil alemães e teuto-brasileiros que viviam em território brasileiro à época foram alvo de represálias, turbas violentas, ataques às suas instituições, cerceamentos a seus veículos de comunicação e de expressão cultural no espaço público (LUEBKE, 1987).

A historiografia sobre a Exposição do Centenário em geral explora o lugar que as festividades ocuparam no debate dos anos 1920 sobre a identidade nacional e a posição do Brasil na modernidade (MOTTA, 1992; SANT’ANA, 2008; SCHUSTER, 2014; REZENDE, 2015; BOCKETTI, 2022; FERREIRA, 2022a); o papel das ciências

e da técnica no evento (Lopes, 2010; Santos, 2010); o impacto das transformações operadas no Rio de Janeiro na fisionomia urbana da cidade (LEVY, 2010), além das decorrências culturais para domínios como o cinema e a arquitetura (MORETTIN, 2007; LEVY, 2010; RIBEIRO, 2014), a música (FONSECA, 2017) e a pintura (VINCENTIS, 2015). Meneses (2000) compara como Argentina, Chile, Colômbia e Brasil comemoraram os cem anos de autonomia política. Enquanto Argentina e Chile buscaram se projetar como potências do Cone Sul, a Colômbia afirmou-se na hispanidade e na força simbólica do panteão de heróis da nacionalidade. No Brasil, conforme Meneses (2000), procurou-se fortalecer o papel do Rio de Janeiro como centro de poder do Estado nacional e estimular o nacionalismo do ponto de vista material e simbólico, ao mesmo tempo se apresentando aos europeus e norte-americanos como país moderno. Wadsworth e Marko (2001) analisam as concepções de infância que circularam em eventos ligados à Exposição do Centenário e como elas foram atreladas à construção da imagem de uma nação moderna e civilizada, cujo passado, presente e futuro associaram-se ao bem-estar das crianças. Lima (2021) examina como o sertão semiárido e as populações sertanejas foram representados na Exposição do Centenário, analisando o papel que tal representação desempenhou na política doméstica e externa de Epitácio Pessoa. Segundo Lima (2021), as áreas de atuação da Inspeção Federal de Obras Contra as Secas compuseram o imaginário de nacionalidade que se pretendeu reforçar com o Centenário por comportarem o ideal de modernização do Estado brasileiro, baseado na integração simbólica e material daquelas regiões e na atração de investimentos estrangeiros. Em trabalho recente, Bocketti (2022) argumenta que as festividades do Centenário foram “ritos de identidade” em que se testaram lealdades e onde os participantes encenaram suas compreensões de nacionalidade e cidadania, atualizando as fronteiras de pertencimento e exclusão.

Os trabalhos que investigam as motivações e repercussões da participação estrangeira nas comemorações do Centenário

abordam os casos do México (TENORIO, 1994), Portugal (MOTTA, 2014) e França (LESSA, 2001; SÁ E VIANA, 2010). Atique (2011) estuda a participação dos Estados Unidos, com foco nos intercâmbios na arquitetura. Em trabalho sobre a política externa do Brasil nos anos 1920, Eugênio Garcia (2006) destaca a Exposição do Centenário como ocasião representativa da ambição do país de se projetar como um ator relevante no cenário internacional e de promover o desenvolvimento nacional com base no capital estrangeiro. Para isso, manteve-se próximo tanto dos Estados Unidos quanto da Europa.

Por ocasião do bicentenário da Independência, em 2022, as comemorações do Centenário realizadas cem anos atrás tornaram-se objeto de escrutínio de historiadores interessados em analisar as representações do passado, angústias do presente e projeções de futuro que marcaram as comemorações em um momento turbulento da história da República. Obra coordenada por Marieta de Moraes Ferreira (2022a) reúne conjunto de trabalhos que investigam o contexto do Centenário da Independência em 1922 do ponto de vista da conjuntura política (FERREIRA, 2022b); dos debates sobre o passado, a identidade nacional e as ações de memória ligadas ao processo de independência (MOTTA, 2022; OLIVEIRA, 2022); a questão nacional e os desenvolvimentos ocorridos nas ciências, na educação e na saúde pública (KROPF E SÁ, 2022; VIDEIRA, 2022; BOMENY, 2022; HOCHMAN, 2022); a perspectiva de gênero nas comemorações (MELO E THOMÉ, 2022); o papel de articulistas negros e da questão racial na reflexão sobre a nação no contexto do modernismo e de instabilidade política (GOMES, 2022); o impacto da tecnologia da fonografia e o entusiasmo e ansiedades provocados pela modernidade tecnológica (OLIVEIRA, 2022). Na apresentação da obra, Ferreira (2022a) destaca alguns pontos de convergência entre as festividades do centenário e as do bicentenário: “uma sucessão presidencial marcada por uma crise política e forte polarização, o temor das notícias falsas, a busca de sustentação militar, os efeitos

das pandemias e as lutas permanentes pela saúde, educação e combate às desigualdades”.

A historiografia é praticamente unânime em afirmar como o Centenário da Independência e a Exposição Internacional organizada para comemorá-lo foram pautados pelos ideais de civilidade, progresso e modernidade. Correspondeu ao esforço de definição do que seria a identidade nacional no Brasil em um momento em que os setores letrados buscavam ansiosamente responder ao que de fato significava ser brasileiro. Como mostra essa historiografia, o Centenário da Independência atuou como vitrina capaz de apresentar ao mundo os avanços que o Brasil havia obtido nos diversos setores econômicos, como agricultura, comércio e indústria; e sociais, como higiene. Também correspondeu à finalidade de exibir os recursos naturais do país, ratificando o potencial de intensificar o intercâmbio comercial com o exterior sem recorrer à ideia de exótico. Diante disso, a participação dos tradicionais parceiros comerciais como Inglaterra, Estados Unidos e França foi fundamental, mas também da Alemanha, com quem mantivera densas relações mercantis antes mesmo da Independência.⁴ Porém, concentro-me aqui nos interesses que motivaram os alemães a se esforçarem por participar de alguma forma das comemorações. Entre as várias dimensões que compuseram as relações entre Brasil e Alemanha nas primeiras décadas do século XX – no plano diplomático, econômico, da política imigratória etc. – focalizo a dimensão cultural, reconhecida pela historiografia como uma face importante das relações internacionais (LESSA E SUPPO, 2012; ARNDT, 2005; DAVID-FOX, 2011; GIENOW-HECHT E DONFRIED, 2010). No entanto, a instrumentalização das relações culturais, que passou pelo fomento dos intercâmbios no campo das artes, da educação e das ciências, não ocorreu de forma isolada dos demais interesses que compuseram as relações bilaterais.

4

Refiro-me aqui a Alemanha de uma forma livre, já que como Estado nacional passou a existir somente a partir de 1871. Entende-se Alemanha aqui como o “mundo germânico”.

O estudo da diplomacia cultural como fenômeno histórico tem crescido na historiografia, tanto na história diplomática quanto na história transnacional e global. Parte significativa dessa historiografia concentra-se no caso dos Estados Unidos e da Guerra Fria, período em que a diplomacia cultural ganhou uma escala sem precedentes em termos de investimento financeiro e significado político. Porém, a configuração da diplomacia cultural em suas feições modernas é reconhecida como processo que ocorreu na Europa do entreguerras (ARNDT, 2005; DAVID-FOX, 2011; MARTIN E PILLER, 2021), estimulada pela experiência da guerra total e pelo reconhecimento do papel da propaganda nos esforços bélicos. Entre 1919 e 1939, praticamente todas as chancelarias na Europa passaram a contar com departamentos dedicados à diplomacia cultural ao mesmo tempo em que estabeleceram ou expandiram o escopo internacional de instituições, oficiais ou semi-oficiais, encarregadas de promover a língua e cultura nacionais, como o Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico (Deutscher Akademischer Austauschdienst - DAAD), a Aliança Francesa, o British Council ou a Sociedade Dante Alighieri. Também é nesse período que tomaram forma e se intensificaram ações que hoje reconhecemos como relativas à diplomacia cultural, como intercâmbios de estudantes e acadêmicos, promoção do ensino do idioma no exterior, organização de mostras, exposições, festivais, difusão de livros e escritos etc. Tais iniciativas passaram a ser planejadas em maior escala com participação cada vez mais ativa de autoridades do Estado, tanto em governos democráticos, quanto ditatoriais, tornando-se, assim, mais profissionais e institucionalizadas (MARTIN E PILLER, 2021, p. 150-151). Conforme argumentam Martin e Piller (2021), pessoas envolvidas na formulação de políticas, diplomatas, intelectuais, líderes culturais, religiosos, acadêmicos, passaram a debater e implementar formas novas de articular os universos das ciências, das artes, da literatura, da educação e do turismo com o esforço de atingir objetivos de política externa. Segundo os autores, por meio dessas alianças buscou-se gerir as relações culturais internacionais como uma forma de alcançar

finalidades muitas vezes contraditórias, como reconquistar legitimidade, influência política, acesso a mercados; ou para restabelecer hegemonias regionais, rever acordos internacionais, disseminar ideologias ou deter a difusão de ideologias rivais.

Não há uma definição única, incontestada, de diplomacia cultural. É considerado um dos termos mais controversos e polissêmicos nas relações internacionais e na história diplomática. A dificuldade em definir a diplomacia cultural tem a ver com o fato de que, ao contrário de outros ramos da diplomacia, como afirmam Gienow-Hecht e Donfried (2010), a participação de atores não estatais como artistas, professores, estudantes, cientistas etc. nas atividades diplomáticas embaralha os alvos, objetivos, diretrizes e interesses do próprio Estado. Tais atores comportam agendas e interesses próprios que nem sempre coincidem ou se sobrepõem ao programa do qual participam.

A diplomacia cultural alinha-se a uma série de outras categorias relativas a abordagens da diplomacia no campo das ideias e da cultura, como *“soft power”*, propaganda e diplomacia pública (GOFF, 2013). Em termos muito amplos, é compreendida como o cultivo de relações culturais internacionais em favor de interesses nacionais. Michael David-Fox (2011, p. 14) a define como *“a inclusão sistemática da dimensão cultural às relações internacionais”*.

Para Patricia Goff (2013, p. 420), a diplomacia cultural pode ser entendida como:

uma prática diplomática de governos, realizada em apoio a objetivos de política externa de um governo ou de sua diplomacia (ou ambos), geralmente envolvendo direta ou indiretamente o ministério das relações exteriores, bem como uma ampla gama de manifestações da cultura do Estado que o governo representa, direcionada tanto a uma população mais ampla quanto às elites.

Do ponto de vista histórico, convém adotar uma perspectiva mais empírica segundo a qual a diplomacia cultural “refere-se a atividades dirigidas pelo Estado ou por atores não estatais designados para avançar agendas nacionais ou ideológicas, bem como promover a compreensão internacional” (MARTIN E PILLER, 2021, p. 155). Para Akyra Iriye (1997), a promoção da “compreensão internacional” foi uma motivação que marcou o internacionalismo cultural, tema do seu estudo, mais do que a diplomacia cultural, que para ele é a instrumentalização pragmática das relações culturais com a finalidade de amplificar o poder dos Estados nacionais. Porém, em termos concretos essas duas dimensões se mesclaram mais do que se distinguiram de forma clara. Os interesses que movem os atores históricos não são unilaterais. A retórica e a convicção do internacionalismo impulsionaram muitos dos que protagonizaram a diplomacia cultural, ao mesmo tempo em que houve a manipulação deliberada do internacionalismo, como prática e valor, para a legitimação e avanço de propósitos nacionalistas (FORMAN, 1973; CRAWFORD, 1992).

Arndt (2005) individualiza a diplomacia cultural dentro do campo mais amplo das relações culturais, que ocorrem de forma espontânea e orgânica, sem necessariamente envolver a intervenção de órgãos estatais. Se as relações culturais se identificaram com encontros culturais que extravasam fronteiras, a diplomacia cultural “só tem lugar quando diplomatas formais, servindo a governos nacionais, tentam modelar e canalizar esse fluxo natural para o avanço de interesses nacionais” (ARNDT, 2005, p. xviii).

Em introdução de número especial da revista *Contemporary European History* sobre a diplomacia cultural na Europa, Martin e Piller (2021) defendem uma perspectiva suficientemente abrangente a ponto de capturar uma série de práticas, eventos e processos fugidios que ocorreram no entreguerras e que podemos reconhecer como pertinentes ao que hoje chamamos de diplomacia cultural. Em muitos casos, esse termo não foi empregado pelos atores históricos empenhados em utilizar as relações culturais para o avanço de

agendas nacionais perseguidas pela diplomacia. A documentação consultada para este trabalho, por exemplo, utiliza as expressões “política cultural externa” (*auswärtige Kulturpolitik*) ou propaganda cultural (*Kulturpropaganda*) como termos mais ou menos intercambiáveis. Isso deveu-se ao fato de que, para muitos, a política cultural externa realizada depois da Primeira Guerra era, em grande medida, a mera continuação dos esforços de propaganda de guerra, mas com a utilização de outras ferramentas. Seções que surgiram no âmbito da reforma do Ministério das Relações Exteriores alemão, de 1920, na qual houve a criação de um departamento especificamente dedicado à política cultural, haviam sido divisões implicadas na propaganda de guerra (WULF, 2013). Segundo Rinke (1996, p. 420), a propaganda de guerra foi uma herança da qual a política externa só pôde se libertar aos poucos. Ele argumenta que a política cultural direcionada à América Latina foi orientada pelo conceito de propaganda. Gradualmente, a reforma na chancelaria, com a criação da Divisão Cultural em 1920, permitiu a realização de uma política cultural menos impregnada das noções advindas da propaganda (p. 421). Depois de 1919, os próprios oficiais em Berlim tiveram reservas no uso do termo “*Propaganda*” (WULF, 2013), que no idioma alemão denota necessariamente propaganda de teor político, distinta de “*Werbung*”, que significa propaganda no sentido amplo que empregamos, de divulgação de produtos comerciais, com conotação de publicidade.⁵

Apesar do predomínio da literatura que focaliza os Estados Unidos e a Guerra Fria, têm crescido os estudos que abordam a diplomacia cultural no período anterior e posterior à Primeira Guerra.

5 Um dos principais estudiosos da diplomacia cultural alemã, responsável por trabalho pioneiro nos anos 1970, Kurt Düwell (1976) emprega a expressão propaganda cultural para designar a promoção internacional da cultura de um país feita de forma sistemática, com o propósito de avançar os interesses de expansão de poder da nação, com pouca abertura para aceitar os países-alvo como parceiros de mesma envergadura e, portanto, passíveis de uma efetiva cooperação. Nessa acepção ampla de propaganda, muitas ações de diplomacia cultural seriam enquadradas como propaganda, já que na grande maioria dos casos, sobretudo no entreguerras, o objetivo maior foi persuadir os parceiros estrangeiros da superioridade da própria cultura, mais do que efetivamente promover um diálogo simétrico ou estabelecer trocas culturais de fato.

Como já mencionado, a guerra impactou profundamente o fenômeno da diplomacia cultural, pelo reconhecimento da importância da propaganda feita pelos beligerantes para promoverem sua imagem entre o público doméstico e internacional, mas também pela intensa mobilização dos acadêmicos e intelectuais nesse esforço. O mundo erudito aliou-se com entusiasmo às instâncias oficiais para defender suas respectivas nações. O “Manifesto dos 93” assinado por grandes expoentes da ciência alemã expressou muito bem isso. Este trabalho alinha-se a essa safra de estudos que abordam a diplomacia cultural no período do entreguerras e, entre esses, às análises que tratam do caso alemão. Tais trabalhos mencionam o papel de instituições e agências privadas e oficiais na configuração da diplomacia cultural germânica e sublinham a estruturação dessa política na chancelaria alemã, seus pressupostos e interesses (DÜWELL, 1976; LAITENBERGER, 1976; WULF, 1994; RINKE, 1996; MICHELS, 2005; SILVA, 2011; MUÑOZ, 2018; PILLER, 2021; WINDSOR, 2021). Muito embora não se concentre no caso da diplomacia cultural, o amplo inventário de Stefan Rinke (1996) sobre as relações da Alemanha com a América Latina na República de Weimar dedica uma parte inteira de sua obra a essa “nova abordagem” da diplomacia germânica.

Martin e Piller (2021) defendem que a Europa do entreguerras foi um laboratório de experimentação de novas “ferramentas culturais” na política internacional. Como laboratório, ocorreram fracassos, mas as concepções e práticas que emergiram naquele período, argumentam os autores, modelaram a diplomacia cultural tal como é conhecida hoje. Assim, a compreensão da constituição da diplomacia cultural como fenômeno histórico, segundo eles, requer uma perspectiva transnacional que analise a Europa como um todo entre 1919 e 1939. Concordo com o argumento em linhas gerais, mas considero que ele é limitado em seu escopo pelo eurocentrismo. Defender que a Europa do entreguerras é o berço e laboratório da diplomacia cultural como fenômeno histórico moderno, mesmo que nos termos de “uma multiplicidade de experimentos na ampla área do que veio

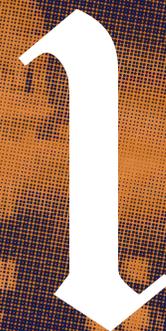
a ser chamado de diplomacia cultural” (MARTIN E PILLER, 2021, p. 154), significa conceber os países-alvo das políticas externas como receptáculos passivos das estratégias e abordagens elaboradas nas instituições europeias. Como se as negociações, conflitos, encontros e desencontros, sucessos e também fracassos, assistidos na complexa arena de interações no ambiente extraeuropeu não tivessem desempenhado nenhum papel na estruturação daquele fenômeno. E é nesse sentido que acredito que os estudos que focalizam o Brasil e os demais países da América Latina podem contribuir para a compreensão da diplomacia cultural como processo efetivamente global. Se, como defendem Martin e Piller (2021, p. 157), é necessária “uma ênfase na construção das relações mais do que na projeção ou propaganda como vias de mão única, com atenção a uma ampla gama de intercâmbios e atividades ‘culturais’”; ao papel dos atores não estatais e às articulações complexas entre cultura e poder, o olhar sobre as “zonas de contato” e de negociação das políticas europeias em cenários não europeus torna-se bastante relevante para abordar a diplomacia cultural em toda a sua complexidade e amplitude.

Desse ponto de vista, argumento que a Exposição Internacional do Centenário da Independência atuou como um teatro em que a França e a Alemanha, ao lado de outros países, testaram e encenaram suas abordagens e estratégias de diplomacia cultural em um momento em que eventos daquele tipo encorajaram as rivalidades, principalmente entre os países que haviam se enfrentado na guerra. Veremos que as disputas entre os dois países foram estruturantes para a elaboração das ações de homenagem ao Brasil pela efeméride. Ao mesmo tempo, os esforços de diplomacia cultural tiveram que se modelar às demandas, sensibilidades e arranjos da sociedade brasileira; basicamente, das elites letradas para as quais tais esforços foram direcionados. Além dos ressentimentos de guerra ainda acesos, potencializados pela presença expressiva de alemães e seus descendentes no território brasileiro, as políticas culturais da França e da Alemanha lidaram com um país que buscava ativamente

um espaço no cenário geopolítico mundial, participando e exigindo representatividade tanto nos tratados de paz quanto na recém-criada Sociedade das Nações.

No primeiro capítulo, apresento a estruturação da diplomacia cultural como abordagem da política externa alemã após o Tratado de Versalhes e as circunstâncias que fizeram com que focalizassem na medicina e nas ciências naturais na aproximação dos dois países por meio dos intercâmbios culturais. Sublinho o papel da diplomacia cultural francesa e das rivalidades com a Alemanha na modelação da abordagem germânica. Em seguida, descrevo o estado da arte das relações entre Brasil e Alemanha após a Primeira Guerra, quando a América Latina como um todo ganhou relevo como “último continente livre” (Rinke, 1996) para as investidas germânicas. No segundo capítulo, detalho as principais estratégias elaboradas pelos atores ligados à diplomacia germânica para assegurar a participação nas comemorações do Centenário da Independência do Brasil – as principais ideias, os conflitos e negociações gerados para viabilizar de alguma forma a presença da Alemanha entre as nações estrangeiras no evento. No terceiro capítulo, destaco o papel que a medicina assumiu na diplomacia cultural alemã, inclusive na endereçada ao Brasil, e analiso as visitas de médicos alemães à capital brasileira em 1922 como forma de se fazer presente nas festividades do Centenário e desenvolver maior aproximação entre os círculos intelectuais, políticos e comerciais dos dois países. O quarto capítulo aborda a publicação do livro *O Brasil e a Alemanha, 1822-1922*, organizado pelo publicista Alfred Funke como parte dos esforços de estreitar os laços entre Brasil e Alemanha no contexto do Centenário. Também narra a Exposição Internacional de Arte Religiosa alemã, organizada por segmentos da Igreja católica igualmente engajados na aproximação Brasil-Alemanha, mas também desejosos de marcar a presença da Igreja nas festividades. Por fim, o quinto capítulo trata da criação da Sociedade Brasileira dos Amigos da Cultura Alemã, no mesmo ano em que surgia o Instituto Franco-Brasileiro de Alta Cultura, principal

base de apoio das relações culturais e científicas entre França e Brasil. Ambas as instituições emergiram no ano do Centenário e podem ser lidas como resultantes das investidas de intensificação dos intercâmbios culturais durante as comemorações da efeméride, tanto por parte da França e da Alemanha quanto por parte das próprias elites intelectuais brasileiras.



**AS CIÊNCIAS,
A DIPLOMACIA CULTURAL
ALEMÃ PÓS-VERSALHES
E AS RELAÇÕES BRASIL-ALEMANHA**

A diplomacia cultural configurou-se como estratégia da política externa alemã em decorrência da derrota na Primeira Guerra e das cláusulas do Tratado de Versalhes, que restringiram o emprego da força militar, tomaram as colônias que a Alemanha possuía na África, retiraram porções do território germânico e impuseram o pagamento de indenizações aos países vitoriosos (DÜWELL, 1976; WULF, 1994, 2013; RINKE, 1996; PILLER, 2021, SÁ *et al.*, 2009; SÁ E SILVA, 2010, SILVA, 2011, 2013; MUÑOZ, 2018). Se houve um elemento que uniu segmentos dos diversos espectros políticos na instável República de Weimar foi o repúdio aos termos do Tratado, principalmente por parte de grupos nacionalistas que viram no armistício uma forma de humilhar e pôr de joelhos a sociedade alemã (WEITZ, 2009). A “diplomacia das canhoneiras” que havia caracterizado a política de poder do Império Guilhermino não seria mais uma estratégia possível em um país praticamente privado de suas forças armadas, isolado internacionalmente e moralmente condenado como causador do que havia sido o maior conflito bélico da história. A severa crise econômica que se abatia sobre os diversos setores, inclusive sobre as indústrias, limitava, por sua vez, a possibilidade de uma política externa baseada na força dos grupos de interesse econômico. Nesse quadro, ganhou vulto a perspectiva de organizar bases para o exercício de uma diplomacia cultural nos moldes da que a França vinha realizando desde o final do século XIX (DÜWELL, 1976).

A “Grande Guerra” mostrara a importância da propaganda no esforço de obter aliados e de ganhar simpatia no terreno exterior e doméstico. A arena cultural despontou como extensão das trincheiras, por meio da qual os beligerantes procuraram manter a lealdade moral e emocional dos países neutros (PILLER, 2021). O Instituto Ibero-Americano, criado em Hamburgo em 1916, já se dedicara a empregá-la como estratégia ainda durante o conflito. Na cidade portuária, as casas comerciais e companhias de navegação mostraram pronto interesse em reorganizar as relações da Alemanha com o exterior de maneira a retomar o denso intercâmbio econômico abalado pela

guerra. Antes mesmo da assinatura do Tratado de Paz, em março de 1918, esses grupos apresentaram uma proposta de reforma do serviço diplomático alemão, em que defenderam a organização da diplomacia cultural como ferramenta privilegiada da política externa (WULF, 1994). O Departamento Cultural (*Kulturabteilung*) foi criado no recém-organizado Ministério das Relações Exteriores em 1920, com a incumbência de supervisionar as trocas científicas com o exterior, as cooperações acadêmicas de alemães com o estrangeiro e vice-versa, os encontros científicos internacionais e as viagens acadêmicas de alemães ao exterior, como também de estrangeiros à Alemanha (DÜWELL, 1976). Com isso, os alemães reconheciam que as relações culturais, que abrangiam tanto as ciências como as artes, compunham uma dimensão importante e legítima da política externa (SOLOMON, 2006, p. 8). Ações como o apoio a comunidades de imigrantes alemães e seus descendentes, organização de exposições de artes e ciência, promoção do ensino do idioma alemão no estrangeiro, além dos já mencionados esforços de coordenação das trocas intelectuais tentaram contornar o isolamento em que se encontrava o país. Buscou-se, dessa forma, revisar as implicações econômicas, militares, territoriais e morais do Tratado de Versalhes. Assim, nos anos 1920 formaram-se a ossatura institucional e o repertório padronizado de estratégias de diplomacia cultural que permanecem vigentes até os dias de hoje, estratégias essas sustentadas por estabelecimentos como o Instituto Goethe, o DAAD, a Fundação Alexander von Humboldt e a Deutsche Welle (LAITENBERGER, 1976; MICHELS, 2005; IMPEKOVEN, 2013; PILLER, 2021).⁶

No entanto, a organização da diplomacia cultural alemã em bases mais sólidas e coordenadas não se esgota nas condições particulares do país derrotado na guerra e no esforço de compensar as perdas infligidas pelo Tratado de Paz. Como adverte Frank Trommler (2014), a história da diplomacia cultural alemã requer compreendê-la

6

Sobre o Instituto Goethe ver Michels (2005) e sobre a Fundação Alexander von Humboldt ver Impekoven (2013).

como processo dialético e recíproco envolvendo dinâmicas situadas além das fronteiras geográficas do país. Atendendo a essa advertência, Piller (2021) mostra como a rivalidade com a França foi decisiva na modelação da diplomacia cultural germânica em sua “intensidade, métodos e objetivos.” A rivalidade e competição entre os dois países integraram o período de formação da diplomacia cultural europeia como fenômeno transatlântico de decorrências importantes para a história política e cultural do século XX (PILLER, 2021)

A França foi pioneira no fomento e coordenação de uma diplomacia cultural, exercida tanto por organizações de caráter privado, como as congregações religiosas e a Aliança Francesa, criada em 1883, quanto estatais. Elas trabalharam de forma sinérgica no esforço de ampliar o prestígio e influência da cultura e língua francesas por meio do ensino do idioma e divulgação de realizações no campo das artes, das ciências naturais e das humanidades. A Aliança Francesa particularmente engajou-se no esforço de assegurar pelo idioma a hegemonia cultural da França, persuadidos de que tal esforço trazia recompensa econômica: “A língua francesa traz os costumes franceses, os costumes franceses levam à compra dos produtos franceses. Aquele que sabe o francês se torna um cliente da França” (citado em SANTOMAURO, 2012, p. 213). A moda e estilo de vida franceses foram propagados entre as elites estrangeiras como emblemas de modernidade, civilidade e sofisticação. No Brasil, a Aliança Francesa concentrou os esforços de diplomacia cultural, com a criação de órgãos locais de apoio à França, a produção de publicações favoráveis à França e o fomento de relações próximas com lideranças locais (SANTOMAURO, 2012, p. 214).

Pouco antes da Primeira Guerra surgiu o Escritório Nacional das Universidades e Escolas Francesas (*Office National des Universités et Écoles Françaises – ONUEF*). Em 1920, formou-se no Ministério das Relações Exteriores o Serviço de Obras Francesas no Exterior (*Services des Oeuvres Françaises à l’Étranger – SOFE*),

ligado ao Departamento de Relações Políticas e Comerciais do Quai d'Orsay, a sede da chancelaria francesa. Coube ao *SOFE* a coordenação das iniciativas de diplomacia cultural, baseado na convicção de que a manutenção da posição da França como potência mundial dependia da extensão de seus nichos de influência e da reorganização de sua política cultural no estrangeiro (SANTOMAURO, 2012, p. 216). Essas organizações contaram com o serviço de professores universitários engajados em estimular o intercâmbio acadêmico com o exterior na lógica de "irradiação intelectual". Como afirma Suppo (2000, p. 316), os acadêmicos eram "a mola mestra" dessa política, já que eram "homens conhecedores de todos os problemas universitários, em contato com as grandes personalidades do mundo intelectual, tendo ao mesmo tempo o conhecimento e a experiência do estrangeiro, e dos meios científicos e pedagógicos", conforme registra documento diplomático de Paris. Além das relações acadêmicas coordenadas por escritórios estrangeiros estabelecidos nas universidades francesas, o *SOFE* supervisionou organizações turísticas e associações bilaterais de maneira que "procurou utilizar as conexões da França e o esplendor cultural para manter, no campo cultural, os ganhos de uma vitória duramente conquistada" (PILLER, 2021). A importância crescente que a diplomacia cultural passou a ter na política externa francesa é atestada pelo crescimento contínuo e bastante expressivo do orçamento do *SOFE*: os 4,5 milhões de francos, investidos em 1919, cresceram para 70 milhões de francos em 1938, quando passou a ocupar 29% do orçamento total do Quai d'Orsay (SANTOMAURO, 2012, p. 218).

O publicista conservador Paul M. Rühlmann assinalou em 1919 a relevância das relações culturais na política externa alemã como forma de conquistar simpatia no exterior e promover o comércio e indústria. Para Rühlmann, a política cultural francesa realizada na América Latina antes e durante a guerra deveria servir de modelo aos alemães. Particularmente inspirador nesse sentido era o *Comité France-Amérique* criado em 1909 e que contava com diversas filiais

na região. Seus núcleos organizavam festividades, exposições, visitas de intelectuais, intercâmbios acadêmicos; apoiavam as escolas francesas e cursos de francês, distribuíam publicações e realizavam semanas temáticas latino-americanas na França (RINKE, 1996, p. 415). Assim, a diplomacia cultural francesa representou, a um só tempo, o paradigma e o principal opositor da Alemanha nesse terreno na América Latina. Nota-se, dessa forma, que o que Piller (2021) observou no caso da política cultural externa germânica para os Estados Unidos ocorreu também na porção das Américas ao sul do Rio Grande.

Para os alemães, a América Latina figurou como terreno propício aos investimentos da diplomacia cultural pelos vínculos que já havia entre a região e a Alemanha, seja pelas relações comerciais, seja pelo afluxo de imigrantes de origem teuta desde o século XIX. O subcontinente estava livre das amarras do colonialismo que atava países africanos e asiáticos às metrópoles europeias, as quais em grande parte haviam lutado na guerra contra a Alemanha. A despeito da presença estadunidense cada vez mais ostensiva, era considerado um território ainda aberto aos investimentos estrangeiros (RINKE, 1996). Para a Alemanha, com uma infraestrutura industrial ainda pujante e desprovida de suas colônias, a América Latina impunha-se como um mercado atraente, ainda mais porque não tinha os entraves aduaneiros que limitavam as exportações para países europeus e da América do Norte. Segmentos importantes das elites latino-americanas, como médicos, militares, políticos e acadêmicos nutriam simpatia pela cultura germânica, pelo célere desenvolvimento industrial que o país atingira desde a unificação tardia, em 1871, e pela força de sua burocracia estatal, que incluía o exército e as universidades. O sistema alemão de ensino e pesquisa nas universidades e institutos tornara a Alemanha um foco de atração de estudantes de várias partes do mundo, inclusive latino-americanos, e proporcionara avanços notáveis em diversas áreas do conhecimento. Apos-tava-se que indivíduos que haviam realizado sua formação parcial

ou integral nas instituições germânicas tornavam-se admiradores da cultura alemã, divulgadores de suas realizações e, portanto, pontos de apoio das ações de promoção dos discursos e produtos culturais de lá (URBAN, 2005).

O Brasil integrou essa política cultural endereçada à América Latina, mas com especificidades advindas de sua dimensão territorial, do idioma, das características particulares de sua sociedade e de suas classes dirigentes. Como único país da região que entrou na guerra contra os alemães, a retomada das relações germano-brasileiras implicou em desafios e sensibilidades adicionais, como veremos a seguir.

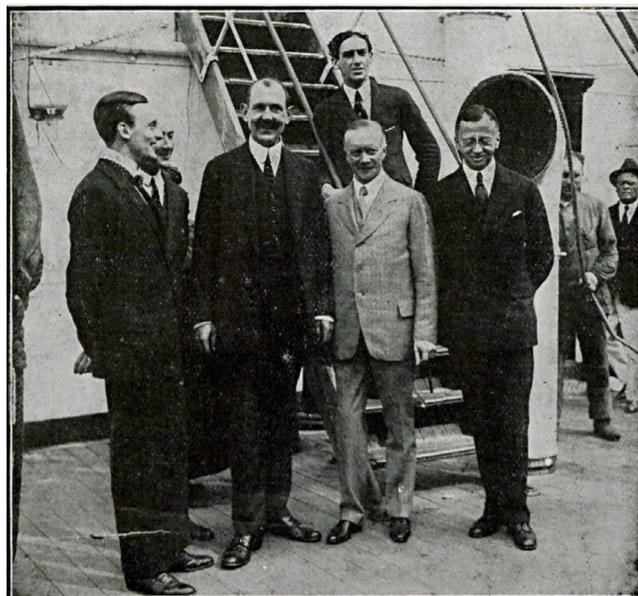
AS RELAÇÕES BRASIL-ALEMANHA PÓS-VERSALHES E A DIPLOMACIA CULTURAL

Apesar de ter oficialmente estado entre os opositores da Alemanha na guerra e de ter subscrito o Tratado de Versalhes, o Brasil logo restabeleceu as relações oficialmente rompidas em 1917. Desde a ruptura, o legado holandês no Rio representou os interesses alemães. Delicadas negociações que envolveram a intermediação do governo holandês e os diplomatas alemães na Bélgica e em Paris redundaram na nomeação do então encarregado de negócios, Adalberto Guerra Duval, como legado brasileiro em Berlim. O governo alemão sinalizou que tão logo as relações fossem restabelecidas com essa medida, um representante seria enviado ao Rio de Janeiro (AUSWÄRTIGES AMT, 5 maio 1920). Em maio de 1920, Duval assumiu seu posto, no mesmo mês em que José Fabrino era nomeado cônsul na capital alemã. Logo em seguida, as representações brasileiras foram reocupadas em Bremen e Hamburgo (BRASIL, 1920).

Em agosto de 1920, Georg Plehn foi nomeado representante da Alemanha no Brasil, cargo que ocupou até 1925.

Plehn iniciara sua carreira diplomática no Ministério das Relações Exteriores em 1895. Antes de ser nomeado legado no Brasil, foi vice-cônsul em Varsóvia, cônsul em Denver e cônsul-geral em Barcelona e Zurique. Ele participou da Primeira Guerra como major. Sua família incluía pessoas de relevo no cenário científico e cultural da Alemanha: era irmão do pesquisador especialista em doenças tropicais, Albert Plehn, da professora de biologia Marianne Plehn, da pintora Rose Plehn e do engenheiro florestal e funcionário do serviço colonial, Rudolf Plehn. Relato do *Jornal do Brasil*, de abril de 1921, noticiando a chegada da esposa de Plehn ao Rio com os dois filhos informa que ela “pertence a uma das mais distintas famílias do seu país” (NOTAS SOCIAES, 23 abr. 1921). Notícia do desembarque do ministro alemão no Rio, em dezembro de 1920, junto com o secretário e conselheiro da legação germânica, descreve-o como “um diplomata de fino trato, cortês, sorridente, comunicativo” (CHEGADA DE PLEHN., 14 dez. 1920). Caracterização semelhante é fornecida por nota do jornal capixaba *Diário da Manhã* alguns anos depois, por ocasião da visita do ministro alemão ao Espírito Santo: “O sr. Georg Plehn é uma figura muito simpática e um cavalheiro de finas qualidades. É advogado, diplomata (...) fala, com perfeição o português” (O SR. MINISTRO... 11 set. 1923).

Figura 1 - Chegada do legado alemão Georg Plehn ao Brasil



*O novo ministro alemão sr. Von **George Plehn** e o ex-ministro Adolpho Pauli.*

Fonte: Foto da revista *Careta*, ano VIII, n. 652, 18 dez. 1922.

A reocupação dos postos diplomáticos no Brasil e na Alemanha representou o desejo de restabelecer de forma ágil as relações interrompidas com a guerra. No entanto, permaneciam pendências entre os dois países em alguns pontos litigiosos do acordo de paz: o pagamento do café brasileiro retido pela Alemanha durante a guerra e o destino dos navios alemães apreendidos pelo Brasil. Antes da guerra, São Paulo contava com 1.835.361 sacas de café armazenadas nos portos de Hamburgo, Bremen, Antuérpia e Trieste, como garantia de empréstimos contraídos em bancos europeus. Devido à ameaça de confisco pelo governo alemão depois da deflagração da guerra, o estado de São Paulo optara por vender aquelas sacas de café, sendo o dinheiro depositado na casa bancária germânica Blei-chröder. O resgate do dinheiro foi, porém, bloqueado pelos alemães,

que alegaram retê-lo até que a guerra acabasse. Em Versalhes, a delegação brasileira reivindicou todo o montante, se possível com juros. O diplomata brasileiro Vinício da Veiga foi enviado a Paris especialmente para relatar a Epiácio Pessoa o caso do confisco do café paulista pelos alemães. Por outro lado, 46 navios mercantes alemães foram apreendidos pelos brasileiros logo no início da guerra. Com o rompimento das relações diplomáticas em 1917, os brasileiros confiscaram a frota, que representava um quarto da marinha mercante nacional. Na Conferência de Paz, a delegação brasileira defendeu a posse definitiva dos navios, inclusive dos trinta que haviam sido fretados à França em acordo de comércio firmado em 1917 (GARCIA, 2006, p. 58).

A negociação desses pontos arrastou-se por alguns anos, mas não impediu a reaproximação ansiada pelo interesse, por parte do Brasil, em prontamente retomar as exportações, principalmente de café, para o país que havia sido um dos seus principais compradores até a Primeira Guerra e, por parte da Alemanha, em assegurar o fornecimento de matérias-primas e gêneros alimentícios, bem como em escoar os produtos manufaturados. Conforme registrou Flachsbart em 1922, o surto industrial ocorrido no Brasil desde o conflito não comprometia o intercâmbio com a Alemanha, que via na América do Sul "seu mais importante e futuro mercado" (FLACHSBART, 1923, p. 75). Em 1928, a Alemanha voltaria a representar o segundo principal mercado brasileiro e, no ano seguinte, ocuparia o terceiro lugar entre os fornecedores do país. Além disso, os anos 1920 registraram o maior índice de afluxo de alemães para o Brasil desde o início da imigração no século XIX (SEYFERTH, 1994; RINKE, 2008). Nesse caso, tratava-se de pessoas que abandonavam a Alemanha em consequência da severa crise econômica, social e política que afetava o país desde o fim da guerra. Tinham em geral perfil mais urbano que os contingentes dos movimentos migratórios do século XIX. Foram denominados nas colônias de "alemães novos" (*Neudeutsche*). Os alemães e os teuto-brasileiros reunidos

nas colônias tornaram-se alvos da política de promoção e manutenção da germanidade (*Deutschtum*) entre os que haviam emigrado da Alemanha. Se antes da Primeira Guerra tal política imiscuiu-se ao imaginário colonialista e imperialista, depois do conflito o interesse pelo germanismo reconfigurou-se. As duas principais bases dessa política foram a *Volksbund für das Deutschtum im Ausland* (VDA) e o DAI (*Deutsches Auslands-Institut*), situado em Stuttgart. Em uma Alemanha destroçada pela guerra e econômica e moralmente comprometida pelo Tratado de Paz, os alemães que emigraram figuraram como forças capazes de restaurar a reputação internacional do país, compensando o poder que havia sido perdido com a derrota (RINKE, 2008). Além disso, representaram um potencial mercado consumidor para os produtos alemães.

A política de manutenção da germanidade (*Deutschtum*) foi um flanco importante da política cultural externa da Alemanha não só para o Brasil como para outros países que mantinham povoaamentos concentrados de populações de alemães e descendentes. Pelo suporte a instituições como escolas, igrejas e associações, tal política visava contrabalançar as tendências de assimilação pelo fomento ao cultivo da língua, dos costumes e das tradições. Os representantes diplomáticos no Brasil tiveram de lidar com cautela com as ações de incentivo da germanidade, sendo as iniciativas principais lideradas pelos representantes das associações (RINKE, 2008).

O representante alemão designado para ocupar a legação no Rio, Georg Plehn, considerou que as colônias alemãs receberam bem sua nomeação (DEUTSCHE GESANDTSCHAFT, 27 dez. 1920; 8 jan. 1921). A imprensa brasileira também acolheu com simpatia sua designação para o posto. Mostrou satisfação com a retomada das relações Brasil-Alemanha, igualmente demonstrada pela colônia alemã na capital federal, disposta a colaborar com a legação. Mesmo o *Jornal do Commercio*, porta-voz oficioso do governo, conforme sublinhara Plehn, foi simpático ao restabelecimento das relações diplomáticas e respectiva ocupação das representações

(DEUTSCHE GESANDTSCHAFT, 27 dez. 1920). Segundo Plehn, relatos espontâneos recebidos de brasileiros certificavam a mesma acolhida. Em alguns círculos, como os militares, a simpatia pela Alemanha, segundo relatos, permanecia no mesmo nível de antes da guerra (DEUTSCHE GESANDTSCHAFT RIO, 27 dez. 1920). Em comunicado a Berlim, um ano depois de sua nomeação, Plehn reportou que os funcionários que ocupavam postos oficiais no governo brasileiro mantinham uma postura de simpatia e boa vontade com ele. Diferentes ministros manifestaram-lhe simpatia pela Alemanha e admiração “pelo colossal esforço que a Alemanha faz para ganhar domínio sob novas circunstâncias.” O mesmo ocorrera com deputados e senadores. O legado também ressaltou que muitas famílias que durante a guerra haviam se colocado abertamente em favor da Entente agora mostravam simpatia pela Alemanha e compreensão pela situação que o país atravessava. Isso o encorajava a ampliar seu círculo de sociabilidade, abandonando aos poucos certa reserva cautelosa que havia adotado. Distância mesmo mantinha apenas da missão militar francesa (DEUTSCHE GESANDTSCHAFT, 30 set. 1921), contratada pelo governo brasileiro em 1919 para coordenar processo de modernização do Exército e chefiada pelo general Maurice Gamelin.

Por quatro anos, os franceses assumiram a direção da Escola Maior do Exército, de Aperfeiçoamento de Oficiais e a Escola de Veterinária, mas a missão acabou se estendendo até 1940. A missão vinha com o objetivo de influenciar a formação do Exército brasileiro segundo o modelo francês, mas também interessada em vender produtos da indústria bélica francesa para o Brasil e deslocar a presença alemã entre os militares, marcante nos anos anteriores à guerra (LUNA, 2011). Além dos laços militares e econômicos, a missão liderada por Gamelin visava reforçar a difusão da cultura francesa entre as elites brasileiras, sobretudo entre os círculos eruditos e políticos. Segundo Lemos (2014, p. 79), a missão de Gamelin “teve importância estratégica para os interesses franceses na região: encontrar outro mecanismo de construção da hegemonia política e

cultural da França através da 'propaganda' militar e igualmente ser um elo entre a produção industrial bélica francesa e o mercado brasileiro". Figurou como uma vitória dos franceses sobre a Alemanha, mas enfrentou oposição de lideranças do exército e de segmentos da imprensa que criticaram a missão como uma iniciativa comercial cujo objetivo era vender ao Brasil armamentos obsoletos do exército francês (NETO, 2007).⁷

Entre as elites intelectuais brasileiras, persistiram em muitos nichos "ânimos acirrados" contra a Alemanha, conforme notou em 1920 o pesquisador Henrique da Rocha Lima, que trabalhava no Instituto de Doenças Tropicais de Hamburgo desde 1909 e visitou o Brasil em junho daquele ano (SILVA, 2013). A retomada das relações diplomáticas entre Brasil e Alemanha parece ter irritado particularmente os franceses. Ofício da legação alemã, de fevereiro de 1921 (DEUTSCHE GESANDTSCHAFT, 15 fev. 1921) reporta a publicação de uma nota bastante ofensiva na *Revue Franco-Brésilienne*,⁸ com ataques diretos ao que qualificou como postura pró-germânica do presidente Epitácio Pessoa. Os insultos veiculados pela revista francesa, que no documento é qualificada como "inexpressiva", provocaram réplicas enérgicas divulgadas nos jornais *A Noite* e *Correio da Manhã*, registra a nota.

A ativa diplomacia cultural francesa procurou manter aqueles ânimos hostis contra o adversário e promover os laços com os grupos intelectuais brasileiros por meio de uma azeitada engrenagem que articulava o Ministério das Relações Exteriores com organizações

7 Sobre a missão militar francesa ver Neto (2007); Araújo (2009); Bellintani (2009); Lemos (2014).

8 A *Revue Franco-Brésilienne*, circulou entre 1909 e 1922, publicada por Émile Lambert, francês que emigrou para o Rio de Janeiro no final do século XIX, depois de ter passado pelo Chile e Argentina. Participou da organização de jornais como *O Paiz*. Dedicou-se ao comércio de maquinários ligados à imprensa e aos livros, como também ao esporte. Representou os interesses da colônia francesa estabelecida no Rio, os quais vocalizou na *Revue* liderada por ele. Nos anos da guerra, publicou notícias sobre o conflito, com denúncias aos alemães e textos favoráveis aos franceses e aliados. Segundo Guimarães (2019) e Nicolau (2020), a *Revue Franco-Brésilienne* foi marcada por forte antigermanismo, expressando temor com a perda de espaço da cultura francesa na sociedade brasileira e defendendo os interesses econômicos da França.

científicas e acadêmicas e outras agências semioficiais. O *Groupement des Universités et Grandes Écoles de France pour les Relations avec l'Amérique Latine*, fundado em 1907, atuante durante a guerra, e que impulsionava o intercâmbio cultural e científico com o Brasil, foi um dos principais núcleos à frente desse esforço (PETITJEAN, 1996; SUPPO, 2000; SÁ E VIANNA, 2010). Fundamental articulador da política cultural francesa para a América Latina, o médico e psicólogo George Dumas defendia que o sentimento comum de ódio ao alemão deveria ser fomentado entre os círculos brasileiros, muito embora enfatizasse que o Brasil jamais “esteve em hostilidades, nem em relação à Alemanha, nem em relação aos germanófilos”, como afirmou em carta confidencial a Paris em 1919 (citado em SUPPO 2000, p. 323). O diagnóstico de Dumas coincidia curiosamente com a percepção dos próprios alemães: ao saudar a nomeação de Adalberto Guerra Duval como representante brasileiro em Berlim, um diplomata afirma que a guerra entre os dois países havia sido “platônica” (AUSZUG..., 15 jun. 1920).

O *Groupement* retomou com intensidade suas atividades na América Latina a partir dos anos 1920, apoiando a criação de cadeiras nas universidades, o financiamento de escolas francesas, a realização de viagens científicas e excursões de estudantes e a edição de publicações como a *Revue de l'Amérique Latine* (PETITJEAN, 1996; SUPPO, 2000; SÁ E VIANNA, 2010). Seu funcionamento era coordenado pelo *Service des Oeuvres Françaises à l'Étranger*, agência do Ministério das Relações Exteriores da França encarregada de supervisionar os esforços de diplomacia cultural no estrangeiro. Pilar essencial da diplomacia cultural francesa para o Brasil e demais países estrangeiros foi a Aliança Francesa, que não só ofereceu suporte às atividades do *Groupement* e do Ministério das Relações Exteriores da França, sob controle direto do qual estava, como permaneceu oferecendo os cursos de francês, decisivos para a circulação dos produtos culturais entre as elites locais (PETITJEAN, 1996; LESSA, 1998; SUPPO, 2000). Esperava-se que o francês fosse utilizado como segunda língua das elites como forma de promover e sedimentar a

francofilia e, como consequência, a admiração cultural e o alinhamento político (MARTINIÈRE, 1982; LESSA, 1998; SUPPO, 2000; SANTOMAURO, 2012). Essa política era pensada essencialmente em termos de propaganda, “a qual deve fomentar a admiração pela cultura francesa e incentivar o consumo dos produtos culturais franceses” (SUPPO 2000, p. 313). Para Georges Dumas, a política cultural com forte atuação de liceus e escolas religiosas francesas teria por finalidade inculcar nas elites “o gosto de nossa civilização social e moral pelo qual elas permanecem, além dos mares, cidadãos de nossa cidade” (Dumas citado em SUPPO, 2000, p. 327). Dumas participou de 17 missões ao Brasil entre 1920 e 1938, entre as quais a comitiva enviada para participar do Centenário (SÁ E VIANNA, 2010).⁹

A diplomacia cultural francesa beneficiava-se da reconhecida francofilia das elites brasileiras, para as quais aquela cultura equivalia a erudição, letramento e sofisticação (MARTINIÈRE, 1982; SUPPO, 2000; SÁ E VIANNA, 2010). Para os idealizadores daquela política, “a expansão intelectual provoca uma expansão comercial, principalmente dos produtos de luxo, símbolos ‘de inteligência e de bom gosto’” (SUPPO, 2000, p. 327). Não passava despercebida dos diplomatas alemães aquela precedência: apesar de notar a diminuição da influência política da França em 1923, o representante alemão no Rio registrava que o mesmo não ocorria na esfera cultural, onde mantinha tanto prestígio quanto antes:

O gosto e sabor franceses operam com muito sucesso em favor da propaganda francesa, mesmo que indiretamente. Por exemplo, não se deve subestimar a influência que a moda francesa e seus meios de difusão exercem na “sociedade” elegante e criadora de tendências por meio de inúmeras senhoras da alta sociedade decadente que aqui se apresentam com grande sucesso e bom gosto (DEUTSCHE GESANDTSCHAFT, 1 abr. 1923).

9

Sobre George Dumas e seu papel nas relações entre França e Brasil nas humanidades e ciências sociais ver também Consolim (2021).

O idioma francês circulava com desenvoltura entre os setores ilustrados, favorecendo a disseminação e assimilação dos discursos que estimulavam a simpatia pela cultura francesa, ao mesmo tempo em que representava a principal forma de conexão com redes científicas internacionais. Tais discursos forjavam a ideia de uma matriz cultural comum fundada na noção de “latinidade” (PETITJEAN, 1996; SUPPO, 2000).

A eficácia da utilização estratégica desses discursos e dos circuitos das relações culturais mostrara-se ainda durante a Guerra: as investidas dos franceses foram decisivas para a entrada do Brasil no conflito contra os alemães, inclusive na disseminação das intrigas políticas semeadas por Georges Dumas e pelos serviços de informação que redundaram na queda do então chanceler de tendências germanófilas do governo Wenceslau Brás, Lauro Müller (SUPPO, 2000).

Na estruturação da diplomacia cultural ao Brasil, ganhou centralidade a necessidade de neutralizar o discurso germanófilo e a força da política cultural francesa. Para isso deveriam remar na contracorrente das tendências hegemônicas que beneficiavam, como vimos, a penetração dos conteúdos culturais franceses. No caso da imprensa brasileira, por exemplo, as duas principais fontes de notícias internacionais eram a agência francesa Havas e as anglófonas United Press e Associated Press. A postura antigermânica das colunas internacionais permaneceu depois da guerra, como testemunha artigo do *Jornal do Commercio*, de junho de 1920, que afirmava que a Alemanha visava “astuta e manhosamente” invalidar as cláusulas do Tratado de Versalhes. Segundo a matéria, franceses e aliados deveriam manter vigilância “severa, ativa e constante”, já que as tendências militares continuavam presentes e atuantes no regime frágil de Weimar, que, por isso, não seria mais do que “o império alemão disfarçado de República” (ARTES E MANHAS DE BERLIM, 26 jun. 1920).

Os principais pontos de apoio da diplomacia cultural alemã estavam entre os que nutriam simpatia e identificação com elementos

da cultura germânica. As ciências e as instituições acadêmicas se sobressaíam como focos desse entusiasmo, por representarem um perfil institucional bem-sucedido de aliança entre pesquisa científica e ensino realizados nas universidades e institutos. A medicina e as ciências biomédicas eram alvos particulares da admiração dos brasileiros desde o último quartel do século XIX (SILVA, 2011; BEN-CHIMOL, 2013). Alguns dentre os mais favorecidos economicamente migraram para as instituições alemãs para completar seus estudos e se tornaram divulgadores da cultura e da ciência alemã. Entre esses indivíduos rotulados de “germanófilos” – consequência da cisão do ambiente intelectual provocada pela guerra – estava o catedrático de oftalmologia da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Antônio Abreu Fialho. Fialho se especializara em Viena com o renomado professor Ernst Fuchs e divulgara entre os médicos brasileiros as tendências germânicas na oftalmologia, além de ter publicado grande parte dos seus trabalhos em periódicos alemães, principalmente nos *Graef's Archiv* (LACAZ, 1966, p. 36). Em 1920, durante a visita de um médico alemão ao Brasil, Fialho declarou:

Vemos com justa simpatia e, por que não dizer, com certa inveja, a situação dos nossos professores, que, à testa das suas cátedras ou na direção dos seus institutos, têm a ampla autonomia e a necessária autoridade para ditar leis dentro dos seus domínios, organizar o trabalho, escolher e nomear livremente os seus colaboradores e preparar a futura geração de investigadores sob os auspícios e garantias do Estado, com todas as largas liberalidades (PROFESSOR FEDOR KRAUSE..., 13 jun. 1920).

A organização das instituições alemãs, os avanços obtidos em diversos ramos da medicina, a modernidade das instalações e a forma de organização do ensino médico provocavam admiração entre os brasileiros que visitavam o país europeu. Para o preparador de higiene da Faculdade de Medicina da Bahia, David Madeira (1922), o Brasil muito teria a ganhar se buscasse inspiração no modelo germânico de ensino e pesquisa médicos. O publicista Alfred Funke

(1923, p. 140) destacou o prestígio que a medicina alemã desfrutava no período entre os médicos brasileiros, muitos dos quais buscariam, segundo ele, “transplantar os sublimes sucessos da medicina à sua pátria brasileira”.

Em virtude do prestígio internacional que a ciência e a medicina alemã usufruíam mesmo depois da Guerra, os alemães consideraram-nas ferramentas poderosas de política cultural no exterior. O diretor do Instituto de Doenças Marítimas e Tropicais de Hamburgo, Bernhard Nocht, via na medicina um meio eficaz de promover a cultura alemã por não ser um instrumento visível de propaganda e por estimular o sentimento de gratidão e afeição aos médicos e, por consequência, aos seus países de origem. Em discurso aos representantes das casas exportadoras de Hamburgo, reafirmou: “através das práticas médico-terapêuticas e do intercâmbio científico é que será conquistado outra vez o prestígio que a ciência alemã merece”. Se a ciência alemã lograsse “estender novamente as suas asas”, abrir-se-iam para o comércio e a indústria novos mercados e produtos: “Ciência e tecnologia, indústria e comércio, devem andar de mãos dadas” (NOCHT, 1921). No caso da América Latina, como vimos um endereço priorizado na diplomacia cultural germânica, Nocht a julgava capaz de contrabalançar a presença francesa entre as elites e meios culturais e neutralizar a propaganda antialemã (WULF, 1994, 2013; SÁ E SILVA, 2010, SILVA, 2011).

Como forma de viabilizar o diálogo com os círculos médicos latino-americanos, Nocht, junto com outro expoente da ciência médica em Hamburgo, o diretor do Hospital Eppendorf, Ludolph Brauer, criou a *Revista Médica de Hamburgo*, que publicou artigos de medicina em espanhol e em menor medida, em português. Foi publicada e distribuída nos países latino-americanos até 1928, quando se tornou a *Revista Médica Germano-Ibero-Americana*. Esperava-se, assim, difundir os avanços na pesquisa médica germânica aos médicos, com artigos em sua maior parte escritos por alemães, mas também com a participação de latino-americanos. O corpo editorial

igualmente incluiu indivíduos de ambas as formações sociais, entre os quais médicos brasileiros (SÁ E SILVA, 2010; WULF, 2013).

É interessante observar que, em muitos casos, a demanda por acesso à literatura da ciência médica alemã partia dos latino-americanos. O editor do *Jornal dos Clínicos* e proprietário da Editora Científica, o médico brasileiro Francisco M. Dobici, por exemplo, pediu em 1921 para receber bibliografia atualizada naquele campo, já que os estudantes, segundo ele, eram em grande parte expostos apenas à literatura francesa. O legado alemão no Rio solicitou que as editoras de interesse fossem isentas da taxa de exportação para o envio regular de obras a Dobici, levando em conta a relevância do pedido para os propósitos de “propaganda cultural” (DEUTSCHE GESANDTSCHAFT, 20 dez. 1921). Requerimentos de isenção dos impostos sobre livros foram comuns nas negociações da política cultural externa, apresentados como forma de favorecer a circulação de obras e, por conseguinte, de promoção da ciência alemã. O médico Fritz Munk, de Berlim, encaminhou carta do colega brasileiro Lemos Netto de 1923 com esse pedido, que para ele revertia em benefícios para a diplomacia cultural (LEMONS NETTO, 18 jun. 1923; MUNK, 30 jun. 1923).

Diante da proeminência da medicina nas ações de diplomacia cultural endereçadas à América Latina, não surpreende que uma das formas encontradas de marcar presença nas festividades do Centenário da Independência do Brasil fosse por meio daquele campo de atividades. No ano da exposição, as rivalidades com a política cultural francesa foram particularmente acentuadas, exigindo de Berlim formas de compensar a falta de um pavilhão instalado na Avenida das Nações. No ambiente de intensa disputa entre os dois países europeus, a intensificação das investidas em diplomacia cultural por parte de Paris aguçou o espírito de reação entre os alemães, que, no entanto, se viram em desvantagem devido à crise econômica e financeira que comprometia o planejamento de ações na mesma proporção, mas também com ressentimentos com a postura do Brasil nas negociações dos acordos de paz e nas questões que envolviam os interesses da Alemanha.



2

**A DIPLOMACIA
ALEMÃ E O CENTENÁRIO
DA INDEPENDÊNCIA**

Depois de sucessivas sondagens e tratativas, o governo alemão comunicou oficialmente que seria impossível viabilizar a participação na Exposição Internacional do Centenário da Independência com a construção de um pavilhão na Avenida das Nações. A justificativa foi a falta de recursos financeiros, mas é possível que as querelas entre os dois países nas negociações do Tratado de Paz tenham também influenciado nessa decisão. Um grupo de industriais alemães consultou sobre a possibilidade de instalar um pavilhão não oficial na área da Avenida das Nações originalmente designada para o país, mas o pedido foi recusado pela comissão organizadora (BRASIL, 1926). Diante disso, o legado alemão no Brasil, George Plehn, movimentou-se ativamente para assegurar alguma forma de manifestação por parte do governo alemão. Como muitos países se fariam de algum modo presentes nas festividades, ele considerava alguma atenção por parte da Alemanha mais do que “politicamente útil”, mas indispensável (DEUTSCHE GESANDTSCHAFT, 12 jan. 1922).

Plehn aventou a possibilidade de conceder um título de *doutor honoris causa* ao presidente brasileiro, mas esbarrou no fato de que a honraria seria outorgada meses antes da posse do novo presidente eleito, prevista para março de 1922. O pleito pela sucessão de Epitácio Pessoa foi uma renhida disputa entre o candidato das oligarquias paulista e mineira, Artur Bernardes, e Nilo Peçanha, representante das oligarquias do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Bahia e Pernambuco – a chamada “Reação Republicana”. Envolveu cartas contra o Exército falsamente atribuídas a Bernardes, fraudes e acusações mútuas de corrupção. Caso o candidato do governo não vencesse, a homenagem poderia render comentários indesejados na imprensa, ponderou Plehn. Também seria questionável se um título de teor jurídico seria bem compreendido no Brasil depois de uma guerra há pouco encerrada. Em favor, havia o fato de o presidente ser jurista e haver estado várias vezes na Alemanha (PLEHN, 22 ago. 1921). Da parte da Alemanha, poderia haver a objeção pelo fato de o presidente então em exercício, Epitácio Pessoa, ter sido o

representante brasileiro na Conferência de Paz em Versalhes, onde houve colisão entre os interesses do Brasil e da Alemanha na questão das reparações de guerra (DEUTSCHE GESANDTSCHAFT, 12 jan. 1922). Com apoio dos estadunidenses, ele fora bem-sucedido na defesa dos interesses do Brasil na questão do pagamento do café retido nos bancos alemães e dos navios germânicos apreendidos em portos brasileiros durante a guerra (GARCIA, 2006).

A nomeação de uma rua ou praça com o nome de Brasil ou Ipiranga em alguma cidade alemã como Berlim ou Hamburgo tinha o potencial de provocar maior efeito, pois causaria impressão e chamaria atenção para o caráter aberto e receptivo dos brasileiros, propôs Plehn. Isso poderia ofender alguns grupos alemães devido à postura do Brasil na guerra, mas também poderia ter consequências benéficas pelo fato de o país ter se tornado o destino preferido da imigração germânica. Outra sugestão do diplomata foi a oferta de alguma obra de valor artístico ou histórico que tivesse relação com o Brasil. Se fosse um quadro, haveria a dificuldade de selecionar o motivo a ser retratado. Mas a reprodução em prata de um dos navios da “descoberta” do Brasil poderia ser bem acolhido e representaria uma alusão ao papel da imigração alemã na história brasileira (PLEHN, 22 ago. 1921; DEUTSCHE GESANDTSCHAFT, 12 jan. 1922). A vantagem dessas propostas é que não exigiam dispêndio excessivo de dinheiro, a principal limitação de uma atuação mais expressiva da Alemanha nos festejos (AUFZEICHNUNG, s.d.). “Como diz o colega, ‘Traz alegria e não custa nada’”, comentou Plehn em carta privada a Bobrik, oficial do Departamento Político da chancelaria em Berlim (PLEHN, 13 jan. 1922). Nesse mesmo espírito, Plehn propôs a condecoração de eruditos brasileiros com projeção no cenário intelectual, sobretudo professores das Faculdades de Direito e Medicina, com uma distinção honrosa da ciência alemã. Medida semelhante fora adotada pela Tchecoslováquia, que nomeou o diretor do Museu Nacional membro da Academia de Praga, argumentou o diplomata. Tal iniciativa atuaria como sinal do reconhecimento da cultura brasileira pela

Alemanha e teria uma ressonância positiva, em vista do prestígio da ciência alemã (DEUTSCHE GESANDTSCHAFT, 6 fev. 1922).

A obstinação do legado alemão em garantir alguma ação que demonstrasse atenção da Alemanha ao Centenário da Independência do Brasil revela seu pragmatismo. Independente das cicatrizes da guerra e do Tratado de Paz e das pendências entre os dois países, em seu cálculo político os créditos dessa demonstração de apreço ultrapassavam qualquer ressentimento (PLEHN, 22 ago. 1921, 13 jan. 1922; DEUTSCHE GESANDTSCHAFT, 12 jan. 1922, 6 fev. 1922). Esse não era um posicionamento unânime entre os vários setores envolvidos na diplomacia, como também não era o favorecimento da abordagem cultural na política externa no lugar de estratégias diplomáticas mais tradicionais (PILLER, 2021) Cópia de um relatório do departamento político da chancelaria enviado ao Rio em março de 1922 mostra oposição a todas as sugestões de Plehn: se a postura da imprensa brasileira e de muitas personalidades perante a Alemanha estava mais favorável, o mesmo não podia ser dito do comportamento oficial do governo brasileiro, que permanecia com as exigências das reparações da guerra, consideradas “exageradas” e perseguidas “com tenacidade”. Além disso, a representação brasileira na Liga das Nações havia votado contra os interesses alemães na questão da Alta Silésia – território rico em minérios outrora pertencente à Alemanha, que foi integrado à Polônia depois da guerra. O Brasil tampouco havia se mostrado disposto a indenizar as propriedades alemãs que foram atacadas por ocasião da entrada do país na guerra, descontentamento evidenciado em mais de uma ocasião (AUSWÄRTIGES AMT, 18 fev. 1922). Por tudo isso, considerava-se inoportuno qualquer tipo de participação oficial da Alemanha nas festividades do Centenário. Caso os alemães estabelecidos no Brasil decidissem prestar algum tipo de homenagem pela efeméride, essa deveria ser organizada por eles, mas não caberia uma ação oficial do governo alemão. De qualquer forma, dever-se-ia evitar “qualquer efusividade desnecessária” (AUSWÄRTIGES AMT, 18 fev. 1922).

As divergências entre os favoráveis e os contrários a uma manifestação amigável e expressiva da Alemanha no Centenário se fizeram presentes nas mais minuciosas tratativas. Por exemplo, o pedido de um retrato com mensagem à mão e assinatura do presidente alemão Friedrich Ebert para a revista *Ilustração Brasileira*, tornada veículo oficial da Comissão da Independência, gerou controvérsias em Berlim. Segundo o legado alemão no Rio, um dos oficiais considerou o pedido “uma homenagem coagida” (DEUTSCHE GESANDTSCHAFT, 5 out. 1921). Bastaria um retrato com a assinatura, já que, afinal de contas, se os círculos brasileiros oficiais e extra-oficiais mostravam-se amigáveis em relação à Alemanha, por outro lado o governo e seus representantes na Europa atuavam em sentido contrário, engrossando o coro dos que defendiam que a Silésia fosse anexada ao território polonês, que exigiam as penosas reparações de guerra e impunham ameaças de liquidação de propriedades alemãs (AUSWÄRTIGES AMT, 14 dez. 1921, 13 jan. 1922). Ademais, as questões ainda pendentes entre Brasil e Alemanha no Tratado de Paz e que poderiam levar a longas negociações eventualmente seriam prejudicadas no caso de uma declaração pública excessivamente amigável do presidente. Segundo o Departamento Político do Ministério das Relações Exteriores, manifestações desse teor poderiam passar aos brasileiros a impressão de que eles concordavam com o posicionamento duro dos órgãos oficiais acerca das reparações de guerra, esvaziando a hostilidade com que recebiam aquela postura (WILL, 24 ago. 1922). Talvez fosse razoável esperar até a abertura da Exposição do Centenário para ver se as contendas entre os dois países se solucionavam de forma favorável. Ressentimentos e cálculos políticos moldavam as ações da diplomacia alemã (AUSWÄRTIGES AMT, 14 dez. 1921, 13 jan. 1922).

Muito embora considerasse “valiosas” as muitas reservas em relação a manifestações de amizade ao Brasil, Plehn justificou que fazia as sugestões “não por mero entusiasmo, mas para enfrentar eventuais acusações e censuras de que a legação não se preocupou

com o assunto". E reforçou seu pragmatismo, defendendo que fazia bem aos "corações do Sul" receber afagos de todos os lados. Por esta razão, os alemães não poderiam permanecer completamente à parte como estavam em relação aos demais países. Terminada a guerra, deveriam concentrar-se em cooperações vantajosas, deixando para trás "muitos pontos obscuros do passado". No entanto, compreendia certa reserva que impunham as delicadas questões pendentes do Tratado de Paz. A mensagem do presidente alemão, a seu ver, contemplava bem esse posicionamento (PLEHN, 7 maio 1922).

O legado alemão no Rio defendia não só que a Alemanha deveria participar oficialmente, como se esforçar para não "ficar muito atrás" de nenhum outro país que fosse prestar suas homenagens ao Brasil do Centenário (PLEHN, 21 jan. 1922; PLEHN, 22 ago. 1921, 13 jan. 1922). Por isso, ele acompanhou de perto as ações que os demais países planejavam para as efemérides, principalmente as da França, que "para manter e intensificar sua posição se esforça para realizar sua propaganda de forma hábil e com abundância de recursos" (PLEHN, 13 jan. 1922). Além dos pavilhões de "bom gosto", o rival planejava uma outra forma de "acariciar a vaidade brasileira": a inauguração de uma estátua de Santos Dumont na França. A escassez de recursos impossibilitava a Alemanha de tomar medidas semelhantes, reconhecia resignado o diplomata, em janeiro de 1922 (PLEHN, 21 jan. 1922). Não só Plehn, como os oficiais da chancelaria em Berlim em geral mantiveram-se atentos aos esforços realizados na França para se fazer representar no Centenário. Em maio de 1922, uma carta foi enviada à embaixada alemã em Paris pedindo informações sobre artigo publicado na *Revue Diplomatique*, intitulado "La Centenaire du Brésil et la Maison d'Amérique". Eles estavam particularmente interessados em saber mais sobre a "Union Pantatlantique" mencionada na publicação (AUSWÄRTIGES AMT, 8 maio 1922). A resposta da embaixada em Paris veio alguns meses depois. Segundo o relato, a Union Pantatlantique fora uma iniciativa do cônsul uruguaio em Paris, criada em 1918 para impulsionar as

relações comerciais da França com a América Latina. Entre as atividades previstas pelo cônsul, segundo o embaixador alemão, estava a criação de um dia de festividades em homenagem a Colombo, com a presença de figuras do governo francês, personalidades influentes e representantes diplomáticos, com exceção da Alemanha. Mas a iniciativa parecia estar encontrando pouca repercussão (DEUTSCHE BOTSCHAFT, 26 jul. 1922).

No Rio, Plehn realizou consultas junto aos vários setores das comunidades alemãs no país para verificar sobre o interesse, disposição e possibilidades de prestar homenagens ao país pelo Centenário. Em comunicado a Berlim, em janeiro de 1922, declarou que uma participação unificada das várias colônias espalhadas pelo território brasileiro figurava difícil. Os representantes das comunidades não haviam expressado muito interesse em tomar parte nas comemorações, seja erigindo monumentos, fontes ou memoriais, “em parte pelo fato de o restabelecimento das relações de ambas as partes serem recentes”, justificou ele (DEUTSCHE GESANDTSCHAFT, 10 jan. 1922). Entre a colônia alemã do Rio, por exemplo, a disposição era pequena (PLEHN, 13 jan. 1922). É importante lembrar que a ruptura diplomática do Brasil com a Alemanha em abril de 1917 e a posterior declaração de guerra em outubro do mesmo ano causaram vários ataques aos alemães e seus descendentes nas capitais brasileiras e outras localidades com presença expressiva de populações teutas. Houve o saque de propriedades residenciais de alemães e teuto-brasileiros, intimidações por multidões sublevadas, incêndios em estabelecimentos comerciais, fábricas e ataques às sedes da imprensa germânica e a agremiações como igrejas, clubes e sociedades esportivas. A Lei de Guerra decretada pelo governo de Wenceslau Brás ordenara a suspensão de publicações veiculadas em alemão, o fechamento das escolas alemãs, o direito de tomar propriedades, de anular contratos e de supervisionar as operações de bancos germânicos. Associações alemãs de vários tipos foram dissolvidas; poucas conseguiram retomar suas atividades depois

da guerra e muitas alteraram seus nomes para denominações em português. O mesmo aconteceu com vários jornais alemães e estabelecimentos comerciais. Praticamente todo o comércio e indústria de propriedade de alemães e teuto-brasileiros sofreu algum tipo de dificuldade. Muitos negócios de menor escala não se reergueram depois do armistício e companhias grandes como a Theodor Wille e bancos alemães tiveram dificuldade em reassumir o mesmo nível de atividade. Muito embora a agitação tenha dado lugar a um espírito de apatia em 1918, o trauma das turbas inflamadas marcou os alemães e teuto-brasileiros que nunca haviam passado por aquele tipo de experiência no Brasil (LUEBKE, 1987). Bastante representativa das feridas ainda latentes daquela experiência é a declaração ao cônsul alemão de Porto Alegre de um dos diretores da renomada firma Bromberg & Cia., responsável pela importação de maquinário da Alemanha na América do Sul. Segundo ele, seria curioso que fosse estabelecido um memorial na capital gaúcha, patrocinado pelos alemães e teuto-brasileiros, enquanto a cinco minutos dali existia “outro memorial, de tipo bem diferente” – as ruínas do Clube Germânia, incendiado pela turba, com transigência do governo estadual, “e pelo qual nem um Mil-réis foi pago como indenização” (DEUTSCHES KONSULAT, 8 out. 1921).

A Câmara de Comércio Brasil-Alemanha, que congregava os principais grupos de interesse econômico que participavam do intercâmbio comercial entre os dois países, chegou a dar algumas sugestões de se fazer presente no certame do Centenário da Independência, mas tampouco ventilou a possibilidade de uma doação única em nome de toda a “germanidade” – o *Deutschtum* – manifestada pelos vários atores envolvidos na vida política, cultural, social e econômica do Brasil.¹⁰ A Câmara decidiu, por fim, presentear o Brasil com uma coleção de máquinas, aparelhos, modelos, fotografias, catálogos, desenhos e projetos alemães para serem utilizados nas

10

Sobre a política de incentivo de manutenção da “germanidade” entre os alemães que viviam no Brasil, ver Rinke (2008) e Schulze (2015).

aulas da Escola Politécnica do Rio de Janeiro. O donativo familiarizaria os alunos com as últimas realizações da indústria alemã, às quais poderiam recorrer em sua atividade profissional depois de formados, e poderia atraí-los para prosseguirem seus estudos na Alemanha, argumentaram os oficiais em Berlim. Uma comissão de representantes da Câmara e das organizações da indústria elétrica e de maquinários supervisionou a coleção para garantir que contivesse produtos modernos e atrativos (DEUTSCH-BRASILIANISCHER HANDELSVERBAND, s.d.). A filial de São Paulo propusera o financiamento de centros de pesquisa ou de bibliotecas, mas nem o governo alemão nem os setores privados teriam capital para isso, pontuou Plehn.

Além de sugerir propostas de homenagens e de participação nas comemorações do Centenário da Independência, a diplomacia alemã teve de conter ações e manifestações que pudessem trazer resultados danosos. Ela operava dentro das margens estreitas impostas pelas cláusulas do Tratado de Versalhes. Restrições financeiras, mas também políticas, circunscreviam as medidas desejáveis. Uma delegação oficial muito numerosa enviada ao Brasil, por exemplo, esbarraria nas obrigações assumidas no acordo de paz (AUSWÄRTIGES AMT, 20 jan. 1922). Ao planejar algum texto a ser publicado na imprensa sobre as relações entre os dois países, se deveria tomar cuidado para não reacender o “perigo alemão”, “que pode reemergir facilmente com uma palavra descuidada”, advertiu a chancelaria (WILL, 24 ago. 1922). O fato de milhares de alemães viverem no Sul do Brasil era alvo fácil para esse tipo de desconfiança, sobretudo pela preocupação, desde o início do século XX, com o que era considerado pelas elites letradas luso-brasileiras como o baixo nível de assimilação cultural das colônias teutas (LUEBKE, 1987, p. 70-71; 123). O “perigo alemão” consistia no risco de as populações alemãs e seus territórios serem integrados aos esforços expansionistas do pangermanismo. Foi um mote muito explorado pela propaganda da Entente pela inquietação que provocava entre os brasileiros (GERTZ, 1991; MAGALHÃES, 1998). O principal porta-voz do discurso em favor dos

Aliados, Ruy Barbosa, fez menção, por exemplo, aos riscos do imperialismo alemão nos estados do Sul do Brasil (LUEBKE, 1987, p. 105).

Com potencial muito maior de reacender as ansiedades do período da guerra foi a visita que o general Erich Ludendorff planejava fazer à América do Sul em 1922. Ele pretendia visitar Chile e Argentina e depois o Brasil durante as festividades do Centenário da Independência (WILL, 8 fev. 1922). Ludendorff era um dos maiores ícones do Exército alemão na Primeira Guerra. Vitorioso nas batalhas de Liège e Tannenberg, atuara como chefe do Estado-Maior ao lado de Paul von Hindenburg. O malogro no enfrentamento com os Aliados em 1918 na ofensiva de Verdun levou à sua renúncia, logo depois seguida da rendição da Alemanha, que ele considerara inoportuna e covarde. Nacionalista fervoroso, opôs-se ao Tratado de Versalhes, que viu como uma humilhação. Divulgou que a derrota que pusera fim ao Império alemão era fruto da “punhalada pelas costas” de judeus, bolcheviques e pacifistas, uma teoria conspiracionista que ganhou vulto no decorrer dos anos 1920 e contribuiu para abastecer o antissemitismo e o anticomunismo que levaram à ascensão dos nazistas ao poder. Ligado às correntes de extrema direita que negavam legitimidade à República de Weimar, Ludendorff participou, em março de 1920, do golpe Kapp, tramado pelo jornalista e burocrata Wolfgang Kapp para tirar do poder o presidente socialdemocrata Friedrich Ebert e revogar as cláusulas de Versalhes.”

O jornal *Deutsche Zeitung* noticiara que a visita parecia de fato estar prevista, o que provocou inquietação entre as colônias alemãs e as representações diplomáticas. Tanto a Argentina quanto o Chile consideraram a visita imprudente e indesejada (WILL, 8 fev. 1922, 18 fev. 1922; AUSWÄRTIGES AMT, s.d.; 28 fev. 1922; PAULI, 2 fev. 1922). Além de evocar o militarismo alemão da guerra recentemente terminada, Ludendorff representava a corrente radical do nacionalismo autoritário de direita alemão. Sua visita poderia dividir

as comunidades alemãs na América do Sul em virtude dos diferentes posicionamentos políticos em relação à democracia germânica recém-instaurada e ao Tratado de Versalhes. No entanto, o legado alemão em Buenos Aires reportou a Berlim que o informe da visita do general fora visto com descontentamento por círculos de diferentes orientações políticas. O responsável pelo *Deutsch-Südamerikanische Bank* na Argentina advertiu igualmente sobre as consequências negativas da viagem (DEUTSCHE GESANDTSCHAFT, 15 fev. 1922; 14 abr. 1922). Plehn verificara entre os alemães e brasileiros no Rio a mesma indisposição com a visita. Comunicou a Berlim: “Além das ponderações sobre o Brasil que depõem contra essa visita, dever-se-ia seguramente rezear que os conflitos entre os seguidores do antigo e do novo governo nas colônias alemãs sejam alimentados com isso” (DEUTSCHE GESANDTSCHAFT, 9 fev. 1922). Como se depreende da fala de Plehn, havia o receio de que a passagem do militar alemão poderia abastecer a oposição nas colônias alemãs entre os defensores do velho e do novo regime alemão. Os informes sobre a derrota na guerra, as sublevações ocorridas em 1918 e 1919 e a instauração da República de Weimar provocaram choques entre muitos dos alemães que haviam emigrado. Vários deles rejeitavam os símbolos republicanos, da mesma forma que repudiavam os termos do Tratado de Versalhes. Segundo Stefan Rinke (2008), a nova vaga migratória iniciada depois da guerra exportou para o Brasil as disputas políticas domésticas.

A oposição generalizada dos círculos diplomáticos sul-americanos afastou o risco da visita de Ludendorff. Os significados políticos da sua figura comprometiam os objetivos mais sutis perseguidos pelas iniciativas de diplomacia cultural. Elas requeriam estratégias menos ostensivas, em que as finalidades políticas e os interesses econômicos não ficassem evidentes. A ponta de lança dessa abordagem de política externa era a ciência alemã e o prestígio que ela detinha entre os círculos intelectuais. Outras sugestões adequavam-se melhor a esse modelo.



3

**A MEDICINA
E A TECNOLOGIA ALEMÃS
NO BRASIL DO CENTENÁRIO**

A colônia germânica do Rio sugeriu a construção de um hospital alemão na capital federal em honra ao Brasil independente, ideia que Plehn considerou válida e que há muito era debatida entre os alemães e teuto-brasileiros. Em 1897, fora criada uma associação denominada Associação Hospital Alemão (*Deutscher Hospital Verein*) cujo objetivo era criar um hospital para assistência à colônia germânica no Rio (PORTO, SANGLARD, FONSECA E COSTA, 2008). Plehn indicou o lançamento da pedra fundamental, caso tivesse a concordância da União dos Hospitais (*Hospitalverein*), na presença das autoridades municipais do Distrito Federal, e que determinado número de leitos fosse colocado à disposição da administração municipal de saúde. Em Joinville, havia a perspectiva de ampliação do hospital alemão local em honra ao Centenário. O representante alemão consultou se haveria possibilidade de participação oficial do governo alemão caso a iniciativa ganhasse corpo e indicou a necessidade de uma avaliação criteriosa das circunstâncias, inclusive levando em conta a opinião de médicos brasileiros que pudessem atuar como consultores em regime confidencial. Plehn julgou particularmente conveniente uma unidade especializada em um ramo específico da medicina que pudesse mais tarde ser anexada ao hospital, junto de um espaço bem equipado para pesquisa e tratamento das doenças que prevaleciam no Brasil. "Perante a alta reputação desfrutada aqui pela ciência médica alemã, é de se esperar que a fundação de tal instituição seja aqui recebida com gratidão", emendou Plehn.¹² Caso a ideia prosperasse, indicou a participação de seu primo – o médico especialista em doenças tropicais, Alfred Plehn (PLEHN, 21 jan. 1922).

A sugestão de conceder o Hospital Alemão ao usufruto do governo brasileiro dividiu opiniões. O Departamento Político da chancelaria germânica sublinhou que a inauguração de um hospital

12

Tradução minha. No original: "Bei den hohen Ansehen, dessen sich die deutsche medizinische Wissenschaft hier durchweg erfreut, könnte erwartet werden, dass eine solche Stiftung hier dankbare Aufnahme finden würde" (DEUTSCHE GESANDTSCHAFT, 10 jan. 1922).

destinado preferencialmente à assistência da população teuta não seria considerada pelos brasileiros uma forma de homenagem, mesmo se disponibilizassem leitos aos “não alemães”, ou “lusobrasileiros”, como era habitualmente referido na linguagem da época (AUSWÄRTIGES AMT, 3 mar. 1922). Quanto à criação de uma instituição médica, seria necessário verificar se não esbarraria em algum obstáculo, como o surgimento de uma possível tensão com o Instituto Oswaldo Cruz, tradicionalmente voltado à pesquisa e combate das chamadas “doenças tropicais” (PLEHN, 13 jan. 1922).

As consequências desse projeto não são possíveis de serem acompanhadas pela documentação diplomática. A pedra fundamental do Hospital Alemão foi lançada apenas dez anos depois. Ele foi fundado em 1934, com o suporte de Fritz Munk, clínico de Berlim que tinha estreitas relações com o Brasil graças à proximidade com o microbiologista e patologista brasileiro que atuava em Hamburgo, Henrique da Rocha Lima. Eles se conheceram na Polônia durante a Primeira Guerra, quando realizavam estudos sobre o tifo exantemático e a febre das trincheiras (SILVA, 2011). Curioso observar que ele visitou o Brasil com o amigo brasileiro em 1922 e é possível que nessa estadia tenham ocorrido os contatos e parcerias que redundaram na construção do Hospital Alemão. Doze anos depois, Munk retornou ao Brasil para participar das festividades de inauguração da instituição. Ele orientou o projeto de construção, que seguiu o modelo do Hospital Martin Luther, inaugurado em Berlim em 1931 e dirigido por ele, o qual era considerado uma das construções hospitalares mais modernas no seu tempo (PORTO, SANGLARD, FONSECA E COSTA, 2008).

De qualquer forma, um aspecto se sobressai nesse plano, diretamente relacionado ao tema deste estudo: o lugar da pesquisa e assistência médicas na diplomacia cultural alemã exercida no Brasil no pós-Primeira Guerra. Como havia sido dito por Nocht, os cuidados médicos seriam ferramentas sutis de política cultural, que despertavam um senso de gratidão entre os assistidos e poderiam atuar

como espaços de exibição dos avanços técnicos da indústria médica germânica. Em meio à crise econômica que assolava a Alemanha, a intensificação do contato com comunidades médicas no exterior representava um meio eficaz de divulgar os produtos da portentosa indústria médico-farmacêutica. Dentre os diversos segmentos que compunham o setor, destacavam-se os conglomerados da indústria química que constituíam um dos principais ícones da “grandeza alemã”, fonte de prestígio e projeção internacional. Não é casual que firmas como a Bayer tenham apoiado estreitamente iniciativas de diplomacia cultural, como visitas de pesquisadores da área médica, intermediação e encaminhamento de professores e estudantes de medicina a instituições e a recepção de médicos estrangeiros, além de publicações como a *Revista Médica de Hamburgo* e, no Brasil, *Revista Terapêutica* e *O Farmacêutico Brasileiro* (BRAHM, 2002; SÁ *et al.*, 2009; SÁ E SILVA, 2010; ROLIM E SÁ, 2013; WULF, 2013).

A sucursal da Bayer no Brasil surgiu em 1921, no mesmo ano em que foi criada a *Revista Terapêutica*, direcionada aos círculos médicos e que, conforme demonstram Rolim e Sá (2013), divulgou os medicamentos alemães com finalidade de ampliar sua comercialização, mas também como ferramenta de fomento da simpatia cultural pela Alemanha. Assim como a *Revista Médica de Hamburgo*, a *Revista Terapêutica* associava a eficácia terapêutica dos medicamentos desenvolvidos pela Bayer ao prestígio da ciência alemã. Ou seja, segundo Rolim e Sá (2013), as estratégias de comercialização da companhia farmacêutica germânica acompanharam as diretrizes da política de divulgação do germanismo, com artigos que celebravam as realizações da ciência alemã e incentivavam o intercâmbio intelectual. A autoridade da ciência germânica chancelava o potencial dos medicamentos. Os anúncios e artigos voltados à divulgação dos remédios salientavam o fato de resultarem de pesquisas experimentais rigorosas realizadas nos laboratórios da Bayer (ROLIM E SÁ, 2013). Os sentidos políticos das inovações terapêuticas da indústria químico-farmacêutica foram bastante explorados no caso do Bayer

205, fórmula elaborada para tratamento da doença do sono (tripanossomíase africana), um dramático problema sanitário que afetava as populações das então possessões coloniais da Inglaterra, França, Bélgica e Portugal no continente africano (LYONS, 1992; NEILL, 2012). No cenário posterior ao Tratado de Versalhes, que decretou a perda das possessões coloniais pela Alemanha, o que deflagrou um forte movimento social e político de reivindicação daqueles territórios, o medicamento rebatizado de Germanin foi divulgado como signo da capacidade do país derrotado na guerra de administrar com eficiência as colônias na África (WULF, 1994; ECKART, 1997).

Foi usual em iniciativas da política cultural externa alemã o apoio material e logístico da Bayer. Em viagem à Argentina em 1923, o pesquisador do Instituto de Doenças Marítimas e Tropicais de Hamburgo, Peter Mühlens, dedicado ao estudo e combate da malária, encarregou-se de divulgar o Bayer 205 entre os círculos médicos locais. O mesmo ocorreu em viagem que ele realizou ao México em 1926, em que se comprometeu com os representantes da Bayer em propagandear o novo antimalárico – a plasmocina – que a companhia havia desenvolvido com colaboração estreita dos pesquisadores do Instituto de Doenças Tropicais de Hamburgo (WULF, 1994; WESS, 1992, 1993). Ele recebeu mil tabletes do medicamento para distribuir para os médicos mexicanos, mas sua atividade de propaganda foi comprometida por denúncias da toxicidade da droga. Um médico militar mexicano acusou-o de não ser um homem de ciência, “mas um viajante propagandista” (BRAHM 2002, p. 72). Medicamentos como o Yatren, o antissifilítico Salvarsan e os antimaláricos atebrina e plasmocina figuraram em propagandas estampadas nas revistas médicas que circulavam no Brasil e em demais países latino-americanos (SÁ E SILVA, 2010; ROLIM E SÁ, 2013; WULF, 2013). Por meio da intermediação de Mühlens, a Bayer (desde 1925 parte do complexo da I.G. Farben) e a Associação da Grande Indústria Químico-Farmacêutica (*Verband der Chemisch-Pharmazeutische Grossindustrie*) tornaram-se os grandes financiadores da sucessora da

Revista Médica de Hamburgo – a Revista Médica Germano-Ibero-Americana (WULF, 2013).

O mesmo padrão de apoio da indústria químico-farmacêutica à diplomacia cultural germânica observou-se no caso da representação alemã nas festividades do Centenário da Independência. Junto com ela, a indústria de insumos médicos também aderiu ao esforço de aliar finalidades comerciais com propósitos de política cultural externa. Ambos os setores da indústria e do comércio foram os principais anunciantes da *Revista Médica de Hamburgo* (SÁ E SILVA, 2010). Desde o início de 1922 estava prevista uma visita ao Brasil do cirurgião berlinense Fedor Krause, personalidade conhecida do meio médico brasileiro, que já havia visitado o país em 1920. Apesar de ter sido um episódio polêmico,¹³ a diplomacia alemã avaliou essa primeira visita como um sucesso do ponto de vista da política cultural externa. Na época, a representação diplomática alemã no Rio estava vacante. O legado da Holanda representava os negócios alemães em um período de incertezas sobre as circunstâncias das relações Brasil-Alemanha depois da ruptura diplomática, da guerra e das pendências do acordo de paz. Em comunicado que chegou até Berlim, ele sublinhou o fato de Krause ter sido muito bem recebido pelos círculos

13 A polêmica teve a ver com o fato de Fedor Krause ter visitado ao Brasil por motivações particulares: para operar a filha do médico Modesto Guimarães e por ter tentado realizar uma série de outras cirurgias e estabelecer uma clínica privada (DEUTSCHE GESANDTSCHAFT, 19 jul. 1920). Também se associou a um incidente com a Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo: já no vapor a caminho de Buenos Aires, que fazia parte de seu itinerário, recebera notícia de que fora nomeado membro correspondente daquela agremiação médica. No entanto, foi informado pelo jornal *A Gazeta* que o título havia sido retirado, tudo indica que em consequência dos altos honorários cobrados pelo médico alemão pelas cirurgias. Nota da revista humorística de Bastos Tigre, *Dom Quixote*, diz que Rubião Meira, o renomado diretor da Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo teria qualificado o médico alemão como “um audacioso que veio à América fazer fortuna. Uma prova de que ele é muito hábil em operações”. Dos oito doentes operados por ele, sete teriam morrido e Meira teria visto ele cobrar cinco contos de réis dos pacientes. Diante disso teria comentado com outro ícone da comunidade médica de São Paulo, Walter Seng, no que certamente é um diálogo fictício: “Que bicho! O sangue suga, e o dinheiro! E o dr Seng: – Suga!” (O PROFESSOR KRAUSE ENTRE NÓS, *Dom Quixote*, n. 173, 1920). Apesar do caráter humorístico da nota, descompromissada em noticiar o teor real do ocorrido, ela testemunha as motivações por trás do desconforto com a visita de Krause.

médicos brasileiros, ter tido audiência com o então presidente Epitácio Pessoa, ter sido mencionado de forma elogiosa e até efusiva pela imprensa, mesmo por veículos de orientação pró-Entente, e ter sido nomeado membro correspondente da Academia Nacional de Medicina. Conforme o legado holandês, a visita de Krause contribuiu para difundir a causa da germanidade (*Deutschtum*) e demonstrou “que o conhecimento e a capacidade alemãs são tão bem estimados no Brasil como eram antes e talvez tenham aqui mais seguidores do que em geral é admitido” (AUFZEICHNUNG, 19 jul. 1920).

Professor da Universidade de Berlim, Krause tinha alcançado reputação internacional pelos trabalhos em neurocirurgia, inclusive tendo contribuído para avanços em procedimentos cirúrgicos aplicados à epilepsia. Também desenvolvera técnicas de operação de tumores no cérebro e no sistema nervoso em geral, de cirurgia plástica e reconstrutiva e intervenções cirúrgicas no lóbulo frontal. Divulgou seus achados e os princípios da cirurgia em obras que se tornaram referências no campo (SILVA, 2011, p. 431-432).

Os oficiais da chancelaria em Berlim e setores da indústria farmacêutica e de insumos médicos decidiram transformar a planejada visita de Krause ao Brasil em 1922 em um evento alinhado com os objetivos e interesses da política cultural externa. Na sede do Ministério das Relações Exteriores em Berlim, oficiais da diplomacia reuniram-se com representantes da indústria química, de instrumentos médicos e de maquinário como Siemens e Lautenschläger, para debater os presentes que Krause levaria na viagem ao Rio, aonde chegaria em maio de 1922. A sugestão era que levasse na bagagem amostras de medicamentos, produtos químicos e de instrumentos médicos para serem distribuídos para instituições de pesquisa, universidades, hospitais, clínicas e centros de assistência. Ao mesmo tempo em que os presentes atuariam como ferramentas de propaganda cultural, serviriam para aumentar as vendas. Como o hospital que se pretendia doar à Universidade do Brasil ainda não estava construído, sendo “uma homenagem platônica” (PLEHN 13 jan. 1922),

as indústrias deveriam se apressar em presentear o Brasil com algo que pudesse figurar na Exposição do Centenário no Rio. A diplomacia cuidaria das facilidades de taxas e transporte (AUFZEICHNUNG, 21 fev. 1922). Nota-se que a sugestão relativa ao hospital ainda estava sendo considerada. Além disso, planejou-se que Krause levaria uma carta das universidades, escolas técnicas e corporações científicas alemãs com congratulações ao Brasil, a qual seria lida em cerimônia festiva. A ideia era que todas as instituições acadêmicas assinassem a carta (AUSWÄRTIGES AMT, 3 mar. 1922).

A Lautenschläger havia se notabilizado pelo desenvolvimento de máquinas de desinfecção a vapor empregadas na assepsia, desinfecção e higiene. Fundada em 1888, tornou-se uma empresa imensa no setor de equipamentos para hospitais, consultórios, clínicas e laboratórios, tendo ainda ferramentas para uso farmacêutico e na indústria. A Siemens, que desde o final do século XIX assumiu a *persona* da enorme corporação Siemens & Halske S.A., era um gigante no setor de engenharia elétrica e de comunicações. Depois da Primeira Guerra, em que participou do desenvolvimento de vários aparatos empregados no esforço bélico, passou a se concentrar nos mais variados setores de aplicação da engenharia elétrica, inclusive no setor médico, contribuindo para a individualização da engenharia médica.

Muito embora ainda não estivesse sido fundado o enorme conglomerado químico-farmacêutico da I.G. Farben, o que ocorreu em 1925, as várias indústrias como a Bayer, a BASF e a Hoechst atuavam em grupo na defesa de seus interesses, como no caso da participação nos esforços de diplomacia cultural, em que a difusão da cultura alemã vinha atrelada a objetivos de conquistar novos territórios de influência econômica. A reunião dos representantes dessas indústrias com os diplomatas em Berlim é ilustrativa do modo de funcionamento da política cultura externa alemã: certifica a influência dos setores econômicos que esperavam benefícios comerciais pela difusão do germanismo, além do senso nacionalista que os engajava

naquele esforço, e o papel proeminente das ciências e suas aplicações, principalmente da medicina, como instrumento fulcral na promoção da cultura alemã.

A sugestão de presentes da indústria médica e farmacêutica junto das congratulações das instituições de ensino e pesquisa pelo centenário do Brasil independente foi bem acolhida pelo representante alemão no Rio, Georges Plehn (AUSWÄRTIGES AMT, 3 mar. 1922). Diferentemente das outras propostas, que geraram divergências na diplomacia, a estratégia dos presentes e da moção às instituições entregues aos brasileiros por Krause agradou os vários setores envolvidos nas relações com o Brasil. Acomodou os que notavam a importância de se fazer representar no evento e os preocupados com a delicadeza das circunstâncias políticas que opunham os dois países no Tratado de Versalhes (WILL, 24 ago. 1922).

Krause visitou o Brasil a convite da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Desembarcou do imponente *Cap Polonio* na capital federal em 9 de maio de 1922. Interpelado por repórteres, declarou que vinha novamente ao Brasil para proferir palestras nas instituições médicas, para mostrar à esposa “a terra cuja beleza fora a primeira a deslumbrar” e para ‘matar a saudade’ dos amigos que havia feito na viagem anterior” (A NOVA VISITA..., 9 maio 1922). Em cerimônia solene com participação do ministro da Justiça e Negócios Interiores e do legado alemão, ele apresentou ao reitor da Universidade do Brasil a moção assinada pela Associação das Escolas Superiores Alemãs (*Verband der deutschen Hochschulen*), com cópia que foi distribuída a todos os estabelecimentos brasileiros de ensino, junto de uma outra carta de congratulação da Sociedade de Medicina de Berlim e uma coleção dos principais preparados farmacêuticos da indústria alemã a ser doada para hospitais, clínicas e instituições de assistência (RECEPÇÃO DO PROFESSOR KRAUSE..., 20 maio 1922).¹⁴ Além disso, o neurocirurgião de Berlim fez discursos e apresentações em português na Faculdade de Medicina, na Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro e na Academia Nacional

de Medicina (PROFESSOR FEDOR KRAUSE, 28 maio 1922; SOCIEDADE DE MEDICINA..., 16 jun. 1922).

Alinhado aos princípios de divulgação da germanidade, Krause mencionou a atração que o Brasil despertava há muito tempo sobre os alemães, mantida “no peito de cada alemão culto”. Apos-tou que as relações entre os dois países em breve seriam dinamizadas pelo voo com dirigíveis, mas a ciência seria o fator a construir “a mais admirável ponte sobre todos esses mares”, a pacificar os ânimos e reconstruir “o edifício da bondade”. A amável acolhida que encontrava pela segunda vez ele viu como prova de que o Brasil havia superado “as psicoses da Guerra” e estava pronto para integrar o cenário da medicina internacional (PROFESSOR FEDOR KRAUSE, 28 maio 1922).

Igualmente atrelada às motivações da política cultural externa foi a carta que Krause entregou ao chefe do Departamento Nacional de Saúde Pública e diretor do Instituto Oswaldo Cruz, Carlos Chagas, da lavra do reputado pesquisador do Instituto de Doenças Infecciosas Robert Koch, de Berlim, Claus Schilling.¹⁵ Schilling estimulou Chagas a enviar estudantes brasileiros para a Alemanha, interessados “em aproveitar as oportunidades de formação” lá oferecidas. Ele próprio dispôs-se a receber e encaminhar os alunos “com conselhos e recomendações” (SCHILLING, 1922). O pesquisador alemão mencionou a admiração que os alemães sentiam pela descoberta da doença que levava o nome de Chagas. Segundo ele, era necessário retomar o intercâmbio científico germano-brasileiro

14 As indústrias alemãs que enviaram amostras de seus medicamentos e produtos foram a Aktien Gesellschaft für Anilin Fabrikation, a G.F. Boehringer Sohne, Leopold Cassella & Cia, Chemische Fabrik auf Aktien, Chemische Fabrik von Heyden, Farbwerke Hoechst A.G., vorm. Meister, Lucius & Brüning], Friedrich Bayer & Cia, Kalle & Cia, Knell & Cia, E. Merck, I.D. Riedel, Vereinigte Chinin Fabrik e Zimmer Fabrik (CENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA..., 31 maio 1922).

15 O nome de Schilling ficou associado aos tenebrosos experimentos médicos humanos realizados com adultos e crianças para investigações sobre a malária e teste de vacinas contra a doença na Itália fascista e no campo de concentração de Dachau. Ver a esse respeito Hulverscheidt (2006).

estabelecido entre Chagas e o biólogo e protozoologista Max Hartmann. Em 1910, Hartmann permaneceu no Instituto Oswaldo Cruz ministrando cursos e acompanhando as pesquisas sobre protozoários. Conforme mostra Sá (2005), sua estadia influenciou o rumo dos estudos percorrido por Chagas na descrição do agente etiológico da doença que observara em Lassance, no interior de Minas Gerais, e que seria batizada com seu nome. Schilling ainda escreveu que a guerra podia ter comprometido a continuidade das relações científicas entre os dois países, “mas não podia calá-los”. Ele solicitou apoio de Chagas na visita que Krause realizava ao Brasil como forma de manter aceso o diálogo acadêmico (SCHILLING, 1922).

A atração de estudantes representou uma estratégia importante da diplomacia cultural alemã. Seguiu tendência incentivada pelos franceses e que depois seria intensificada pelos norte-americanos. O legado alemão em Buenos Aires expressou bem o papel desse esforço para a política cultural em ofício a Berlim de abril de 1922: “é de nosso interesse político especial atrair o maior número possível de estudantes para as nossas universidades e, desta forma, pôr em ação a propaganda cultural”. A guerra já havia mostrado – declarou ele – “que os estrangeiros que estudaram conosco, com poucas exceções, ficaram com boas impressões de nós”. Ademais, alunos que haviam estudado em instituições germânicas “tendem a aderir em alto grau a produtos alemães, o que é de proveito para nossa indústria e comércio”, completou (DEUTSCHE GESANDTSCHAFT, 5 abr. 1922). Com esse propósito surgiram várias iniciativas e organizações voltadas a intensificar o afluxo de estudantes estrangeiros para instituições alemãs. Em consequência de tal política, surgiu em 1923 a Academia Alemã (*Deutsche Akademie*), germe do que se tornou o Instituto Goethe, o DAAD e, em 1925, a Fundação Alexander von Humboldt (LAITENBERGER, 1976; MICHELS, 2005; IMPEKOVEN, 2013).

Krause permaneceu no Brasil até o final de julho de 1922, quando rumou para Montevidéu (Professor Fedor Krause..., 23 jul.

1922). Em retribuição ao manifesto apresentado ao reitor da Universidade do Brasil, o conde Affonso Celso, no Congresso de Ensino Médio e Superior ocorrido durante as festividades do Centenário as instituições brasileiras enviaram carta de gratidão que foi transmitida às instituições germânicas (ÜBERSETZUNG, 27 nov. 1922).

Como forma de reforçar os “esforços estrangeiros” da Associação das Escolas Superiores Alemãs no Rio, os quais incluíam os votos de congratulações pelo Centenário da Independência, o diretor do Instituto Ibero-Americano de Hamburgo, Bernhard Schädel, comunicou ao departamento cultural da chancelaria alemã que o responsável pelo Brasil naquele instituto, Adolf Bieler, viajaria para o Rio em janeiro de 1923 (IBERO-AMERIKANISCHES INSTITUT, 5 dez. 1922). Uma pesquisa na imprensa da época não revelou, entretanto, se ele efetivamente veio ao Brasil. Bieler havia escrito a obra *Brasilien*, publicada em 1920 pela L. Friederichsen. O *Diário da Tarde*, do Paraná, apenas reproduz um “Hino ao Brasil”, composto por Bieler e publicado no jornal *Deutsche Übersee-Zeitung*, de Hamburgo como parte das homenagens ao Centenário da Independência (A IMPRENSA ALLEMÃ..., 27 set. 1922). O jornal da cidade hanseática lançou uma edição em português dedicada ao Brasil com uma capa que estampava fotos de Epitácio Pessoa, Guerra Duval e Fillinto de Abreu.

Segundo o consulado de São Paulo, a entrega da homenagem das escolas superiores alemãs pelo Centenário da Independência aos representantes das faculdades brasileiras teve repercussão bastante amigável na imprensa paulista. Ele considerou-a uma forma de contrapeso “ao retumbante sucesso” há pouco atingido pela “determinada e tenaz propaganda cultural realizada pela França” de criação de um Instituto Franco-Brasileiro, assunto que abordarei adiante. Em comunicado a Berlim, o cônsul anexou notícia do *Journal do Commercio*, que lamentava que as relações intelectuais entre Brasil e Alemanha não tivessem se desenvolvido no mesmo nível das trocas comerciais (DEUTSCHES KONSULAT, 9 out. 1922).

Além de Krause, outros dois médicos alemães visitaram o Brasil e contribuíram para reforçar a representação da ciência germânica no contexto do Centenário: o neurologista de Hamburgo, Max Nonne, e o clínico de Berlim, Fritz Munk. Nonne desembarcou no mesmo navio que trouxe Krause. Dirigia-se à Argentina, onde realizaria uma série de palestras na Faculdade de Medicina de Buenos Aires, e depois partiria para o Chile e o Uruguai. Como de praxe, visitou as instituições médicas e culturais do Rio de Janeiro. Foi recebido por um *entourage* de médicos brasileiros dedicados à psiquiatria e neurologia, como Juliano Moreira, Antônio Austregésilo, Ulisses Vianna e Faustino Esposel, grupo que sustentava admiração pronunciada pela medicina germânica (SILVA, 2011; MUÑOZ, 2018). Em cerimônia na Faculdade de Medicina do Rio, o decano da psiquiatria brasileira, Juliano Moreira, referiu-se ao colega alemão como um “daqueles homens que alargaram os alicerces, reforçaram as paredes e conseguiram soerguer o majestoso edifício da neurologia moderna” (PROFESSOR MAX NONNE..., 20 ago. 1922). Nonne tinha projeção internacional no campo da neurologia, tendo sido assistente, em Heidelberg, de um grande representante da especialidade na Alemanha, Wilhelm Heinrich Erb. Desde 1896, Nonne dirigia o departamento de neurologia do Hospital Eppendorf, em Hamburgo, que a partir de 1919 passou a fazer parte da Universidade de Hamburgo, criada naquele ano.¹⁶

A motivação de Nonne para visitar o Rio era participar do segundo Congresso de Neurologia, Psiquiatria e Medicina Legal, um dos eventos que compôs a intensa agenda de reuniões acadêmicas e não acadêmicas que acompanharam as festividades do Centenário da Independência. O Congresso Internacional de História da América, de Ensino Secundário e Superior, de Proteção à Infância, Internacional dos Práticos são alguns exemplos de encontros ocorridos em paralelo à Exposição Internacional instalada no Centro do Rio (BRASIL, 1926).

16

Dados biográficos de Max Nonne encontram-se em Reese (1960) e Luethy (1961).

Nonne também passou por São Paulo, onde visitou as instituições médicas e científicas ciceroneado por um grupo de médicos com vínculos com a ciência alemã. A diplomacia germânica acompanhou de perto o percurso do neurologista não só pelo Brasil, mas por toda a América do Sul. O legado alemão no Rio, Georg Plehn, esteve presente nas cerimônias de acolhida de Nonne nas agremiações médicas do Rio (NONNE, 1923).

Munk, como vimos, visitava o Rio acompanhando o amigo brasileiro Henrique da Rocha Lima, um dos mais ativos incentivadores da aproximação intelectual entre Brasil e Alemanha na primeira metade do século XX (SILVA, 2011, 2013). Ambos reportaram aos jornais brasileiros a situação política, social e econômica da Alemanha, assolada pela inflação e crise aguda em praticamente todos os domínios. No entanto, sublinharam o tenaz trabalho de reconstrução do país, desempenhado com “capacidade de organização, o sacrifício de pequenas vantagens e vaidades pessoais ao cumprimento do dever”, nas palavras do pesquisador brasileiro. Segundo Rocha Lima, o trabalho científico prosseguia, apesar das dificuldades econômicas, do caos político e da “*boycottage*” dos cientistas aliados – o “boicote” liderado por cientistas belgas, franceses e ingleses, que haviam excluído a Alemanha de organizações científicas internacionais e censurado o uso do idioma alemão em publicações e encontros acadêmicos (NA ESPHERA INTANGÍVEL..., 20 jun. 1922).¹⁷ Como Nonne, Munk foi recebido nas agremiações médicas brasileiras do Rio como também de São Paulo. Nas cerimônias de recepção, proferiu palestras sobre temas de sua especialidade. No Centro Acadêmico da Faculdade de Medicina de São Paulo, Munk e Rocha Lima apresentaram aos estudantes o modo de funcionamento das instituições de pesquisa e ensino médicos alemães. Enfatizaram o “espírito de investigação”, o “apoio moral e material” na forma de suporte do Estado germânico e a autonomia dos catedráticos na gestão de seus institutos e disciplinas. Tais fatores embasavam “a opinião de

que a Alemanha foi, e continua a ser, uma das melhores fontes de ensinamento em matéria de medicina.” Em função disso, tal sistema de organização e ensino era digno de ser conhecido e imitado pelos brasileiros, à semelhança do que fizeram os japoneses e estadunidenses, que por esse meio atingiram algum desenvolvimento científico. Para isso o Brasil precisaria superar a “vassalagem intelectual” em relação “a um país qualquer”, o que sem muito esforço, dá a perceber que se refere à França e aos estreitos vínculos culturais com os franceses. Era necessário, nesse sentido, suplantar os rancores trazidos pela guerra e as ambições de hegemonia cultural da França (MUNK E ROCHA LIMA, 24 ago. 1922). O “reclame” do sistema acadêmico alemão por Munk e Rocha Lima representou uma forma de atrair os estudantes de medicina brasileiros para completarem seus estudos nas instituições germânicas, como vimos, uma estratégia importante da diplomacia cultural.

Diferentemente da visita de Krause, as de Munk e Nonne não haviam sido previamente planejadas como ações de diplomacia cultural, mas se converteram em capítulos de incentivo à aproximação entre Brasil e Alemanha no pós-Primeira Guerra. Elas exemplificam como a política cultural externa alemã funcionou na prática em grande parte dos casos. Menos do que uma política orgânica, integralmente planejada e coordenada do princípio ao fim pelos oficiais da diplomacia, envolveu improvisos, conflitos e a participação voluntária e resoluta dos próprios intelectuais que visitavam o estrangeiro. Este engajamento deu-se pelo forte espírito nacionalista que os animava e que após a Primeira Guerra nutriu o revanchismo e ressentimento com o Tratado de Versalhes e com o boicote da ciência alemã pelos cientistas aliados. Mesmo intelectuais de orientação mais liberal compartilharam do espírito de revisionismo do acordo de paz. O nacionalismo infundia a convicção na superioridade da ciência alemã, ao mesmo tempo em que, paradoxalmente, articulava-se ao ideal de internacionalismo científico, segundo o qual a cooperação acadêmica deveria ser imune às paixões nacionalistas e

vinculações políticas. Peter Weber (2019) denomina isso de “internacionalismo nacional”, segundo o qual “objetivos nacionais estiveram imersos na consciência de entrelaçamentos internacionais e nacionalismo e internacionalismo não puderam ser claramente separados, sendo, ao invés disso, mutuamente complementares”.

Os acadêmicos se autoinvestiram dessa “missão” por se colocarem como os autênticos “portadores” da cultura alemã, por identificarem a ciência como compensadora do poder político e militar comprometido com a guerra e por não identificarem a República de Weimar como autêntica representante de seus interesses e visões de mundo (FORMAN, 1973). Ao mesmo tempo, o alinhamento à diplomacia cultural acenava para vantagens, como a intermediação de contatos, a facilitação de esforços de cooperação, a projeção internacional, recursos materiais para projetos de pesquisa e o patronato da chancelaria alemã. Os diplomatas, por sua vez, esforçaram-se para instrumentalizar as visitas e intercâmbios intelectuais mais duradouros em favor da política cultural externa. Como se tratava de abordagem recente da diplomacia alemã e o Ministério das Relações Exteriores era um nicho conservador, nem todos estavam convencidos da sua pertinência e eficácia. Nem todos tinham familiaridade com as melhores maneiras de mobilizar as relações científicas e artísticas para propósitos econômicos e políticos. A diplomacia cultural trazia à cena novos atores, com agendas e interesses próprios, nem sempre tão claramente alinhados com as estratégias da política externa e com as linguagens e métodos da diplomacia tradicional.

Não era o caso do representante alemão no Brasil, Georg Plehn. Como vimos, ele procurou de várias formas promover a cultura germânica aproveitando-se dos vínculos intelectuais. Nesse sentido, considerou muito valiosas, bem-sucedidas e oportunas as visitas de Nonne e Munk, “os quais conquistaram muitos amigos e admiradores sinceros por meio de seu comportamento simples e desprezioso aqui, apesar da importância científica de ambos”. Segundo Plehn, Munk conquistou simpatia para além dos círculos médicos,

por seu caráter “naturalmente reservado” e por ter proferido suas palestras em português, idioma que dominou em curto período de tempo, certamente com o auxílio do amigo brasileiro. Em jantar de despedida ao médico berlinense, o legado testemunhou “as calorosas relações de amizade” que ele estabeleceu com os representantes da medicina brasileira (DEUTSCHE GESANDTSCHAFT, 14 nov. 1922). Nos anos subseqüentes, Munk dedicou-se com empenho à aproximação científica germano-brasileira, dando apoio a várias iniciativas nas quais também se engajou Rocha Lima, como as visitas de Chagas e Miguel Couto à Alemanha, em 1925 e 1926, e recepção de estudantes e professores. O fato de falar português tornou-o um aliado de primeira hora das ações de política cultural endereçadas ao Brasil (SILVA, 2011).

Depois de retornar a Berlim, Munk enviou relatório ao Ministério das Relações Exteriores em que pontuou a necessidade de ampliar as relações comerciais germano-brasileiras, mas, principalmente, de reforçar uma política cultural que explorasse o prestígio da ciência alemã no Brasil. Uma “propaganda cultural” sistemática deveria ter lugar de maneira a fortalecer a diplomacia germânica e compensar seus insucessos: “Hoje chegou o momento de usarmos sistematicamente a serviço de nossa política externa, com todo vigor, inteligência e cautela, o prestígio científico, que se mantém como nossa única arma e força” (AUSWÄRTIGES AMT, s.d.-b). Ele fez conferência em associações médicas alemãs, como a Sociedade Médica de Berlim, em que relatou sua viagem ao Brasil, com descrições dos locais visitados, o teor das suas palestras e a acolhida pela classe médica brasileira. Rocha Lima escreveu telegramas sobre a palestra do amigo na capital alemã para serem divulgados à imprensa. Acentuou a gratidão pela receptividade que Munk encontrara no Brasil, o qual “ama como segunda pátria” e cujos cidadãos deveriam ser recebidos “com atenção e cordialidade” quando estivessem na Alemanha (ROCHA LIMA, 15 fev. 1923). Segundo o cônsul alemão em São Paulo, a comunicação telegráfica sobre a conferência de Munk

com elogios ao Brasil teve “reconhecimento irrestrito”. E declarou: “Tais elogios proferidos pela boca de alemães qualificados nunca deixam de surtir efeitos no Brasil e, por isso, devem ser bem-vindos do ponto de vista do desenvolvimento das relações intelectuais entre os dois países” (AUSWÄRTIGES AMT, s.d.-c).

Para Plehn, a estadia de “eruditos alemães e outras personalidades de alto nível cultural ao Brasil” era algo “bastante útil” para os propósitos de política cultural, “quando eles atuarem com o tato necessário e compreenderem as peculiaridades do caráter nacional”. Desse ponto de vista, tanto a visita de Munk quanto a de Nonne tiveram “efeito extremamente favorável” (DEUTSCHE GESANDTSCHAFT, 14 nov. 1922).

A representação da Alemanha no Brasil do Centenário ganhou, assim, maior vulto do que o planejado, extrapolando as ações programadas pelos círculos diplomáticos. Apesar de efêmeras, as visitas de intelectuais constituíram a iniciativa mais corriqueira de diplomacia cultural, não só pela Alemanha, mas também pela França, seu modelo e antagonista. Ao mesmo tempo em que Krause, Nonne, Munk e Rocha Lima reforçavam a germanidade pela ciência médica, percorreram as tradicionais agremiações médicas do Rio junto de George Dumas diversos médicos franceses como León Bernard, Émile Marchoux, Paul Janet, Joseph Babinski, Vaquez e Germain Martin.

O fomento à representação da Alemanha nas festividades do Centenário, feito em meio a restrições de ordem política e econômica, incluiu medidas de caráter mais estritamente diplomático. O presidente da Alemanha, Friedrich Ebert, elevou a legação do Rio de Janeiro à categoria de embaixada extraordinária durante as festividades do Centenário. Os oficiais em Berlim cuidaram para que os custos extras que a medida implicava fossem restringidos ao máximo (AUSWÄRTIGES AMT, 27 jul. 1922).

Os círculos interessados em retomar e intensificar o intercâmbio comercial igualmente expressaram seu reconhecimento pela efeméride. Em Hamburgo, comerciantes festejaram o Centenário da Independência com banquete em homenagem ao Brasil. Mensagem de congratulações ricamente adornada com aquarelas representando o porto hanseático foi entregue ao cônsul brasileiro e enviada ao Brasil por vapor. No Rio, o legado alemão ofereceu a mensagem com um álbum de fotografias de Hamburgo ao presidente Artur Bernardes, assinado pelos representantes das principais casas comerciais e companhias de navegação, aproveitando a ocasião para destacar a posição daquela cidade como destino do café brasileiro. No Clube Germânia, principal agremiação da colônia alemã no Rio, houve um jantar pelos festejos da Independência, com a entrega a Plehn de um livro especialmente produzido para a ocasião (DEUTSCHE GESANDTSCHAFT, 23 nov. 1922). Foi também por meio de um livro que os segmentos envolvidos na aproximação econômica, política e cultural germano-brasileira procuraram sanar a ausência alemã na Exposição do Centenário.



4

**O "PAVILHÃO IMPRESSO"
E A HOMENAGEM RELIGIOSA**

Mais diretamente idealizado como meio de compensar a ausência da Alemanha entre os expositores na Avenida das Nações foi o projeto do livro *O Brasil e a Alemanha*, coordenado pelo teólogo, pastor, escritor e jornalista Alfred Funke, que havia vivido no Rio Grande do Sul entre 1896 e 1901, dedicara-se a pesquisar e escrever sobre a colonização alemã no Brasil e na África, além de ter escrito romances ambientados no país e relatos de viagem.¹⁸ Formado em teologia pela Universidade de Halle em 1891, Funke fez seu exame em teologia na Universidade de Marburg em 1896, após o qual emigrou para o Rio Grande do Sul, onde dirigiu uma escola particular. De volta à Alemanha em 1901, fez seu doutoramento em filosofia na Universidade de Halle e estudou geografia colonial da América do Sul, em seguida engajando-se na propaganda da imigração para o Brasil e da colonização alemã na África. A atividade de Funke como escritor foi bastante prolífica. Ele colaborou com diversos jornais redigindo artigos sobre política colonial. Também elaborou roteiros de filmes e fundou, em 1919, sua própria empresa de produção cinematográfica, a Deutscher Klassikerfilm GmbH, que perdurou até 1927.

O Brasil foi tema e cenário de diversas obras de Funke. Em 1902, ele publicou *Aus Deutsch-Brasilien: Bilder aus dem Leben der Deutschen in Staate Rio Grande do Sul* (*Do Brasil alemão: imagens da vida dos alemães no estado do Rio Grande do Sul*). No mesmo ano, lançou as obras *Die Besiedlung des östlichen Südamerika, mit besonderer Berücksichtigung des Deutschtums* (*A colonização do Leste da América do Sul, com ênfase especial sobre os alemães*), resultante de sua tese de doutorado, e *Deutsche Siedlung Übersee: Ein Abriss ihrer Geschichte und ihr Gedeihen in Rio Grande do Sul* (*Colonização alemã no além-mar: um esboço de sua história e de seu desenvolvimento no Rio Grande do Sul*). Em 1905, publicou *Unter den Coroados: eine Geschichte von deutschen Bauern und brasilianischen Indianern* (*Entre os Coroados: uma história de colonos alemães e índios brasileiros*) e,

18

Sobre Alfred Funke ver Gertz (2011) e Fernandes (2015).

no ano seguinte, lançou *Vom Douro und Rio Grande*. Em 1922, publicou romance que chamou de brasileiro, *Der Lasso: brasilianischer Roman (O laço: um romance brasileiro)*.

No ambiente de suspeição em torno dos interesses e motivações do Império alemão em relação ao Brasil abastecido pela ideia do “perigo alemão”, Funke foi apontado como ideólogo do imperialismo germânico e seus inconfessados interesses expansionistas na América do Sul, certamente por divulgar obras sobre política colonial alemã e a colonização alemã em território brasileiro (GERTZ, 2011).

A obra coordenada por Funke, *O Brasil e a Alemanha*, veio a lume em 1923 pela Editora Internacional, “uma empresa de Berlim que procura construir as pontes de ligação e de Paz entre a Alemanha e a América Latina, não poupando para tal, toda sorte de sacrifícios”, conforme consta no livro (FUNKE, 1923). A empresa foi fundada por Hermann Kirchhoff, com o intuito de divulgar obras em espanhol e português relacionadas à Alemanha, motivado, segundo Bispo (2013) “pelo empenho de brasileiros de ascendência alemã ou próximos à cultura alemã no Brasil”. A tradução dos textos para o português foi realizada por Walter Emerich Hehl, brasileiro de origem alemã que se encontrava em Berlim e que escreveu capítulo sobre o Rio de Janeiro (HEHL, 1923; BISPO, 2013).

A Editora Internacional trabalhou em cooperação com os círculos diplomáticos, como atesta ofício do consulado alemão de São Paulo, de novembro de 1922, em que o diplomata reporta ter chamado atenção do *Jornal do Commercio* para as atividades da editora de tradução, para o português, de obras em alemão. Ele também sublinhou demais práticas que visavam estreitar as relações intelectuais germano-brasileiras e divulgar a literatura alemã na América Latina (DEUTSCHES KONSULAT, 9 out. 1922).

A própria origem da Editora Internacional está intimamente ligada aos esforços de maior divulgação das obras alemãs na América

Latina como estratégia de diplomacia cultural. Ao lado da difusão do idioma alemão, a divulgação dos livros figurou como um ponto central na política cultural externa (RINKE, 1996, p. 465). O diretor da Associação de Editores e Comerciantes de Livros (*Börsenvereins der Deutschen Buchhändler*), August von Löwis of Menar, manifestou o significado da difusão dos livros para a propaganda da cultura alemã:

O conhecimento do idioma resulta do livro e os graus de difusão da ciência e do livro são dependentes do nível de domínio do idioma. O acesso ao capital intelectual alemão, corporificado nos livros, é franqueado pela língua, e os beneficiários desse capital não são apenas os que leem os nossos livros no exterior, mas o próprio país de origem das obras extrai seus benefícios disso (Menar citado em RINKE, 1996, p. 465).

Ao assinalar a correlação estreita entre a circulação dos livros e do idioma, Menar aponta um dos principais obstáculos para a maior difusão da literatura alemã na América Latina e em outras regiões. Os imigrantes alemães e seus descendentes foram, por isso, alvos de uma política de divulgação das obras veiculadas em alemão. No entanto, a chegada dos livros no estrangeiro esbarrou em outro grande obstáculo: a questão econômica. Os anos posteriores à Primeira Guerra foram marcados pela dramática crise econômica e social na Alemanha. A instabilidade política e social da República de Weimar foi acompanhada da hiperinflação. A desvalorização acentuada do marco alemão dificultou sobremaneira o comércio exterior, inclusive no setor dos livros. A relação desfavorável com moedas estrangeiras e os custos de produção cada vez maiores tornaram os livros muito mais caros. Em 1919, foi criada a Sociedade Alemã para o Comércio Exterior de Livros (*Deutsche Gesellschaft für Auslandsbuchhandel*) com o objetivo de viabilizar a exportação de obras alemãs. Para isso, teve um aporte financeiro do governo alemão, administrado, como relata Rinke (1996, p. 466), pelo Departamento de Imprensa do Ministério das Relações Exteriores, que passou a cooperar de maneira próxima com o Departamento de Livros e com

as agências implicadas na política de manutenção do *Deutschtum*. Muitas organizações das colônias alemãs no exterior, como associações recreativas, religiosas e educativas possuíam suas próprias bibliotecas ou centros de leitura e com frequência dirigiam-se aos círculos diplomáticos pedindo isenção de taxas ou subvenções para adquirir livros a preços acessíveis. Isso também ocorreu com cientistas e intelectuais ligados à ciência e cultura alemã, interessados em adquirir obras de interesse, como vimos no caso dos médicos Francisco Dobici e Lemos Netto. Aliás, os ramos da medicina, tecnologia e ciências naturais predominaram entre os “clientes” da literatura germânica (RINKE, 1996, p. 571).

Em relatório enviado à legação alemã no Rio e encaminhado a Berlim em outubro de 1921, o professor Eduard Leonhardt defendeu a importância de medidas para baratear a importação de livros e obras de arte alemãs para o Brasil. Conforme Leonhardt, a maior circulação de tais obras era impedida por uma série de fatores, como o fato de que as livrarias em muitas partes do Brasil não eram conduzidas por pessoas que tinham familiaridade com livros e com o mercado editorial. A sobretaxa, a desvalorização cambial, as cobranças da alfândega tornavam os livros muito caros, dificultando a concorrência com obras de outras nacionalidades. Leonhardt também menciona o fato de que muitos traziam em suas bagagens nos navios caixas de livros para comercialização, sem se submeterem à taxação devida. Com isso prejudicavam os livreiros profissionais, sujeito a tais taxas. Algumas livrarias lavravam contratos individuais com editoras da Alemanha, de modo que as obras das editoras mais relevantes muitas vezes iam para outras redes de comércio de livro que não incluíam as livrarias alemãs. Leonhardt propôs que o Ministério das Relações Exteriores atuasse no sentido de sistematizar a entrada e circulação dos livros alemães, com a criação de um ponto de entrega e distribuição no Rio e filiais no Sul e o contrato com empresas, editoras e livrarias que intermediariam a chegada de obras relevantes, publicadas pelas editoras de maior reconhecimento. A sugestão

das filiais no Sul, justificou o professor, era pela presença da colônia alemã, para a qual faltava a provisão de bíblias e livros de canto alemães (LEONHARDT, 20 ago. 1921). Pela documentação consultada, a sugestão de Leonhardt não teve maiores consequências.

Para otimização dessa maior difusão das obras alemãs, o Ministério das Relações Exteriores fortaleceu as sinergias com as instituições científicas. Organizações como o Instituto Ibero-Americano de Hamburgo ampliaram os esforços de amplificar o conhecimento da literatura alemã, assim como associações bilaterais, à semelhança da que foi criada no Rio em 1922, a Sociedade Brasileira dos Amigos da Cultura Germânica, conforme veremos no próximo capítulo. Em muitos casos, as motivações orientadas pela diplomacia cultural chocaram-se com os interesses das casas editoriais, bastante afetadas pela crise econômica.

De forma a contornar o obstáculo do idioma, as traduções figuraram como melhor forma de ampliar a circulação de obras alemãs na América Latina. Nesse sentido, surgiu em 1921-1922 a Editora Internacional, responsável pela publicação da obra coordenada por Alfred Funke. Teve o apoio da Sociedade Alemã de Comércio Exterior de Livros e da agência alemã de notícias Transocean, órgão semioficial que surgira em 1915 com o propósito de guarnecer a imprensa estrangeira – basicamente dos países neutros – com relatos sobre a guerra na perspectiva das potências centrais.¹⁹ A Editora Internacional teve sede em Berlim e em Munique, com filiais em Buenos Aires, Madri e México, com forte interface com a Transocean, expressão da proximidade com as engrenagens de propaganda e diplomacia cultural. Como já mencionado, a direção da editora coube a Kirchhoff, que havia sido responsável pelo departamento de livros do Ministério das Relações Exteriores e pela Sociedade Alemã de Comércio Exterior de Livros. Ou seja, tinha experiência na difusão dos livros

19

Sobre a Transocean e seu papel na propaganda alemã durante a Guerra ver Oppelt (2002) e Evans (2010).

como estratégia de política cultural para o estrangeiro. Uma editora comercial alemã de projeção encarregava-se da tradução, que era, então, editada e divulgada pela Editora Internacional, com aporte do Ministério das Relações Exteriores. O portfólio era eclético – abrangia livros políticos, romances, obras de medicina popular e edições de luxo veiculadas em português e espanhol (RINKE, 1996, p. 469).

O fato de ser um projeto da Editora Internacional explica a razão da obra coordenada por Funke ter sido publicada em português. Corresponhia à estratégia de divulgar o ponto de vista alemão no idioma local. No caso da obra *O Brasil e a Alemanha*, tratava-se de ressaltar a importância dos laços entre os dois países por ocasião do centenário da Independência brasileira. Já nas páginas iniciais, fica evidente que o livro surgira como forma de amenizar “a dor pela ausência alemã” entre os pavilhões internacionais:

Os verdadeiros amigos de boas relações entre as duas nações com um passado cheio de valor atravessarão certamente cheios de dor a Avenida das Nações, vendo que a República Alemã, uma das nações mais industriais do mundo, cujo gênio técnico faz milagres, cujo tino comercial sempre consegue mais se desenvolver, cuja ciência sempre solve novos problemas e que se faz credora do reconhecimento mundial, cuja indústria e comércio propriamente dito é sempre inteligente e empreendedor, não esteja representado por um pavilhão digno no qual ele possa se representar com o mesmo esplendor como em St. Louis, Paris etc. Mas a República Alemã, depois de terminada a guerra, bem como o povo alemão ficaram sobre o jugo do Tratado de Versailles e empobrecidos e com a sua fraquíssima moeda e sua vontade honrosa de cumprir com o que lhe é determinado até o máximo extremo, não podia nestas condições pensar na construção de um pavilhão que teria que se esconder na sombra da suntuosidade dos demais países representados. Mas, mesmo que falte o pavilhão da Alemanha na Avenida das Nações, isto comprovará que o espírito alemão procurava conquistar com a palma da Paz a posição que lhe cabe no

coro geral das nações, ao qual já o Brasil pertence há cem anos (FUNKE, 1923, p. ii-iii).

O gesto de celebrar a emancipação política por meio de uma Exposição Internacional foi caracterizado como sinal do comprometimento do Brasil na promoção da paz e do entendimento mútuo entre os povos. Pela mobilização do ideal de paz, Funke dissipava as rivalidades ainda latentes entre as nações que há pouco haviam se enfrentado no teatro de guerra, bem como os ressentimentos profundos com os termos do próprio Tratado de Paz. Brasil e Alemanha estariam irmanados na defesa desse ideal, despidos do revanchismo sustentado por outros países:

O Brasil, cuja Constituição não permite qualquer guerra que não seja unicamente defensiva da sua honra e das suas fronteiras, mostra pela abertura da sua grande Exposição Internacional, ao mundo, qual a estrada para o bom entendimento entre os povos do globo e procurará assim evitar novas e terríveis desventuras e desgraças, conduzindo destarte todos para a estrada do entendimento social da humanidade. O Brasil, o verdadeiro amigo da Paz, sabe, que não é a espada mas sim a palma da Paz o symbolo do futuro quando os povos do mundo não quizerem desaparecer como anonymos dentro das labaredas do Inferno. A sua Exposição Internacional será o seu grande salão, onde receberá seus hospedes (FUNKE, 1923 prefácio).

O livro figurava, então, “como um mensageiro da fortuna para os próximos cem anos, e ainda mais, para união pacífica e amistosa dos dois países” (FUNKE, 1923). O discurso de Funke ressoa a mesma retórica internacionalista de competição pacífica que animou as exposições do século XIX, a qual, como afirma Rezende (2015, p. 170), ainda persistia no entreguerras. No entanto, ela passou a conviver “com uma lógica nova e ‘infame’ baseada na rivalidade nacional para participar das exposições”. Rezende (2015) exemplifica com o caso da Inglaterra, mas isto se aplica perfeitamente aos conflitos entre franceses e alemães aqui analisados.

Notícia publicada na imprensa da época reporta a publicação do livro *O Brasil e a Alemanha*, que contou com a colaboração de outras personalidades, como o renomado escritor Coelho Neto, o conselheiro da legação do Brasil na Alemanha e futuro embaixador, Muniz Aragão, e do diretor do Banco do Ultramar Alemão (BRASIL-ALLEMANHA, 24 jun. 1922).

A obra registra as relações entre os dois países desde a Independência nos vários ramos de atividade – imigração, ciência, artes, indústria e comércio – com o claro propósito de enfatizar os vínculos estreitos desenvolvidos naqueles cem anos, bem como sedimentar o papel que os alemães teriam tido na formação brasileira como nação independente. Estruturou-se como uma “exposição itinerante” que não só revisitava o passado de conexões germano-brasileiras desde a Independência, como também certificava o potencial para adensamento dos intercâmbios, principalmente no terreno econômico. Merece ênfase, nesse sentido, o capítulo sobre as trocas comerciais escrito pelo coronel Gaelzer Netto, por documentar os artigos e ramos apresentados como eventuais recursos para intensificação do comércio, mas sobretudo pelo papel do indivíduo que redigiu aquelas páginas.

Guilherme Gaelzer Netto (1874-1959) foi um ativo incentivador das relações Brasil-Alemanha no campo comercial e na imigração. Atuou como comissário da imigração na Alemanha a partir de 1921 a serviço do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, recrutando imigrantes alemães para trabalhar no Brasil e realizando propagandas do país por meio de exposições de filmes, diapositivos e exposições. Procurou trabalhar em cooperação com os órgãos diplomáticos e aparar as arestas entre os vários setores envolvidos nas negociações da imigração. Ele vocalizou os interesses das companhias de navegação e colonização para as quais a imigração representava enorme lucro, pela venda de passagens, suporte dado pelas agências de sociedades alemãs no exterior e venda de propriedades no território brasileiro (FERNANDES, 2015).

Um dos ruídos na interação com os órgãos oficiais da Alemanha surgiu exatamente por ocasião da Exposição do Centenário da Independência: Gaelzer Netto intermediou a contratação de cerca de duzentos trabalhadores alemães do setor da construção e do artesanato para as obras do evento. No entanto, o governo alemão não aprovou as condições oferecidas para o contrato, consideradas inadequadas (FERNANDES, 2015).

Na condição de teuto-brasileiro, ele estabeleceu relações com autoridades alemãs, adquirindo prestígio. Além da imigração, propagandeou produtos brasileiros de interesse para a Alemanha, basicamente produtos primários que compunham a pauta de exportações do Brasil, mas que para o comissário tinha maior potencial de troca com o país europeu. Nesse sentido, procurou otimizar a exportação de café, de erva-mate, de algodão e de outros produtos como o cacau, fumo, açúcar, borracha, feijão preto, arroz, farinha de mandioca, carne, couro, madeira e minérios (FERNANDES, 2015).²⁰

O capítulo de Gaelzer Netto (1923), "A expansão econômica do Brasil na Europa Central" no livro de Funke representou mais um veículo por meio do qual apresentou as possibilidades de expansão das trocas comerciais entre Brasil e Alemanha. Nessas trocas, o primeiro forneceria os produtos primários e o segundo, os produtos industrializados. Gaelzer Netto encarava esse perfil de intercâmbio como sinal de complementaridade das economias e não como uma relação de perfil colonialista. O capítulo é demonstrativo do seu engajamento na propaganda dos produtos brasileiros e opera em lógica semelhante à que orientou as mostras na Exposição Internacional do Centenário: apresenta os itens de possível apelo comercial aos estrangeiros.

20 Gaelzer Netto realizou a função de promotor da imigração ao Brasil na Alemanha durante as décadas de 1920 e 1930. De 1936 e 1942, dirigiu o Escritório de Propaganda e Expansão Comercial Brasil-Alemanha, função que reforçou sua projeção junto às autoridades alemãs e brasileiras e seu papel como articulador das relações entre os dois países (FERNANDES, 2015).

Funke era um estreito colaborador de Gaelzer Netto. Segundo Fernandes (2015), o publicista era pessoa de confiança do Escritório de Migração do governo alemão e atuou em favor da imigração promovida por Gaelzer Netto. Tudo indica que ambos idealizaram o projeto editorial do livro do Centenário da Independência. Além de textos sobre economia e imigração, Gaelzer Netto propôs os temas e autores que deveriam estar no livro. É bem provável que também tenha contribuído para atrair as firmas que apoiaram a obra. Devido à escassez de recursos financeiros, o livro só pode ser concretizado pelo apoio dessas empresas que tinham representações comerciais no Brasil e interesse em intensificar o intercâmbio comercial (BISPO, 2013).

As relações comerciais Brasil-Alemanha foram abordadas em capítulo escrito por G. Flachsbart (1923), dirigente da Liga Comercial Brasil-Alemanha. A liga formou-se em reação à Lista Negra decretada pelos ingleses – uma relação de empresas com as quais se deveria evitar o comércio. Em 1919, filiais da Liga se estabeleceram em vários estados do Brasil. No capítulo, Flachsbart (1923) realça o papel dos imigrantes alemães na intensificação do intercâmbio comercial e da linha de navegação que ligava Hamburgo com o Brasil e o Rio da Prata, o que tornou possível a concorrência dos produtos alemães com os ingleses e franceses. Segundo Flachsbart, às vésperas da guerra a América do Sul mantinha com a Alemanha um comércio mais intenso que a África e a Ásia juntas. Assim, a Alemanha “tem na América do Sul o seu mais importante e futuro mercado”, vaticinou Flachsbart (1923, p. 75). No período analisado por Flachsbart, que se estende de 1906 a 1913, a exportação brasileira para a Alemanha superou a exportação para os EUA em quase dez mil marcos de ouro. Entre os produtos exportados, ele menciona o café, borracha, fumo, açúcar, mate, cacau, algodão, couro e peles.

O capítulo de Walter Emmerich Hehl (1923) traz uma descrição entusiasmada do Rio de Janeiro – de suas belezas naturais, mas também do patrimônio construído. Situa a capital federal na

intersecção entre uma cidade dotada de belas paisagens e uma arquitetura moderna. Hehl é particularmente elogioso das intervenções urbanas realizadas durante a reforma de Pereira Passos, que identifica como expressão de uma transformação mais profunda, de superação da herança ibérica provinda do passado colonial. Entre as figuras que elogia na administração federal e da cidade, destaca o ex-chanceler Lauro Müller, político de origem alemã que no ambiente de desconfiança, intriga e injúria da Primeira Guerra, foi acusado de ser um agente em favor dos interesses da Alemanha.

Além de organizar o livro, Funke contribuiu com um dos capítulos mais extensos, “A civilização brasileira e o elemento alemão no Brasil”, no qual narra a colonização do Brasil e o papel dos alemães nesse processo. Sublinha as contribuições da Alemanha para o avanço cultural e econômico do país, retratando as relações entre os dois países como elementos duradouros nesse histórico. É interessante notar que o retrospecto das relações entre Brasil e Alemanha narrado pelo livro, com a reiterada menção, por exemplo, aos vínculos entre as casas monárquicas dos dois países, à visita de naturalistas do mundo germânico e ao fluxo migratório e seu estabelecimento no território brasileiro, visa não só celebrar a antiguidade e a suposta estabilidade daquelas conexões, mas projetar sua intensificação no futuro. Tanto no aspecto comercial, quanto intelectual, cultural, político e do próprio movimento migratório. Nesse sentido, o livro antecipa as possibilidades de estreitar ainda mais os laços entre os dois países, o que permite vislumbrar como aqueles indivíduos profundamente implicados nesse estreitamento apreendiam o papel das relações em ambos os espaços. O avanço da Alemanha em setores como indústria, tecnologia, arte e ciências é apresentado como um atestado de seu potencial como impulsionador do desenvolvimento material e cultural do Brasil, um país em sua “infância”. O território pleno de recursos materiais poderia atingir o almejado progresso se recorresse à técnica e ciência alemãs:

Resumindo em poucas palavras o efeito do contacto da gente allemã com a população brasileira temos de accusar o apreço do trabalho agronomo e technico allemão no Brasil, apreço que se augmentará em tempos futuros nos quais desenvolver-se-ha a grande industria mineira e a fabricação do aço no solo brasileiro. A experiencia technica allemã terá neste desenvolvimento seu papel digno e valoroso. A gente brasileira já conhece as preferencias da educação segundo o methodo allemão e frequentará de anno em anno mais as academias e universidades da Allemanha transplantando assim a sciencia allemã para o Brasil. Este contacto scientifico terá o effeito que ambos os povos se conhecerão mais bem, e os esforços de uma propaganda germanophoba no Brasil neste periodo futuro mais e mais serão infructiferos e esteris. O commercio allemão sempre manterá a sua posição importante, e as relações commerciaes augmentar-se-hão nos lustros futuros (FUNKE, 1923, p. 140-141).

O tom é otimista. O germe do progresso já estaria latente no Brasil, bastando apenas despertá-lo pela parceria com a nação-irmã da Europa, mais culta e desenvolvida. Nem mesmo as correntes que insultavam a Alemanha e lançavam desconfianças sobre suas intenções seriam capazes de deter a força das ligações com o Brasil. Funke minimiza a preocupação com as investidas dos franceses, ingleses e norte-americanos, repetidamente manifestada pelos diplomatas e demais atores envolvidos na aproximação germano-brasileira. Na projeção do futuro dos vínculos entre Brasil e Alemanha, Funke idealiza o papel que caberia a cada um dos parceiros. Ao idealizar o Brasil como terra propícia aos emigrantes alemães e como fornecedor das matérias-primas para a indústria germânica, ele repercute o imaginário colonialista da época, persistente em uma Alemanha privada de suas colônias e possessões na África e no Pacífico:

A Allemanha sempre apreciará o Brasil como seu amigo, e esta amizade tornará se mais forte no seculo futuro no qual a industria da Allemanha precisara ainda mais do que hoje das materias primas do Brasil, offerecendo aos mercados brasileiros os productos perfeitos da technica

alemã. A emigração alemã sempre achará no Brasil a nova terra para o seu trabalho sincero e fructífero recordando-se da coincidência da Independência do povo brasileiro e da primeira imigração alemã no anno propicio de 1822! (FUNKE, 1923, p. 140-141).

Nota-se, assim, que houve um esforço por parte dos vários segmentos envolvidos nas relações entre Brasil e Alemanha de compensar a ausência de um pavilhão alemão na Avenida das Nações. Esse esforço teve suporte dos círculos oficiais em Berlim, mas é errôneo acreditar que as iniciativas partiram todas das agências que realizavam a diplomacia cultural para o Brasil. Não obstante o papel de órgãos como o Departamento Cultural do Ministério das Relações Exteriores no incentivo das várias iniciativas que compuseram aquela política, as ações destinadas a fortalecer os laços culturais, políticos e econômicos com o estrangeiro partiram de consórcios de atores transnacionais, de modo algum restritos à esfera do Estado. Trata-se mais de uma sintonia de objetivos e prioridades entre os atores estatais e não estatais envolvidos nas relações com o exterior, com suas próprias dinâmicas, interesses e expectativas, do que de uma ação oficial controlada pelo Estado e por este coordenada do princípio ao fim. Vamos agora abordar um outro segmento importante nas relações entre Brasil e Alemanha que também se fez presente nas comemorações do Centenário: os setores religiosos.

A EXPOSIÇÃO DE ARTE RELIGIOSA ALEMÃ (1923)

A documentação diplomática consultada para este trabalho menciona por diversas vezes o planejamento de uma Exposição de Arte Religiosa da Alemanha, prevista para ocorrer durante a Exposição Internacional como parte das homenagens do país europeu ao

centenário do Brasil independente. No entanto, não fornece maiores detalhes desse evento, os indivíduos e instituições envolvidos em sua realização, nem os canais por meio dos quais ele foi viabilizado.

Diante dessa lacuna na documentação oficial disponível, recorri à imprensa da época na tentativa de reconstruir mais esse capítulo na sequência de homenagens articulada pelos alemães nos festejos do Centenário. Conforme as notícias encontradas, o ministro da Alemanha no Brasil, Georg Plehn, fez parte da comissão organizadora e esteve presente na inauguração ocorrida em 2 de junho de 1923 junto dos demais secretários e integrantes da representação alemã no Rio (EXPOSIÇÃO DE ARTE... 2 jun. 1923; ARTE RELIGIOSA... 7 jun. 1923; EXPOSIÇÃO INTERNACIONAL... 9 jun. 1923). À frente da organização, no entanto, são mencionadas a *Deutscher Caritas-Verband* (Sociedade Alemã Caritas), sediada em Berlim (EXPOSIÇÃO INTERNACIONAL... 9 jun. 1923), o cardeal Schultes, de Colônia e o frei franciscano Pedro Sinzig, que há pouco retornara da Alemanha (EXPOSIÇÃO DE ARTE, 2 jun. 1923).

A comissão organizadora da Exposição Internacional de arte sacra agregou personalidades de relevo no cenário político, social e econômico da capital federal. Entre eles, o oftalmologista Abreu Fialho; o deputado federal por Santa Catarina, pertencente a prestigiosa família de políticos catarinenses de origem teuta, Adolfo Konder; o diretor do Museu Nacional, Arthur Neiva; o jornalista e empresário Assis Chateaubriand, admirador da cultura e ciência alemãs, jornalista e proprietário de jornal; Everardo Backheuser, diretor da Escola Politécnica e incentivador da aproximação germano-brasileira, conforme falaremos mais adiante; o intelectual, poeta, professor e jornalista, o conde Carlos de Laet, monarquista e católico; o deputado Dunschee de Abrantes, que foi um fervoroso defensor da Alemanha na esfera pública nos anos da guerra; Medeiros de Albuquerque, diretor da representação estrangeira da Exposição Internacional do Centenário; o presidente da Academia Nacional de Medicina, Miguel Couto, que também nutria vínculos com a medicina germânica;

o médico professor da Faculdade de Medicina do Rio, Felício dos Santos; o conde Affonso Celso, diretor da Academia Brasileira de Letras e figura de renome no meio intelectual da Primeira República, além de expoentes da cultura alemã no Rio de Janeiro (EXPOSIÇÃO DE ARTE, 2 jun. 1923).

A inauguração da Exposição contou com a presença do arcebispo adjutor do Rio de Janeiro, dom Sebastião Leme, e do núncio apostólico, representante do Vaticano no Brasil, monsenhor Enrico Gasparri. Como dito, Plehn esteve presente com os demais integrantes da legação – o conselheiro Rudolf von Bülow e o secretário Heiwisch Seelhelm (EXPOSIÇÃO INTERNACIONAL... 9 jun. 1923). O representante do Brasil na Alemanha, Guerra Duval, também participou da cerimônia, junto de outros membros dos círculos do governo – um representante do Ministério das Relações Exteriores; o ministro da Justiça e Negócios Interiores, o líder da representação estrangeira da Exposição Internacional, Medeiros de Albuquerque, além de membros da comissão organizadora. Duas bandas de música da Polícia Militar abriram o evento. O discurso de abertura foi proferido por Gustavo Erb, diretor do Banco Alemão. Ele falou em nome dos alemães interessados em homenagear o Brasil pelo centenário e agradeceu pela disponibilização das salas do Palácio de Festas. Em seguida, falou Medeiros de Albuquerque, que agradeceu pela contribuição alemã nas festividades, depois sucedido por Everardo Backheuser, diretor da Sociedade dos Amigos da Cultura Alemã, tema do próximo capítulo. Finalmente, fez um discurso o ministro alemão no Rio, Georg Plehn. Vale mencionar trecho do discurso de Backheuser destacado em notícia do jornal *A União*, de 7 de junho de 1923:

É arte dos nossos dias, é arte dos dias de fome e de frio. E por certo nas faces ressequidas e maceradas do Crucificado é impresso com mais força o sofrimento augusto que ele teve, porque isso traduz quiçá a angústia da Alemanha acorrentada nas horas presentes, levando ao céu sua prece humilde, para que dela se apiedem as forças

divinas, já que os poderosos da Terra deixaram-na ao abandono (ARTE RELIGIOSA..., 7 jun. 1923).

Backheuser correlaciona de forma direta o sofrimento expresso nas figuras religiosas com o drama experimentado pela população alemã, que vivia, então, o auge da crise social e econômica provocada pela hiperinflação da República de Weimar. A ocupação do vale do Ruhr por tropas francesas e belgas em 1923 agudizou a inflação que já vinha desde o final da guerra, com uma série de despesas descobertas que não foram amortizadas. Havia ainda as reparações de guerra exigidas pelos vencedores e que correspondiam a cerca de 10% das receitas anuais da Alemanha. Para abastecer a resistência passiva que estimulou entre os habitantes do Ruhr, o governo alemão teve de imprimir papel-moeda para custear uma série de benefícios sociais. A desvalorização do marco alemão entrou em um ritmo acelerado, com conseqüente aumento exponencial dos preços das mercadorias. Trabalhadores recebiam os salários a cada dois ou três dias ou duas vezes por dia em algumas circunstâncias, mas nem assim era possível acompanhar o aumento escalonado dos preços. O dólar americano, que em 1914 equivalia a 4,2 marcos, passou a valer 17.972 marcos em janeiro de 1923; 17.972 marcos em julho de 1923 e a inacreditável quantia de 4,2 trilhões de marcos em novembro, quando teve início uma política de estabilização financeira. A classe média foi particularmente afetada: lojistas, acadêmicos, funcionários públicos, oficiais lutaram para manter o mínimo para a subsistência. Economias de uma vida toda não chegaram a ser o suficiente para comprar uma fatia de pão ou um pedaço de carvão. Os pobres e trabalhadores sem qualificação foram reduzidos à miséria absoluta (WEITZ, 2009). Tamanho drama humanitário Backheuser atribuiu ao abandono “dos poderosos da Terra”, aludindo ao consórcio de nações que impunham reparações de guerra consideradas pelos alemães e seus apoiadores como injustas e opressivas.

Aos discursos seguiu-se uma visita à Exposição encabeçada pelo arcebispo do Rio, ciceroneado pelo frei franciscano Pedro Sinzig.

Sinzig abordou o histórico das peças expostas e dos artistas. Vitrines expuseram paramentos, cálices de ouro e prata, com pedras preciosas incrustadas. A exposição teve ainda um presépio de figuras articuladas, o que permitia representar diferentes episódios do nascimento de Cristo mudando a disposição e os gestos das figuras. Segundo Sinzig, a autora, Joanna Zamers, literalmente passava fome (ARTE RELIGIOSA..., 7 jun. 1923). Galerias de quadros e estátuas, junto de retábulos e altares compuseram a exposição. Notícia de *O Imparcial* dá destaque ao altar de São Francisco, ladeado por Santa Catarina e Santa Cecília (Figura 3), obra de Gerd Brück, que também expôs o "*Magnificat*", cena em alto relevo do êxtase da Virgem Maria pela concepção de Cristo. Também sublinha cruzes esculpidas em mármore e madeira e o quadro da Sagrada Família, de autoria de J. Meyer. Segundo a reportagem, a mostra não era representativa da arte alemã, já que os artistas privilegiavam temas profanos. Muitos artistas que se dedicavam a temas religiosos não puderam ser representados, por não poderem, em meio à severa crise que afetava a Alemanha, dispor por muito tempo das obras com as quais ganhavam a vida (EXPOSIÇÃO DE ARTE, 2 jun. 1923).

Muito embora não tenha consultado a documentação que registra as negociações e motivações de organização da exposição de arte sacra alemã, é possível associá-la ao papel que a Igreja católica exerceu nas festividades do Centenário, em que reivindicou seu papel no passado e no futuro da nação brasileira e procurou reforçar o poder da tradição católica contra os clamores secularizadores e fragmentadores da modernidade (BOCKETTI, 2022). Se a República havia nascido sob o signo do Estado laico e o lastro de doutrinas anticlericais como o positivismo e o liberalismo, a partir de 1920 inicia-se um período de retomada dos laços da Igreja católica com as elites políticas, conhecido como "Restauração católica" (MENESES, 2010). Segundo Lúcia Lippi de Oliveira (1990, p. 163): "A partir de então, a hierarquia católica procurou aproximar-se ainda mais do governo republicano, oferecendo sua colaboração na defesa da ordem diante

dos movimentos de contestação que começaram a questionar o *status quo* reinante.” A Igreja ambicionava ter maior relevo na sociedade, atuando como líder e aglutinadora dos diferentes segmentos populacionais irmanados na fé católica. Colocou-se à disposição do Estado para auxiliar na manutenção da ordem, da autoridade e da moral. Para os poderes constituídos, o catolicismo poderia fornecer o elemento de coesão necessário em um contexto de fratura entre as oligarquias da República e de contestação da ordem pelos mais diversos setores sociais – operários, trabalhadores urbanos, mulheres, militares, populações do interior, muitos deles defendendo bandeiras ameaçadoras à estabilidade sociopolítica, como o comunismo e o anarquismo, além das forças regionalistas. É representativo que em abril de 1922, um ano depois de ter chegado ao Rio de Janeiro, o arcebispo dom Sebastião Leme, o principal líder desse movimento de “Restauração católica”, tenha desfilado em carro aberto com o então presidente Epitácio Pessoa. Segundo Azzi (1977), para Epitácio Pessoa a Igreja católica figurou como o mais conveniente elemento moralizador das elites. Se Epitácio Pessoa iniciou a aproximação com a hierarquia católica, foi com Artur Bernardes que ela se concretizou. De acordo com Oliveira (1990, p. 164), “Bernardes enfatizou a importância da colaboração da Igreja com o governo para a manutenção da ordem e a realização dos altos interesses da coletividade”.

Nas comemorações do Centenário, o catolicismo representou o elo que poderia sedimentar o senso de nacionalidade, ajudando inclusive a forjar a ideia de uma latinidade compartilhada com os vizinhos do continente. Estaria, portanto, no cerne da identidade nacional. O conde Afonso Celso, figura de destaque da intelectualidade do Rio de Janeiro, considerou essencial dedicar a efeméride a Deus (BOCKETTI, 2022). Com a finalidade de reforçar a tradição católica, o Vaticano enviou um representante da alta hierarquia para as festividades do Centenário. Poucos dias depois da abertura da Exposição Internacional, de 26 a 30 de setembro de 1922, ocorreu o primeiro Congresso Eucarístico do Rio de Janeiro, idealizado por dom

Sebastião Leme. A reunião inaudita de bispos e clérigos de todo o Brasil visava, segundo Razzi (1977), “mostrar a força social da religião católica” e reforçar seu valor para o momento que passava o país. Em outubro de 1922, foi lançada a primeira pedra do monumento do Cristo Redentor no morro do Corcovado, também uma ideia do arcebispo, tornado cardeal em 1930, depois da morte do cardeal Arco-verde. Assim, o “festival de civismo” que foram as comemorações do Centenário misturou-se com os eventos religiosos.

A Exposição de Arte Religiosa Alemã foi parte desse movimento. Um dos seus idealizadores, o frei austríaco franciscano Pedro Sinzig (naturalizado brasileiro em 1898), foi um ativo mobilizador “na luta pela recristianização do Estado brasileiro” (ALMEIDA, 2015, p. 55). Dirigiu diversos jornais, colaborou com outros tantos, contribuiu para a modernização da editora Vozes de Petrópolis – mais tarde Editora Vozes – e escreveu dezenas de livros visando fortalecer um público leitor sintonizado com a tradição católica e os valores por ela defendidos, como a família e os costumes cristãos.²¹

Sinzig manteve contato com as instituições católicas alemãs que em muitos casos lhe forneceram recursos para organizar uma imprensa e literatura católicas no Brasil. Seguramente foi por meio desses contatos que o frade viabilizou a organização da Exposição de Arte Sacra alemã no Centenário da Independência, uma forma de promover a cultura germânica, em continuidade com o engajamento fervoroso dele nos anos da guerra. Além disso, representou uma forma de fortalecer a presença da Igreja católica nas comemorações, ao incutir entre os visitantes os valores e princípios da doutrina do catolicismo. Dessa forma, contribuiu, ainda que de maneira indireta, para o movimento de retomada da influência da Igreja na arquitetura política da República.

Pouco depois da mostra de arte religiosa, a Exposição Internacional do Centenário fechou os portões. Havia durado mais tempo que o previsto, estendendo-se até junho de 1923. Ao todo recebeu cerca de 3 milhões de visitantes. Como defende o brasilianista Gregg Bocketti (2022), os efeitos do evento repercutiram por períodos bem mais alargados que os meses em que ocorreu. Se ele afirma isso para o papel do Centenário na legitimação dos valores e crenças da cultura política e da cidadania na República, é possível dizer que o mesmo vale para as relações estabelecidas entre Brasil e Alemanha e para o papel que a dimensão cultural passou a assumir na diplomacia germânica endereçada ao estrangeiro, principalmente à América Latina.

Figura 2 - O legado alemão Georg Plehn na inauguração da Exposição de Arte Sacra Alemã, 1922



Fonte: Foto de O Malho, Ano 1923, Edição 1082.

Figura 3 - Altar de São Francisco, ladeado por Santa Catarina e Santa Cecília, obra de Gerd Brûx apresentada na Exposição de Arte Sacra Alemã, 1922



Fonte: Foto de *O Malho*, Ano 1923, Edição 1082.

Figura 4 - Objetos da Exposição de Arte Sacra alemã, 1922



Fonte: Foto do jornal *A União*, Rio de Janeiro, 7 de junho de 1923, p. 2.



5

**DESDOBRAMENTOS DA RIVALIDADE
FRANCO-GERMÂNICA NO BRASIL:**

O INSTITUTO FRANCO-BRASILEIRO E A SOCIEDADE
DOS AMIGOS DA CULTURA GERMÂNICA

Em novembro de 1922, o legado alemão relatou a Berlim que a embaixada francesa no Rio declarara à Academia Brasileira de Letras o apoio que Paris daria, de 100 mil francos anuais, para o Instituto Franco-Brasileiro de Alta Cultura, que funcionaria anexo às escolas superiores do Rio. O aporte de recursos do governo francês deveria sempre ser equivalente ao do Brasil (DEUTSCHE GESANDTSCHAFT, 14 ago. 1922). Com olhos atentos na iniciativa francesa, Plehn detalhou que a instituição franco-brasileira seria similar às criadas em Buenos Aires, Praga, Roma e Constantinopla. Ela estava ligada aos “fervorosos esforços” de Georges Dumas e expressava a inteligência de Paris em evitar marcar sua presença na diplomacia cultural com manifestações que aludiam ao espírito militar. Em anexo ao relatório, o representante alemão no Rio enviou o esboço do projeto do Instituto Franco-Brasileiro (DEUTSCHE GESANDTSCHAFT, 14 out. 1922).

O Instituto Franco-Brasileiro surgiu de reunião promovida por George Dumas com intelectuais brasileiros, em setembro de 1922, na casa do conde Afonso Celso, reitor da Universidade do Rio de Janeiro, figura de proa do meio intelectual, e político. Como já fora notado pelo legado alemão, Dumas agia com apoio da agência francesa de diplomacia cultural (PETITJEAN, 1996; SÁ E VIANNA, 2010; CONSOLIM, 2021). Conforme registrou Plehn, o Instituto Franco-Brasileiro oferecia cursos de julho a novembro, ministrados por professores de universidades francesas, de competência reconhecida. Tinham caráter especializado e se distinguiam dos cursos regulares das universidades (DEUTSCHE GESANDTSCHAFT, 14 out. 1922). Em janeiro de 1923, o instituto foi legalmente instituído pelo presidente Artur Bernardes. Embora não fosse uma ação oficial dos governos brasileiro e francês, o Instituto Franco-Brasileiro surgia com suporte e chancela de ambos. Fez parte do organograma da Universidade do Rio de Janeiro, como também já notara o legado alemão. Tornou-se o principal espaço de organização das relações culturais e científicas entre o Brasil e a França nas décadas de 1920 e 1930, dando apoio ao

intercâmbio acadêmico nos dois sentidos (PETITJEAN, 1996; SUPPO, 2000; SÁ E VIANA, 2010; CONSOLIM, 2021).

Assim como os congêneres criados na Argentina, México e Colômbia, o Instituto Franco-Brasileiro baseava-se na visita de um a três universitários franceses que ministravam cursos de dois a três meses. Suas atividades eram coordenadas pelo *Groupement*. O financiamento era compartilhado entre a França e o governo local e comitês científicos em ambas as partes definiam os campos acadêmicos de interesse, os acadêmicos responsáveis pelos cursos e as instituições nos quais ocorreriam. Na prática, Dumas concentrou em suas mãos muitas das negociações e decisões relativas a esse intercâmbio (PETITJEAN 1996, p. 98, 105).

Pela recepção de professores franceses no Brasil, realização de cursos e conferências e apoio à ida de brasileiros à França, o Instituto Franco-Brasileiro reforçava o papel dos “professores-embaixadores” na execução da política cultural. Entre 1922 e 1939, 41 professores universitários e pesquisadores ofereceram cursos no instituto do Rio de Janeiro (PETITJEAN 1996, p. 105).

Um dos mais ativos incentivadores dessas relações no instituto foi o fisiologista Miguel Osório de Almeida, pesquisador de relevo no ambiente científico brasileiro (PETITJEAN 1996; SÁ E VIANA, 2010).²² Fortemente identificado com as ciências e a cultura francesa, Osório considerava que a política cultural alemã era “repudiada como propaganda colonialista, metódica”, que primeiro buscava benefícios econômicos e só depois influência cultural, provocando por isso “ódio e reação”, ao passo que a política francesa reafirmava antes os laços de identidade cultural para depois promover a influência comercial (SUPPO, 2000). Apesar de forte apoiador do Instituto Franco-Brasileiro, o fisiologista brasileiro criticou, no final dos anos 1920, a ênfase nas humanidades e nas conferências com

caráter de cultura geral. Defendeu maior acento nas ciências exatas e naturais, mas sua proposta de reprogramação dos cursos e palestras não teve sucesso (PETITJEAN 1996, p. 106). A filial da *Société de Biologie* criada em 1923 no Instituto Oswaldo Cruz atuou em maior proximidade aos anseios de Osório. Estimulou o diálogo franco-brasileiro nas ciências biomédicas, com a publicação de artigos de brasileiros nas páginas do veículo oficial da *Société*. Também no caso do intercâmbio no campo biomédico, a língua francesa figurou como um elemento valorizado, assim como a ideia da "latinidade" como matriz cultural compartilhada (SÁ E VIANA, 2010).

Por meio das humanidades, a diplomacia cultural francesa buscava participar da formação das elites nacionais, reforçar o papel da França como aliada política, além de oferecer a matriz por meio da qual os brasileiros forjariam sua identidade. Não era endereçada às massas e à opinião pública (SUPPO, 2000). Os cursos e conferências do Instituto Franco-Brasileiro ocorriam em francês como forma de manter os "clientes" da cultura francesa.

Ao passarem pelo Rio de Janeiro, tanto Fritz Munk quanto Max Nonne indagaram se a ciência alemã não poderia ser promovida entre os círculos brasileiros da mesma forma como vinham fazendo os franceses. O legado alemão no Rio, George Plehn, reforçou a sugestão dos visitantes: "Pelo alto prestígio que a ciência alemã desfruta aqui, pelo menos entre os círculos imparciais, tal sugestão encontraria uma acolhida simpática, principalmente entre os círculos ligados ao ensino superior" (DEUTSCHE GESANDTSCHAFT, 14 ago. 1922). Ao mesmo tempo, Plehn antecipava os riscos e os obstáculos. Recomendava que a ideia fosse desenvolvida com cautela e evitando ilusões, vista a "avassaladora influência que a França exerce entre os círculos brasileiros" (DEUTSCHE GESANDTSCHAFT, 14 ago. 1922). Ademais, havia restrição de recursos financeiros e o obstáculo do idioma.

Em setembro de 1922 foi fundada no Rio de Janeiro a Liga dos Amigos da Cultura Alemã, depois renomeada Sociedade dos Amigos

da Cultura Germânica, pelo professor de mineralogia e geologia da Escola Politécnica, o engenheiro, geógrafo e pedagogo Everardo Backheuser, que também atuava como secretário-geral da Academia Brasileira de Ciências e fora deputado. A agremiação previa a oferta de um curso de alemão e uma biblioteca pública com obras da história, literatura e tecnologia alemãs. Backheuser havia solicitado apoio da legação alemã para promover o interesse pela língua alemã. Plehn identificou na Sociedade dos Amigos da Cultura Germânica o germe de um centro de apoio da política cultural para o Brasil. Mas, para isso, seu escopo deveria ser ampliado. Plehn recomendou que a associação deveria apoiar a ida de brasileiros à Alemanha para completar seus estudos, de maneira a poder testemunhar pessoalmente o alto nível da cultura e ciência alemãs. Propôs ainda o incentivo da visita de eruditos alemães ao Brasil, sensíveis às características próprias da sociedade brasileira, medida que rendia bom frutos como mostrara a visita de Munk e Nonne (AUSWÄRTIGES AMT, s.d.-d).

As tarefas previstas pela Sociedade dos Amigos da Cultura Germânica tinham por objetivo difundir notícias confiáveis sobre a Alemanha no Brasil e sobre o Brasil na Alemanha, promover a arte, ciência e indústria alemã por meio de palestras e publicações, estimular e obter recursos para a visita de intelectuais, artistas e personalidades alemães ao Brasil, apoiar o estudo do idioma alemão e fundar uma biblioteca alemã (ESTATUTOS..., 1922). A direção coube a Backheuser, que contou com o apoio do tenente-coronel Franz de Rainville, nascido no Brasil, mas que desenvolveu sua carreira militar na Alemanha, onde lutou na Primeira Guerra, tendo retornado à sua pátria natal em 1919 depois de ter se aposentado. No ato de fundação, a agremiação contou com 82 membros, dos quais metade era de alemães. Mas, dois meses depois, já contava com 200 membros (DEUTSCHE GESANDTSCHAFT, 20 set. 1922). Uma comissão encarregou-se de elaborar os estatutos. Além de Backheuser, ela foi composta por Abelardo Lobo, José Oiticica, Joaquim Pires e pelo general Moreira Guimarães (SOCIEDADE DE AMIGOS DA ALLEMANHA, 30 ago. 1922).

A legação alemã manteve contato estreito com a sociedade fundada por Backheuser. Plehn defendeu o papel que a agremiação tinha no esforço de tornar os países germânicos mais bem conhecidos no Brasil, sobretudo por acenar para o aprendizado do idioma, reconhecidamente o maior obstáculo para aquele propósito. Ela manteria aceso um denso intercâmbio no campo das artes, das ciências e da indústria e promoveria cursos, visitas e estudos que contribuíssem para o conhecimento mútuo entre Brasil e Alemanha (DEUTSCHE GESANDTSCHAFT, 21 nov. 1922). Segundo o legado alemão, a sociedade contava com algumas personalidades conhecidas, mas a maior parte era de pessoas sem projeção. Entre os conselheiros, havia representantes de firmas alemãs, como a Bromberg. Plehn temia que a participação de alguns alemães menos sensíveis aos meandros das relações bilaterais prejudicasse a iniciativa (DEUTSCHE GESANDTSCHAFT, 30 out. 1922). Apesar disso, julgava que o órgão tinha valor para a diplomacia cultural (DEUTSCHE GESANDTSCHAFT, 21 nov. 1922).

Em texto difundido à imprensa, Backheuser expôs as motivações da criação da sociedade. A guerra, segundo ele, havia mostrado o papel que a palavra “cultura” desempenhara na propaganda inimiga:

A cultura dos alemães foi por ela insultada, arrastada ao pó, denegada por completo, mas agora vemos que em um país sobre o qual se espalhou toda a enxurrada de mentira dos Aliados, homens de respeito se reúnem voluntariamente para proteger, honrar e difundir esta cultura (BACKHEUSER, 10 nov. 1922).

Segundo o texto, a imprensa brasileira não noticiava o sofrimento do povo alemão com a ocupação do território da Renânia pelos franceses, as consequências do pagamento das reparações de guerra e os próprios efeitos do conflito. A retórica inflamada de Backheuser expõe o objetivo da Sociedade dos Amigos de fazer justiça à cultura alemã, atuando como sucessora da Liga Brasileira Pró-Germania, operante durante a guerra. Ele se posiciona no mesmo espírito de

confronto que animara os discursos de propaganda no decorrer dos combates (BACKHEUSER, 10 nov. 1922). Da parte da legação, por sua vez, menos do que prosseguir na lógica beligerante, nota-se o esforço de instrumentalizar a associação de modo a operar como ponto de apoio de uma política cultural centrada na promoção da ciência e cultura alemã e no estreitamento do intercâmbio intelectual. Certamente aproximava-se das finalidades da propaganda, mas ao mesmo tempo procurava direcionar os esforços na direção de abordagens fundadas na retórica da cooperação e do conhecimento mútuos. Nesse sentido, a legação intermediou contato, por meio da chancelaria em Berlim, com uma série de casas editoriais e órgãos ligados à vida cultural para estimular a provisão da nova sociedade com livros. A Associação de Editoras Científicas (*Vereinigung wissenschaftlicher Verleger*) prontificou-se a encaminhar a solicitação de livros para a sociedade para as editoras (BACKHEUSER, 10 nov. 1922; WALTER DE GRUYTER & Co., 5 fev. 1923; BÖRSENVEREIN... 10 fev. 1923; INSEL VERLAG, 17 fev. 1923; DEUTSCHE GESANDTSCHAFT, 2 maio 1923). Porém, a concretização de uma biblioteca alemã pela sociedade não foi adiante. Segundo Rinke (1996, p. 468), isto ocorreu devido à postura das editoras na Alemanha, pouco dispostas em exportar quantidades expressivas de livros face à hiperinflação que acometia a economia, de modo que a conversão em moeda estrangeira comprometia os negócios editoriais. A taxa cambial da moeda alemã para a brasileira, por exemplo, variou de 915, em 1923, para 544, em 1924. Ou seja, o marco estava extremamente instável ao passo que os valores dispendidos na produção e comércio permaneciam constantes.

Segundo documento do Ministério das Relações Exteriores em Berlim, o apelo de Backheuser teve ressonância em várias partes do Brasil, entre as comunidades teutas, mas também entre brasileiros. Aqueles que mantiveram sua simpatia pela Alemanha durante a guerra, mas não puderam expressá-la para não se oporem à orientação política do próprio país, poderiam agora se agremiar na nova associação que surgia sucedendo à Liga Pro-Germania (BACKHEUSER, 10 nov. 1922).

A Sociedade dos Amigos da Cultura Germânica publicou uma revista para divulgar artigos e informações que representavam o ponto de vista alemão. O primeiro número da *Revista de Arte e Ciência* saiu em 1923. A direção do periódico ficou nas mãos do general do Exército, José Maria Moreira Guimarães (1864-1940), com formação em geografia, engenharia, artilharia, matemática e ciências naturais. Fora comandante da Escola Militar de Realengo em 1919, capitão de artilharia, além de deputado federal pelo seu estado natal, Sergipe; adido militar no Japão e membro da diretoria da Fábrica de Armas do Exército. Contribuiu com diversos jornais e revistas e escreveu obras de caráter militar, sobre a maçonaria (dá nome a diversas lojas maçônicas), além de poemas. O grupo que assumiu a direção da Escola de Realengo depois da Primeira Guerra ficou conhecido como “missão indígena”, por incluir somente oficiais brasileiros. Foi composto por jovens militares empenhados em reformar o Exército. Não foi possível saber qual a proximidade de Moreira Guimarães com os círculos envolvidos na criação da Sociedade dos Amigos da Cultura Germânica. Certamente, a participação na agremiação, inclusive como diretor da revista, insinua que ele pertenceu ao grupo de militares de inclinação pró-germânica. Como afirma Roesler (2016) ainda que a missão indígena buscasse uma cultura militar própria do Brasil, com militares brasileiros, a base ideológica era o ensino militar germânico. Essa proximidade ideológica com o militarismo alemão advinha da influência dos oficiais que haviam estagiado na Alemanha, conhecidos como “jovens turcos”, que defenderam seus ideais de reforma e modernização do Exército e o papel das Forças Armadas nos rumos da nação por meio da revista *A Defesa Nacional*.²³

A revista da Sociedade Brasileira dos Amigos da Cultura Germânica contém propagandas das principais empresas do comércio teuto-brasileiro: Bayer, Siemens, Herm. Stolz & Cia., Banco Alemão Transatlântico, Banco Germânico da América do Sul

23

Sobre os “jovens turcos” e o papel da Alemanha no Exército brasileiro na Primeira República ver Luna (2011).

(Deutsch-Südamerikanische Bank A.G.), AEG Cia. Sul-Americana de Eletricidade, Velas Meiwo etc. Isso mostra que os grupos de interesse econômico apoiaram os esforços de aproximação cultural feitos pela sociedade.

A previsão de ensino do idioma alemão pela sociedade agradou particularmente aos engajados na política cultural externa. Como mencionado, os franceses empregavam a difusão da sua língua como instrumento privilegiado de introdução dos produtos culturais e de propaganda política. Os estadunidenses intensificavam seus esforços na mesma direção, restringindo ainda mais a circulação do alemão, como registrou com preocupação Georges Plehn em 1921: “Uma das consequências mais lamentáveis da Guerra é o declínio do idioma alemão, particularmente no Rio. O interesse pelo germanismo recua cada vez mais, principalmente em benefício do inglês” (DEUTSCHE GESANDTSCHAFT, 8 jan. 1921). Além disso, a circulação de publicações e revistas em inglês aumentara muito nos últimos dez anos. Ele reportou relato de um brasileiro “sofisticado” que mencionava o baixíssimo interesse pelo alemão entre os alunos que realizavam prova estrangeira em uma escola no Rio, na qual o francês era obrigatório e o alemão e inglês, opcionais. Dos mil alunos que realizaram a prova, apenas nove haviam optado pelo alemão (DEUTSCHE GESANDTSCHAFT, 8 jan. 1921). Nessa e em outras ocasiões, nota-se que além dos franceses, os alemães começaram também a se inquietar com a crescente penetração cultural dos Estados Unidos no Brasil e nos demais países latino-americanos, uma presença que se tornaria cada vez maior nas mais diversas áreas da economia, da sociedade e da cultura.

O caso do Instituto Franco-Brasileiro e da Sociedade dos Amigos da Cultura Germânica é emblemático de como a diplomacia francesa atuou como “espelho”, possibilitando uma análise de “autodiagnóstico”, por meio do qual os alemães identificaram as falhas de seus esforços e projetaram possibilidades de sucesso futuro, semelhante ao que ocorreu nos Estados Unidos (PILLER,

2021). Os alemães observaram atentamente as estratégias perseguidas pelos rivais. Procuraram emulá-las e superá-las em um terreno que consideravam que lhes era francamente desfavorável. Assim como ocorreu nos Estados Unidos (PILLER, 2021, p. 256), também no Brasil os erros e sucessos dos franceses fizeram Berlim “lentamente se mover das tradições de propaganda do período da Guerra para uma ação mais orientada pela abordagem cultural”.

A atuação do Instituto Franco-Brasileiro na promoção das relações culturais foi muito mais intensa que a de seu congêneres. Segundo Rinke (1996), a concorrência francesa deixou à sombra a atuação da sociedade fundada por Backheuser. O sucessor de Georg Plehn na representação da Alemanha no Brasil, Hubert Knipping, reportou a Berlim de forma minuciosa o andamento dos trabalhos no Instituto Franco-Brasileiro e demais ações da diplomacia cultural francesa. Em relatório de março de 1927, ele comunicou que no ano anterior, 1926, 15 professores franceses haviam visitado o Brasil e proferido palestras com apoio do Instituto Franco-Brasileiro. Entre eles, estava Marie Curie. Knipping detalhou que a embaixada francesa assumiu os custos das viagens, ao passo que o governo brasileiro custeou as estadias. Além de intermediar e receber professores e estudantes franceses, o instituto – descreveu o legado – facilitava o envio de professores e estudantes brasileiros para a França e procurava assegurar “seu lisonjeiro reconhecimento pela ciência francesa”. Um exemplo disso havia sido a distinção de Carlos Chagas, em 1926, como *doutor honoris causa* pela Universidade Sorbonne (KNIPPING, 25 mar. 1927).

O relatório de Knipping comprova que a Sociedade dos Amigos da Cultura Alemã não atingiu a mesma estatura e dinamismo que o Instituto Franco-Brasileiro. Nem mesmo se equiparava a associações de fomento da cultura germânica em outros países latino-americanos, como Chile e Argentina, ou o Instituto Alemão, fundado na Universidade de Coimbra. “Aspirações semelhantes da parte de alemães e brasileiros, como a Sociedade dos Amigos da

Cultura Germânica, permanecem até hoje sem quaisquer resultados práticos”, diagnosticou o diplomata (KNIPPING, 25 mar. 1927). Knipping propôs que a diplomacia alemã injetasse recursos para que uma organização desse tipo efetivamente atingisse o propósito de promover as relações intelectuais entre Brasil e Alemanha. Indicou a fundação de um Instituto Teuto-Brasileiro de Alta Cultura. O nome, como também o escopo de atuação, estrutura, modo de funcionamento, eram claramente inspirados no congênere francês. O projeto, segundo ele, nascia “carregado” com o peso do insucesso das organizações alemães que o precederam e do sucesso do similar francês. Mais exequível pareceu a Knipping a fundação de salas de leitura nas principais capitais brasileiras, as quais atuariam como principais espaços na promoção do intercâmbio intelectual entre Brasil e Alemanha e poderiam trabalhar em estreita cooperação com as representações diplomáticas na realização dos objetivos de política cultural (KNIPPING, 25 mar. 1927). O que de fato se tornou realidade foi a criação do Instituto Teuto-Brasileiro de Alta Cultura, em 1930, três anos depois das sugestões de Knipping, pela ação de intelectuais com vínculos estreitos com a cultura alemã.

Em 12 de abril de 1930, a nova organização surgiu nas dependências da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro com a finalidade de “animar e manter o intercâmbio intelectual de professores alemães, austríacos e brasileiros, incumbidos de cursos especiais” (ESTATUTOS..., 1930). Tanto pelo nome quanto pelo perfil de atuação, o Instituto Teuto-Brasileiro nascia mais próximo do figurino de seu congênere, o Instituto Franco-Brasileiro, mais focado no intercâmbio acadêmico e na promoção de cursos. Também como seu rival e congênere, tinha caráter semiformal, sendo a presidência assumida pelo reitor da Universidade do Rio de Janeiro, secundado por três vice-presidentes. Na ocasião da fundação, foram vice-presidentes Abreu Fialho, como vimos, oftalmologista com fortes vínculos com a ciência alemã, junto com o psiquiatra Juliano Moreira e o neurologista Antônio Austregésilo, também bastante próximos da ciência

e cultura germânicas (SILVA, 2011; MUÑOZ, 2018). Assim como a Sociedade dos Amigos, o Instituto Teuto-Brasileiro emergia com suporte dos círculos diplomáticos. O então legado alemão no Rio, Hubert Knipping, participou da cerimônia de fundação ao lado de outros representantes de instituições brasileiras e de pesquisadores que apoiavam a promoção das relações culturais entre Brasil e Alemanha (SILVA, 2011). Principal idealizador da Sociedade dos Amigos, Everardo Backheuser também se integrou ao novo instituto, que diferentemente do anterior, era fortemente ancorado entre os representantes da comunidade médica.

Podemos identificar a criação do Instituto Franco-Brasileiro e da Sociedade dos Amigos da Cultura Germânica como efeito indireto da intensificação dos esforços de estreitamento dos laços culturais com o Brasil, não só por parte dos países europeus, mas também dos Estados Unidos e dos vizinhos latino-americanos. Apesar do foco nas rivalidades entre França e Alemanha, a participação dos Estados Unidos nas festividades foi destacada e chamou a atenção do representante alemão no Rio. Os estadunidenses construíram um enorme edifício em estilo neocolonial, planejado para ser o futuro consulado do país na capital brasileira (TENORIO, 1994). Conforme comunicado pelo embaixador alemão em Washington, o secretário Charles Evans Hughes foi nomeado representante do governo dos Estados Unidos, chefiando uma delegação prevista para chegar no Rio no dia 7 de setembro, na abertura da Exposição Internacional, a bordo de um navio de guerra estadunidense (DEUTSCHE BOTSCHAFT, 20 jul. 1922). Hughes era muito próximo do presidente Warren Harding, conduzia de forma autônoma o Departamento de Estado e tinha grande influência na definição da política externa estadunidense (GARCIA, 2006). De acordo com Garcia (2006), o governo de Epitácio Pessoa pusera em alta conta a aproximação com os Estados Unidos, país que o apoiara na defesa dos interesses brasileiros nos acordos de paz e na Liga das Nações e que ele considerava um parceiro indispensável para propósitos como o financiamento de projetos de modernização no Brasil.

Plehn reportou em detalhes o impacto da presença de Hughes nas festividades como líder de uma comitiva de cerca de vinte pessoas. Segundo o legado alemão, o secretário estadunidense foi alvo de grande atenção e conquistou simpatia geral. Toda a missão foi planejada com habilidade diplomática e contou com apoio do embaixador dos Estados Unidos no Rio, no posto há dez anos, informou Plehn. Por essa longa presença na capital brasileira, tinha boas relações com as autoridades políticas, inclusive com o presidente da República. Hughes visitou Rui Barbosa, que estava acamado, um episódio que rendeu repercussão na imprensa. Trocaram palavras afáveis, em inglês, com Barbosa declarando como os Estados Unidos eram importantes na formação das diretrizes de seu pensamento político. Plehn sublinhou a presença de um almirante da Marinha estadunidense, que também foi calorosamente acolhido e cujo retorno ao Brasil estava previsto para chefiar uma missão da Marinha norte-americana (DEUTSCHE GESANDTSCHAFT, 16 set. 1922). Havia interesse dos Estados Unidos em estreitar laços com os círculos militares latino-americanos. Eles estavam particularmente interessados em firmar um contrato com o governo brasileiro para reconstruir a força naval do país. Além da participação oficial de representantes do governo dos Estados Unidos, houve a presença marcante de setores da iniciativa privada, como as mostras instaladas pela companhia Westinghouse (TENORIO, 1994).

Em termos práticos, o legado alemão questionou se a participação dos Estados Unidos iria repercutir em uma retomada da hegemonia do país na pauta de importações do Brasil obtida nos anos da guerra (DEUTSCHE GESANDTSCHAFT, 16 set. 1922). Em recepção do corpo diplomático, o legado alemão no Rio conversou com Hughes, que se mostrou atento e interessado no desenrolar da situação política e econômica da Alemanha (DEUTSCHE GESANDTSCHAFT, 17 set. 1922).

É curioso observar que no já mencionado relatório enviado pelo sucessor de Plehn na legação do Rio, Hubert Knipping,

em março de 1927, ou seja, quase cinco anos depois da Exposição do Centenário, ele ressalta a força e polivalência dos esforços de influência cultural por parte dos Estados Unidos. Segundo Knipping, tal influência ganhava força a ponto de intelectuais brasileiros verem nela uma ameaça à autonomia cultural brasileira. Entre as formas pelas quais os Estados Unidos exerciam essa influência, o legado destacou o papel da agência de notícias United Press, que abastecia praticamente toda a imprensa brasileira; os filmes, inclusive filmes de guerra, que caracterizavam os alemães como bárbaros e degradados; as expedições científicas focadas em regiões estratégicas, como a Amazônia; as escolas confessionais e privadas, os hospitais de irmandades estadunidenses e o trabalho de combate às doenças tropicais realizado pela Fundação Rockefeller (KNI-PPING, 25 mar. 1927).

Ao lado dos Estados Unidos, o país que se esforçou para se fazer presente de forma mais marcante nas comemorações do Centenário da Independência foi o México, participação que também levou a considerações detalhadas por parte da diplomacia alemã. O legado alemão no México reportou a Berlim a nomeação de José de Vasconcelos como embaixador extraordinário nas festividades do Centenário, além de uma delegação que incluía o líder das Forças Armadas mexicanas e mais uma série de participantes que viajariam ao Brasil a bordo do vapor *American Legion*. Em realidade, havia uma delegação militar, uma delegação chefiada por Vasconcelos e a equipe liderada por representantes do Ministério do Comércio – José Vázquez Schiaffino e Luis G. Garfias – encarregada de supervisionar a exposição de produtos enviados pelo país (TENORIO, 1994). O diplomata alemão comentou que a nomeação de um embaixador brasileiro na capital mexicana provocou boa reação da imprensa local, que via no gesto uma possibilidade de amplificar as relações do México de Obregón com o estrangeiro, marcadas por indiferença ou hostilidade. No entanto, segundo o representante alemão, a reunião de tantos esforços para se fazer presente no Centenário foi vista

como “inoportuna, de mau gosto e altamente desnecessária, em vista das condições financeiras do país” (DEUTSCHE GESANDTSCHAFT, 4 ago. 1922). Plehn igualmente registrou as impressões sobre as manifestações feitas pelo México nos festejos. Com duas canho-neiras, uma infantaria e uma orquestra militar com cerca de setenta componentes, a comitiva mexicana granjeou bastante destaque. O legado alemão considerou o Pavilhão do México, uma construção em estilo neocolonial, como o de mais bom gosto. O ponto alto das homenagens, segundo ele, foi a inauguração da estátua de Cuauh-témoc, seguida de discursos laudatórios do líder da delegação, José Vasconcelos, e do presidente brasileiro. Para Plehn, o México havia se engajado tanto na participação do Centenário brasileiro como forma de se apresentar ao maior país da América do Sul como uma nação marcada pelo progresso, civilidade, arte e ciência “e não como o país atrasado e desregrado que os EUA preferem representar”. Também vislumbrou um gesto de maior aproximação política das demais nações latino-americanas. Porém, entre os círculos oficiais disse que as homenagens foram consideradas exageradas e até mesmo emba-raçosas. Não havia a mínima perspectiva de que naturalmente hou-vesse reciprocidade por parte do país homenageado, declarou Plehn (DEUTSCHE GESANDTSCHAFT, 4 out. 1922). Em análise da partici-pação do México nas comemorações do Centenário, Tenorio (1994) afirma que “para o regime de Obregón, a feira brasileira de 1922 ofe-receu uma oportunidade de revitalizar a reputação internacional do México pelo oferecimento de trabalhos de um México revolucioná-rio”, ao mesmo tempo estável e seguro do ponto de vista político e econômico, “mas agora revolucionário e popular”. Conforme Tenorio (1994, p. 125), foram José Vasconcelos e sua comitiva que deram o tom retórico e ideológico da participação mexicana na exposição brasileira, caracterizado pelo esforço de transmitir a imagem do país como “líder espiritual de um impulso continental rumo à consuma-ção da raça cósmica. Um país essencialmente híbrido, hispânico, antiamericano e, acima de tudo, renovado”.

O único país representado pelo próprio presidente foi Portugal, na época governado por Antônio José de Almeida. Devido a um defeito no navio, ele chegou quase no final dos festejos. Plehn reportou a Berlim que se tratava de um ex-navio alemão, o *Prinz Heinrich*, que agora navegava sob bandeira portuguesa. Com sarcasmo, Plehn comentou que o navio não se mostrara tão seguro e rápido quanto fora sob a antiga bandeira, a do Império Guilhermino. Segundo ele, a participação de Portugal no Centenário marcou-se pela “má sorte”. Além do atraso da chegada do presidente, alguns trabalhadores morreram soterrados nas obras de construção do pavilhão português. Em contrapartida, o voo transatlântico de Sacadura Cabral e Gago Coutinho foi um feito de impacto (DEUTSCHE GESANDTSCHAFT, 8 set. 1922). Nas descrições das homenagens ao presidente português, Plehn ressaltou o fato de uma importante peça musical dirigida pelo maestro austríaco Felix Weingartner ter sido executada em alemão, o que alinhou às estratégias de promoção do germanismo (DEUTSCHE GESANDTSCHAFT, 28 out. 1922).

Apesar de não contar entre os países que instalaram pavilhões na Avenida das Nações, a Alemanha se fez presente no contexto das comemorações do Centenário. A carta do presidente alemão Friedrich Ebert foi traduzida para o português e transmitida ao ministro das Relações Exteriores do governo de Bernardes. “A Alemanha sempre acompanhou o desenvolvimento cultural e econômico, ao que o Brasil deve sua posição de destaque entre os povos, com vivo interesse e muita simpatia”, foram as palavras de Ebert (29 jul. 1922).

Em relatório a Berlim, o legado alemão reportou que a imprensa repercutiu as iniciativas destinadas a marcar presença nas comemorações, como a carta das escolas superiores alemãs, a coleção de preparados médicos, de máquinas e prospectos. Com isso, segundo ele, a opinião pública “pôde receber uma visão geral da participação alemã nas festividades e, assim, não ficou sob a impressão de que a Alemanha, ao contrário de outros países, teria se comportado de forma desinteressada” (DEUTSCHE GESANDTSCHAFT,

8 out. 1922). Além disso, notou de uma forma geral compreensão pelo fato de a Alemanha não ter participado oficialmente da exposição. Em relato detalhado a Berlim de como transcorreram as comemorações da Independência e a exposição, Georg Plehn destacou que nos discursos oficiais e conversas foram evitadas “insinuações propositais sobre a Guerra” e quaisquer outros tópicos que pudessem ferir a Alemanha. Também não teriam ocorrido nas declarações “observações hostis”. Menciona ter sabido por meio de conversas de algumas “ocorrências” que mostravam que os franceses “estariam se aproveitando da Exposição para realizar propaganda malevolente”. No entanto, do ponto de vista das formalidades, dos convites e visitas, os rivais comportaram-se em relação à representação alemã de forma “correta”. Tampouco houve um desfavorecimento dos alemães em termos de hierarquia nas festividades. Plehn, por exemplo, foi o primeiro a discursar no Congresso de Americanistas. Na recepção oferecida no Ministério das Relações Exteriores as questões da guerra não influenciaram a interação das delegações diplomáticas: a esposa do legado alemão interagiu com os italianos, ao lado dos belgas e ingleses; Plehn dirigiu-se à esposa do representante polonês. Fato interessante mencionado por ele é da ausência da bandeira alemã, justificada pelo fato de não a ter disponível nas cores da República de Weimar, apenas nas cores do Império destituído pela guerra. Ele anexou aos relatos despachados para Berlim recortes dos jornais que noticiaram os gestos de homenagem prestados pelos alemães (DEUTSCHE GESANDTSCHAFT, 8 out. 1922). Em “A Alemanha e o nosso Centenário” de 9 de setembro de 1922, a *Gazeta de Notícias* relatou que, atravessando “um período de aguda crise econômica e financeira, apesar de ter sido o Brasil um dos países que formaram ao lado dos Aliados, nem por isso a Alemanha deixou de se associar às nossas manifestações de júbilo nacional.” Em vista dessas dificuldades, o gesto de “apreço e simpatia pelo Brasil não podia ser, nesse instante, mais expressivo e cordial”, estampou a matéria (A ALLEMANHA..., 9 set. 1922). Segundo o *Correio da Manhã*, por meio da doação de miniaturas das produções industriais alemãs para a

Escola Politécnica, “uma pequena amostra que assinala a grandeza do progresso da Alemanha”, o país europeu dava “um exemplo magnífico de ordem e trabalho que indica, ao mesmo tempo, o empório mais conveniente ao interesse imediato da infância industrial do Brasil, para nos provermos das máquinas necessárias à transformação das riquezas do solo”. Assim, a coleção patenteava o papel da tecnologia industrial germânica como modelo para o progresso material brasileiro tão propalado nas mostras do Centenário. “A esse respeito, a Alemanha é completa. Nenhum país a iguala. A sua gentil homenagem deu-nos oportunidade de a rever integrada no afã de uma obra construtora incomparável” (TÓPICOS & NOTÍCIAS, 10 set. 1922). O mesmo tom de entusiasmo marcou a notícia de *O Paiz*, publicada em 7 de setembro. Na matéria, a Alemanha é retratada como “uma das vítimas mais prejudicadas” “da grande hecatombe que ensanguentou o mundo”, um contraste com o discurso que apontava o país como o responsável pelo conflito, incriminação que estava inscrita em uma das cláusulas do Tratado de Paz. A crise econômica e financeira preveniu “mais arrojados surtos de gentileza e cordialidade”, mas nem por isso – prossegue o jornal – deixou de ser reforçado “o verdadeiro vínculo de simpatia que nossa raça possui na amizade germânica” (A COOPARTICIPAÇÃO DA ALLEMANHA..., 7 set. 1922).

Os relatos que Plehn enviou a Berlim narrando as cerimônias, as festividades e a Exposição Internacional são bem menos entusiásticos que as notícias da imprensa. Se ele registrou o sucesso dos esforços em assegurar a participação da Alemanha nas comemorações, foi rigoroso na avaliação dos esforços brasileiros. Seu tom é bastante crítico, não deixando escapar as contradições que marcaram o evento e os contrastes com os diversos problemas sociais, econômicos e políticos que circundavam aquela ilha de suntuosidade e apelo ao progresso e civilidade. Em função disso, representa um testemunho interessante que vai na contramão da retórica apologética que envolveu o evento. Também registra a forma como os estrangeiros apreenderam as festividades e os costumes brasileiros naquele tipo de circunstância.

Na inauguração das comemorações em 7 de setembro de 1922, Plehn compartilhou a impressão de algo ainda bastante inacabado. Parecia mais o lançamento de pedra fundamental do que a abertura de uma Exposição Internacional, comentou em relato despachado a Berlim (DEUTSCHE GESANDTSCHAFT, 8 set. 1922). Mesmo com todo o “trabalho febril” realizado nos meses anteriores. Principalmente o prefeito do Distrito Federal, Carlos Sampaio, e o presidente da República insistiram para que a inauguração fosse feita de acordo com o programado, apesar de muitos conselhos para que fosse prorrogada. Ambos fizeram com que os festejos mostrassem um nível de luxo e suntuosidade que não correspondia às difíceis condições financeiras do Brasil. Plehn detalha as diversas intervenções feitas por Sampaio na cidade, de destruição do morro do Castelo, aterro do cais na Lapa e na Glória, renovação da avenida Atlântica, entre outras, que afetaram as finanças do Distrito Federal e lhe valeram o epíteto de “prefeito mais caro do país”. Tamanho impacto das intervenções, com poeira, barulho, impedimentos no tráfego, levou a população a denominar as obras de “Toilette do Centenário” (“*Zentenartoillete*”), registrou Plehn. Junto de uma iluminação que ele qualifica como “esbanjadora”, houve restauração e limpeza de todos os prédios públicos e jardins. O esforço que praticamente mobilizou toda a força de trabalho disponível à Prefeitura não fora acompanhado da mesma atenção às muitas necessidades prementes no campo social, como hospitais e o fornecimento de água potável nos bairros mais pobres (DEUTSCHE GESANDTSCHAFT, 8 set. 1922). Plehn ressoou, assim, a crítica que muitos endereçaram aos governos federal e municipal na ocasião do Centenário.

Segundo Plehn, apenas os pavilhões da Bélgica, Japão e Dinamarca estavam concluídos na inauguração da Exposição. Os canhões de luz instalados por uma empresa norte-americana representavam a única atração para o grande público, já que o parque de diversões tampouco estava pronto. As muitas turbulências políticas que afetavam o governo brasileiro não impediram que as festividades

ocorressem na sequência prevista, ainda que sob proteção do estado de sítio vigente desde a sublevação militar de 5 de junho. Os jornalistas não podiam abordar o assunto devido à censura prévia, reportou o legado alemão (DEUTSCHE GESANDTSCHAFT, 8 set. 1922).

O atraso na abertura dos pavilhões fez com que a exposição se estendesse até o final de março de 1923, sendo depois prorrogada por mais três meses. Plehn dedicou um relatório especial ao pavilhão da Tchecoslováquia, país que recém-surgira das reconfigurações geográficas provocadas pela guerra, particularmente da dissolução do Império Austro-húngaro em 1918. Segundo Plehn, a jovem república esforçou-se em instalar seu próprio pavilhão como uma forma de se apresentar ao mundo naquele evento internacional e de divulgar os produtos de sua indústria. Plehn detalha os ramos industriais representados, com destaque à indústria de vidro e porcelana. A simplicidade da parte externa do edifício contrastava com a rica decoração interna, marcada por sofisticada divisão do espaço e pela mobília. As explicações e dados foram apresentados em francês e uma parte em inglês. O emprego do alemão foi evitado ao máximo, pontuou Plehn. O interesse dos alemães pela participação do novo país na exposição foi justificado pelo legado alemão como sendo de natureza econômica (DEUTSCHE GESANDTSCHAFT, 23 abril 1923).

Quando a Exposição Internacional do Centenário finalmente se encerrou, em junho de 1923, Plehn enviou a Berlim um balanço do evento. De acordo com seu relato, a imprensa alemã o considerou um fracasso. Do ponto de vista financeiro, ele também o avaliou como malsucedido, devido aos altos créditos contraídos pelo governo de Epitácio Pessoa para custear os preparativos e cujos valores não foram divulgados na esfera pública. Ainda segundo Plehn, a visitação foi baixa. Apenas aos domingos e feriados houve uma frequência satisfatória. Os restaurantes permaneceram quase sempre vazios. A prorrogação da exposição pelos meses de verão desencorajou os visitantes a enfrentarem o sol latejante no Centro do Rio. No entanto, registrou que foi difícil à legação alemã acompanhar

de perto o andamento do evento. Assim, sua percepção provavelmente se baseia em relatos de segunda mão ou nas suas impressões parciais. Para Plehn, no entanto, a exposição forneceu um quadro bastante abrangente “do desenvolvimento variado e em certa medida rápido das diversas indústrias brasileiras” no decorrer da Primeira Guerra. Tal crescimento havia sido notável, principalmente nos ramos da indústria têxtil, de calçados e de mobiliário (DEUTSCHE GESANDTSCHAFT, 30 jun. 1923).

Plehn registrou suas impressões da Exposição Internacional com a perspectiva de estranhamento proporcionada pelo olhar estrangeiro que observa de forma desnaturalizada os ritos locais. Estava comprometido com os interesses e motivações de seu lugar de observador, ou seja, como representante diplomático de um país estrangeiro que não se fez representar nas comemorações da mesma forma que os rivais que disputavam espaços de influência política, econômica e cultural. Apesar disso, esforçou-se para que a Alemanha de alguma forma estivesse presente e observou atento a postura dos círculos políticos locais e das demais representações estrangeiras perante o país derrotado na guerra, carregado com as indenizações impostas pelo Tratado de Paz e alijado das organizações multilaterais que simbolizavam o esforço de construção de uma nova ordem. Ainda que os ânimos e ressentimentos da guerra permanecessem acesos em um país que havia entrado no conflito do lado oposto, mesmo que de forma limitada, o evento internacional promovido no Rio de Janeiro possibilitou aos alemães testar os limites e potencialidades de sua política externa, que teve de se adequar a novas estratégias, fórmulas e objetivos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vimos aqui os esforços obstinados de setores da diplomacia alemã no sentido de reverter a ausência do país entre os países que construíram seus pavilhões e mostras na Exposição Internacional do Centenário da Independência em 1922. Os festejos representaram uma forma de estreitamento dos laços diplomáticos, econômicos e culturais do Brasil com as demais nações, assim perfilando como um país centenário que mirava a civilização e o progresso material. Dessa forma esperava tomar parte de forma soberana na ordem internacional do pós-Primeira Guerra.

A crise econômica e financeira preveniu os alemães de estarem entre os países representados na Avenida das Nações, obrigando-os a elaborar estratégias que garantissem alguma forma de presença e de prestar homenagens à efeméride. Os gestos de simpatia e cordialidade foram comuns entre os países convidados a participar das comemorações, mas, no caso da Alemanha, assumiram significado especial devido à ruptura diplomática com o Brasil em razão da guerra e das questões ainda pendentes entre os dois países nas negociações do Tratado de Paz. Além disso, os alemães procuraram se equiparar e, ao mesmo tempo, neutralizar, os esforços massivos feitos pelos franceses no sentido de reforçar os fortes vínculos com o Brasil, sobretudo no terreno cultural. Eles haviam saído à frente na organização de agências, políticas e estratégias de diplomacia cultural, as quais contaram com o engajamento de professores universitários e de organizações acadêmicas.

Assim, a diplomacia francesa atuou como principal modelo e, ao mesmo tempo, como antagonista maior da política cultural externa que os alemães estruturaram depois da Primeira Guerra em resposta às circunstâncias inauguradas com as cláusulas de

Versalhes. A compreensão de como a diplomacia cultural germânica se constituiu historicamente requer uma perspectiva transnacional, já que este processo envolveu conexões, entrecruzamentos e disputas com o que estava ocorrendo do outro lado dos limites reconfigurados do território alemão.

As festividades do Centenário da Independência do Brasil representam um caso particularmente oportuno para vislumbrarmos o papel dessas disputas na elaboração das estratégias da política cultural alemã. Elas testemunham a posição que os alemães conferiram às ciências e principalmente à medicina como pontas de lança das investidas endereçadas ao exterior. Dessa forma procuraram corresponder às demandas dos “alvos” de tais investidas – as elites intelectuais, políticas e econômicas estrangeiras – que se utilizaram estrategicamente dessas disputas por nichos de influência cultural para fazer avançar seus próprios objetivos. Aproveitaram-se do prestígio que as ciências e a tecnologia alemãs desfrutavam internacionalmente e que se manteve, mesmo com as cicatrizes da guerra.

As iniciativas concebidas entre os alemães para se fazerem presentes entre os participantes do Centenário trafegaram por limites estreitos. As homenagens não poderiam ser materialmente expressivas, pelas restrições financeiras. Ao mesmo tempo, as feridas da guerra ainda estavam abertas, principalmente entre as colônias de alemães e teuto-brasileiros que haviam passado por episódios turbulentos depois de o Brasil ter rompido relações diplomáticas com a Alemanha e entrado no conflito ao lado dos Aliados. Tais grupos não se mostraram dispostos a gestos muito enlevados de congratulações pela data festiva. Havia ainda a irritação entre setores políticos alemães com a forma como o Brasil procedia na exigência das reparações de guerra e de como se posicionava contrário aos interesses alemães em fóruns como a Liga das Nações. Para esses setores, as homenagens deveriam se restringir ao mínimo necessário, sem efusividades demasiadas que poderiam insinuar uma satisfação com a postura brasileira nas negociações de Versalhes.

O Departamento Político da chancelaria alemã foi o principal representante desse posicionamento.

Ganha vulto, nesse contexto, a figura do representante alemão no Rio, Georg Plehn, que optou por uma atitude pragmática, persuadido de que a Alemanha não podia se ausentar das comemorações, ainda mais diante das várias ações tomadas pelos demais países, principalmente a França. Ele acompanhou de perto as movimentações dos franceses as quais reportou minuciosamente a Berlim. Relatou, por exemplo, a criação do Instituto Franco-Brasileiro de Alta Cultura. Intelectuais alemães que visitaram o Brasil na ocasião instaram que o governo alemão tomasse iniciativa semelhante. A Sociedade dos Amigos da Cultura Germânica, uma iniciativa que partiu de "luso-" e "teuto-" brasileiros, e incluiu alemães residentes no Brasil, despontou como uma possibilidade de atuar de forma análoga ao instituto francês, mas na prática não funcionou tão ativamente.

A publicação da obra *O Brasil e a Alemanha*, por iniciativa do publicista, teólogo e escritor Alfred Funke, engajou setores envolvidos na aproximação econômica, política e cultural entre os dois países, como o coronel Gaelzer Netto. A editora que publicou o livro foi organizada para promover a circulação de obras entre a Alemanha e a América Latina. A iniciativa editorial foi claramente mobilizada para compensar a ausência da Alemanha entre os países expositores no Centenário. Uma exposição de arte sacra alemã representou outra forma de participação nas festividades, envolvendo outros círculos interessados em fortalecer o papel da Igreja católica e sua doutrina na vida social, política e cultural da República brasileira.

Nota-se, assim, que ao invés de uma ação coesa e concertada, que seguiu diretrizes claras e coerentes do princípio ao fim, a política cultural externa da Alemanha envolveu concepções e estratégias diferentes, muitas vezes conflitantes, defendidas por atores com interesses próprios e distintos espaços de manobra. Ela esbarrou em uma série de obstáculos e implicou a modulação com os

interesses e expectativas dos segmentos mirados como alvos de tais estratégias. O Centenário da Independência do Brasil ilustra de forma clara as negociações necessárias para levar a termo tal política e o lugar que ela passou a ocupar nas relações internacionais do pós-Primeira Guerra. Ao mesmo tempo, fornece uma radiografia das relações entre o Brasil e a Alemanha, em processo gradual de aproximação, proporcionado por interesses de ambas as partes, mas ainda com muitas tensões e desconfianças provenientes do conflito e das negociações de paz. É possível afirmar que os gestos tomados pelos alemães nas comemorações do Centenário contribuíram para que tais relações prosseguissem em termos mais estáveis, no terreno político e econômico, como também cultural, o que não preveniu que outras tensões surgissem entre os dois países no cenário internacional, como ocorreria quatro anos depois, por ocasião da entrada da Alemanha na Liga das Nações.

REFERÊNCIAS

A ALLEMANHA e o nosso Centenário. **A Gazeta**, 9 set. 1922. Anexado em PAAA, Berlim, Akte R 78999.

ALMEIDA, Claudio A. O "romance contemporâneo" na recristianização do Estado brasileiro: "Não desanimar!" de Pedro Sinzig. **Topoi**, v. 16, n. 30, p. 55-77, 2015.

AMANCIO, Talita D. **Um burel a plenos pulmões**: atuação de Frei Pedro Sinzig na educação franciscana e imprensa católica (1900-1920). Dissertação (Mestrado em Educação), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.

ARAÚJO, Rodrigo N. de. Entre doutrina e política: a Missão Militar Francesa e a oficialidade brasileira (1920-1937). **Militares e Política**, n. 5, 2009.

A AUSÊNCIA DA ALLEMANHA. **Boa Noite**, 11 set. 1922.

A COOPARTICIPAÇÃO DA ALLEMANHA na festa do nosso centenário. **O Paiz**, 7 set. 1922. Anexado em PAAA, Berlim, Akte R 78969.

A IMPRENSA ALLEMÃ e o nosso Centenário. **Diário da Tarde**, n. 7313. 27 set. 1922.

A NOVA VISITA de um velho sábio alemão. **O Brasil**, n. 60, p. 2, 9 maio 1922.

ARNDT, Richard T. **The First Resort of Kings**: American cultural diplomacy in the twentieth century. Dulles, Va.: Potomac Books, Inc. 2005.

ARTE RELIGIOSA: a homenagem da Allemanha. **A União**, n. 54, p. 3, 7 jun. 1923.

ARTES E MANHAS DE BERLIM. **Jornal do Commercio**, 26 jun. 1920.

ATIQUE, Fernando. Celebrando (com) "Tio Sam": a Exposição do Centenário da Independência do Brasil e os Estados Unidos. **Pterodáctilo: revista de arte, literatura, lingüística y cultura**, n. 10, 2011.

AUFZEICHNUNG von der Königlich Niederländischen Gesandtschaft, 19 jul. 1920. PAAA, Berlim, Akte R 78999.

AUFZEICHNUNG der Sitzung, 21 fev. 1922. PAAA, Berlim, Akte R 78969.

AUFZEICHNUNG vom Geh. Rat Will A. A. Richtlinien zur Brasilianischen Jahrhundertfeier, s.d. **Politisches Archiv des Auswärtigen Amts** (PAAA), Berlim, Akte R 78969.

AUSWÄRTIGES AMT. Auswärtiges Amt a Rosen Haag, 5 maio 1920. PAAA, Berlim, Akte R 78932.

AUSWÄRTIGES AMT. Auswärtiges Amt an das Ausstellungs- und Messeamt der Deutschen Industrie, 14 dez. 1921. PAAA, Berlim, Akte R 78969.

AUSWÄRTIGES AMT. Auswärtiges Amt an den deutschen Gesandten Herrn Plehn, 27 jul. 1922. PAAA, Berlim, Akte R 78969.

AUSWÄRTIGES AMT. Auswärtiges Amt an der Deutschen Botschaft Paris, 8 maio 1922. PAAA, Berlim, Akte R 78969.

AUSWÄRTIGES AMT. Auswärtiges Amt an die deutsche Gesandtschaft, 3 mar. 1922. PAAA, Berlim, Akte R 78932.

AUSWÄRTIGES AMT. Auswärtiges Amt an Herrn Plehn (Gesandtschaft Rio de Janeiro), 28 fev. 1922, PAAA, Berlim, Akte R 79004.

AUSWÄRTIGES AMT. Auswärtiges Amt an Herrn V. L. R. Will, 18 fev. 1922. PAAA, Berlim, Akte R 78969.

AUSWÄRTIGES AMT. Abt. I und III zur gefl. Kenntnis und weiteren Veranlassung, 20 jan. 1922. PAAA, Berlim, R 78969.

AUSWÄRTIGES AMT. Auswärtiges Amt an die Deutsche Gesandtschaft Rio de Janeiro, 13 jan. 1922. PAAA, Berlim, Akte R 78969.

AUSWÄRTIGES AMT. Auswärtiges Amt an Herrn von Erckert (Gesandtschaft Santiago), s.d., PAAA, Berlim, Akte R 79004.

AUSWÄRTIGES AMT. Auswärtiges Amt an Herrn Pauli (Gesandtschaft Buenos Aires) s.d.-a, PAAA, Berlim, Akte R 79004.

AUSWÄRTIGES AMT. Berlin VI B, 12800/23, s.d.-b, PAAA, Berlim, Akte R 60445.

AUSWÄRTIGES AMT. São Paulo (Brasilien) VI B, 13943/22, s.d.-c, PAAA, Berlim, Akte R 60445.

AUSWÄRTIGES AMT. Rio de Janeiro (Brasilien) VII B, 228/22, s.d.-d, PAAA, Berlim, Akte R 60445.

AUSZUG gez. Eckert, 15 jun. 1920. PAAA, Berlim, Akte R 78977.

AZZI, Riolando. O início da Restauração católica no Brasil, 1920-1930. **Síntese**, v. 4, n. 11, p. 61-89. 1977.

BACKHEUSER, E. Sociedade Brasileira de Amigos da Cultura Germânica. 10 nov. 1922. Anexado em PAAA, Berlim, Akte R 65373. (Texto datilografado)

BARBUY, Heloísa. **A Exposição Universal de 1889 em Paris**: visão e representação na sociedade industrial. São Paulo: Loyola. 1999.

BELLINTANI, Adriana I. **O Exército brasileiro e a Missão Militar Francesa**. Tese de (Doutorado em História), Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

BENCHIMOL, Jaime L. O Brasil e o mundo germânico na medicina e saúde pública (1850-1918): uma história a voos de pássaro. **História**, São Paulo, v. 32, n. 2, p. 105-138, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-90742013000200007>.

BISPO, A. A. "O Brasil e a Alemanha" (1923) como marco de uma nova era das relações. Gaelzer Netto (1874-1954), propaganda do Brasil na Europa sob Epitácio Pessoa (1865-1942) e a autoconsciência teuto-brasileira como expressão de processos culturais. **Revista Brasil-Europa - Correspondência Euro-Brasileira**, v. 141, n. 3, 2013. Disponível em: <http://revista.brasil-europa.eu/141/Brasil-Alemanha-1923.html>. Acesso em: 28 ago. 2022.

BOCKETTI, Gregg. **Claiming Brazil**: performances of citizenship in the centenary of Independence. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2022.

BOMENY, Helena. Década de 1920 e os desafios da educação. *In*: FERREIRA, Marieta M. (coord.) **1922: o passado no presente**: permanências e transformações. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2022. p. 81-103.

BÖRSENVEREIN der deutschen Buchhändler zu Leipzig an das Auswärtige Amt, 10 fev. 1923. PAAA, Berlim, Akte R 65373.

BRAHM, Felix. **Die Lateinamerika-Beziehungen des Hamburger Tropeninstituts 1900-1945**. Magisterarbeit (Geschichte), Universität Hamburg, Hamburg, 2002.

BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. **Relatório do Ministério das Relações Exteriores, 1919-1920**. Rio de Janeiro: MRE, 1920. Disponível em: http://www.funag.gov.br/chdd/images/Relatorios/Relatorio_1919-1920.pdf Acesso em: 27 out. 2022.

BRASIL, Ministério da Justiça e Negócios Interiores. **Exposição Internacional do Centenário, Rio de Janeiro – 1922-1923 – Relatório dos trabalhos.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1926. 2 v.

BRASIL-ALLEMANHA: um livro comemorativo do nosso centenário. **O Jornal**, 24 junho 1922, p. 5.

CARETA, ano XIII, n. 652, 18 dez. 1920.

CENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA: um valioso donativo à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. **Jornal do Commercio**, 31 maio 1922.

CHEGADA DE PLEHN ao Rio, **Gazeta de Notícias**, p. 3, 14 dez. 1920.

CONSOLIM, Márcia. Circulação de intelectuais e recepção das novas ciências do homem francesas no Brasil: 1908-1932. **Tempo Social**, v. 33, n. 1, p. 17-51, 53, 2021.

CRAWFORD, Elisabeth. **Nationalism and internationalism in science, 1880-1939:** four studies of the Nobel population. New York: Cambridge University Press, 1992.

CRUZ, Osmir A. **Por entre as obras de frei Pedro Sinzig:** potencialidades para a história da educação do corpo (1889-1920). Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade de São Francisco, Itatiba (SP), 2014.

DAVID-FOX, Michael. **Showcasing the Great Experiment:** cultural diplomacy and the Western visitors to Soviet Russia, 1921-1941. New York: Oxford University Press, 2011.

DEUTSCH-BRASILIANISCHER HANDELSVERBAND an das Auswärtiges Amts, s.d. PAAA, Berlim, Akte R 78969.

DEUTSCHE BOTSCHAFT Paris an das Auswärtiges Amt, 26 jul. 1922. PAAA, Berlim, Akte R 78969.

DEUTSCHE BOTSCHAFT Washington D.C. an das Auswärtiges Amt, 20 jul. 1922. PAAA, Berlim, Akte R 78969.

DEUTSCHE GESANDTSCHAFT Rio an das Auswärtiges Amt, 27 dez. 1920. PAAA, Berlim, Akte R 78999.

DEUTSCHE GESANDTSCHAFT Rio an das Auswärtiges Amt, 19 jul. 1920. PAAA, Berlim, Akte R 78999.

DEUTSCHE GESANDTSCHAFT Rio an das Auswärtiges Amt, 8 jan. 1921. PAAA, Berlim, Akte R 78999.

DEUTSCHE GESANDTSCHAFT Rio an das Auswärtiges Amt, 15 fev. 1921. PAAA, Berlim, Akte R 78999.

DEUTSCHE GESANDTSCHAFT Rio an das Auswärtiges Amt, 30 set. 1921. PAAA, Berlim, Akte R 78932.

DEUTSCHE GESANDTSCHAFT Rio an das Auswärtiges Amt, 5 out. 1921. PAAA, Berlim, Akte R 78969.

DEUTSCHE GESANDTSCHAFT Rio an das Auswärtiges Amt, 20 dez. 1921. PAAA, Berlim, Akte R 65370.

DEUTSCHE GESANDTSCHAFT Rio an das Auswärtiges Amt, 10 jan. 1922 (Durschlag). Berlim, PAAA, Berlim, Akte R 78999.

DEUTSCHE GESANDTSCHAFT Rio an das Auswärtiges Amt, 12 jan. 1922. PAAA, Berlim, Akte R 78932.

DEUTSCHE GESANDTSCHAFT Rio an das Auswärtiges Amt, 6 fev. 1922. PAAA, Berlim, Akte R 78969.

DEUTSCHE GESANDTSCHAFT Rio an das Auswärtiges Amt, 9 fev. 1922. PAAA, Berlim, Akte R 79004.

DEUTSCHE GESANDTSCHAFT Buenos Aires an das Auswärtiges Amt, 15 fev. 1922. PAAA, Berlim, Akte R 79004.

DEUTSCHE GESANDTSCHAFT Buenos Aires an das Auswärtiges Amt, 5 abr. 1922. PAAA, Akte R 60445.

DEUTSCHE GESANDTSCHAFT Rio an das Auswärtiges Amt, 14 abr. 1922. PAAA, Berlim, Akte R 79004.

DEUTSCHE GESANDTSCHAFT Mexico an das Auswärtiges Amt, 4 ago. 1922. PAAA, Berlim, Akte R 78969.

DEUTSCHE GESANDTSCHAFT Rio an das Auswärtiges Amt, 14 ago. 1922. PAAA, Berlim, Akte R 64689.

DEUTSCHE GESANDTSCHAFT Rio an das Auswärtiges Amt, 8 set. 1922. PAAA, Berlim, Akte R 78969.

DEUTSCHE GESANDTSCHAFT Rio an das Auswärtiges Amt, 16 set. 1922. PAAA, Berlim, Akte R 78969.

DEUTSCHE GESANDTSCHAFT Rio an das Auswärtiges Amt, 17 set. 1922. PAAA, Berlim, Akte R 78969.

DEUTSCHE GESANDTSCHAFT Rio an das Auswärtiges Amt, 20 set. 1922. PAAA, Berlim, Akte R 65373.

DEUTSCHE GESANDTSCHAFT Rio an das Auswärtiges Amt, 4 out. 1922. Berlim, PAAA, Berlim, Akte R 78969.

DEUTSCHE GESANDTSCHAFT Rio an das Auswärtiges Amt, 8 out. 1922. PAAA, Berlim, Akte R 78969.

DEUTSCHE GESANDTSCHAFT Rio an das Auswärtiges Amt, 14 out. 1922. PAAA, Berlim, Akte R 78928.

DEUTSCHE GESANDTSCHAFT Rio an das Auswärtiges Amt, 28 out. 1922. PAAA, Berlim, Akte R 78969.

DEUTSCHE GESANDTSCHAFT Rio an das Auswärtiges Amt, 30 out. 1922. PAAA, Berlim, Akte R 65373.

DEUTSCHE GESANDTSCHAFT Rio an das Auswärtiges Amt, 14 nov. 1922. PAAA, Berlim, Akte R 64689.

DEUTSCHE GESANDTSCHAFT Rio an das Auswärtiges Amt, 21 nov. 1922. PAAA, Berlim, Akte R 60445.

DEUTSCHE GESANDTSCHAFT Rio an das Auswärtiges Amt, 23 nov. 1922. PAAA, Berlim, Akte R 78969.

DEUTSCHE GESANDTSCHAFT Rio an das Auswärtiges Amt, 1 abr. 1923. PAAA, Berlim, Akte R 78932.

DEUTSCHE GESANDTSCHAFT Rio an das Auswärtiges Amt, 23 abr. 1923. PAAA, Berlim, Akte R 78969.

DEUTSCHE GESANDTSCHAFT Rio an das Auswärtiges Amt, 2 maio 1923. PAAA, Berlim, Akte R 65373.

DEUTSCHE GESANDTSCHAFT Rio an das Auswärtiges Amt, 30 jun. 1923. PAAA, Berlim, Akte R 78969.

DEUTSCHES KONSULAT in Porto Alegre an das Auswärtiges Amt, 8 out. 1921. PAAA, Berlim, Akte PAAA 78999.

DEUTSCHES KONSULAT in São Paulo an das Auswärtiges Amt, 9 out. 1922. PAAA, Berlim, Akte PAAA 64682.

DIVERSAS NOTÍCIAS. **Jornal do Commercio**, 25 abr. 1922.

DÜWELL, Kurt. **Deutschlands auswärtige Kulturpolitik, 1918-1932**: Grundlinien und Dokumente. Köln: Bohlau, 1976.

EBERT, Friedrich. Friederich Ebert, an den Herrn Präsidenten der Vereinigten Staaten von Brasilien, 29 jul. 1922. PAAA, Berlim, Akte R 78969.

ECKART, Wolfgang. **Medizin und Kolonialimperialismus**: Deutschland, 1884-1945. München: Ferdinand Schöningh, 1997.

ESTATUTOS da Sociedade Brasileira de Amigos da Cultura Germânica. Rio de Janeiro, 1922. Anexo em PAAA, Berlim, Akte R. 65373.

ESTATUTOS do Instituto Teuto-Brasileiro de Alta Cultura. Rio de Janeiro: Niemeyer, 1930.

EVANS, Heidi J. S. "The Path to Freedom"? Transocean and German Wireless Telegraphy, 1914-1922, **Historical Social Research/ Historische Sozialforschung**, v. 35, n. 1 (131), 2010, pp. 209-233.

EXPOSIÇÃO DE ARTE Religiosa Alemã: a inauguração, hoje, desse certâmen no Palacio das Festas. **O Imparcial**, ano XI, p. 1, 2 jun. 1923.

EXPOSIÇÃO INTERNACIONAL do Centenário. **O Malho**, n. 1082, 9 jun. 1923.

FERNANDES, E. **Guilherme Gaelzer Netto (1874-1959)**: o Kaiser dos Trópicos. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

FERREIRA, Marieta M. (coord.) **1922: o passado no presente**: permanências e transformações. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2022a.

FERREIRA, Marieta M. Sucessão presidencial e crise política em 1922. *In*: FERREIRA, Marieta M. (coord.) **1922: o passado no presente**: permanências e transformações. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2022b. p. 13-31.

FLACHSSBART, G. O comércio teuto-brasileiro, 1822-1922. *In*: FUNKE, Alfred. **O Brasil e a Alemanha 1822-1922**. Berlim: Editora Internacional, 1923. p. 73-85.

FONSECA, Anna C. C. **A música na Exposição Internacional do Centenário da Independência**: memória e modernidade. Tese (Doutorado em História das Ciências, das Técnicas e Epistemologia), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

FORMAN, P. Scientific internationalism and the Weimar physicists: The ideology and its manipulation in Germany after World War I. *Isis*, v. 64, n. 2, p. 151-180, 1973.

FUNKE, Alfred. **O Brasil e a Alemanha, 1822-1922**. Berlim: Editora Internacional, 1923.

GAELZER NETTO, G. A expansão econômica do Brasil na Europa Central. *In*: FUNKE, Alfred. **O Brasil e a Alemanha, 1822-1922**. Berlim: Editora Internacional, 1923.

GARCIA, Eugênio V. **Entre América e Europa**: a política externa brasileira na década de 1920. Brasília: Editora da Universidade de Brasília; Funag, 2006.

GERTZ, René E. **O perigo alemão**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1991.

GERTZ, René E. O pastor que visitava Borges de Medeiros. *In*: Congresso Internacional de Estudos Ibero-Americanos, 8, 2011, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: PUC-RS, 2011. Disponível em: <https://www.renegertz.com/noticias/17-outros-textos/textos/68-funke%20>. Acesso em: 20 ago. 2022.

GIENOW-HECHT, Jessica C. E.; DONFRIED, Mark C. The model of cultural diplomacy: Power, distance, and the promise of civil society. *In*: GIENOW-HECHT, Jessica C. E.; DONFRIED, Mark C. (eds.). **Searching for a cultural diplomacy**. New York: Berghahn Books, 2010. p. 3-12.

GOFF, Patrícia. Cultural diplomacy. *In*: COOPER, Andrew F.; REINE, Jorge; THAKUR, Ramesh (eds.) **The Oxford Handbook of Modern Diplomacy**. New York: Oxford University Press, 2013. p. 419-435.

GOMES, Flávio S. Dos "negros modernos": sobre personagens, debates e experiências ausentes, c. 1920, São Paulo. *In*: FERREIRA, Marieta M. (coord.) **1922: o passado no presente**: permanências e transformações. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2022. p. 183-205.

GUIMARÃES, Valéria dos S. A imprensa francófona no Brasil: circulação transnacional e cultura midiática nos séculos XIX e XX. **História**, São Paulo, v. 38, 2019, e2019023.

HEHL, Walter E. Rio de Janeiro de hoje. In FUNKE, Alfred. (Ed.). **O Brasil e a Alemanha: 1822-1922**, Berlim: Editora Internacional, 1923, pp. 157-160

HEIZER, Alda Lucia. **Observar o céu e medir a Terra**. Instrumentos científicos e a participação do Império do Brasil na Exposição de Paris de 1889. Tese (Doutorado em Ciências), Universidade de Campinas. Campinas, 2005.

HOBBSBAWN, Eric. **A Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOCHMAN, Gilberto. Depois de uma pandemia: a saúde pública no Brasil dos anos 1920. FERREIRA, Marieta M. (coord.) **1922: o passado no presente: permanências e transformações**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2022. p. 145-163.

HULVERSCHEIDT, Marion. German Malaria Experiments with Humans, Supported by the DFG Until 1945. In ECKART, W. U. (Ed.) **Man, Medicine, and the State: The Human Body as an Object of Government Sponsored Medical Research in the 20th Century**. Beiträge zur Geschichte der Deutschen Forschungsgemeinschaft Volume 2. Ed. Wolfgang Uwe Eckhart. Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 2006. pp. 221-236.

IBERO-AMERIKANISCHES INSTITUT an das Auswärtiges Amt, 5 dez. 1922. PAAA, Berlim, Akte R 64682.

IMPEKOVEN, Holger. **Die Alexander-von-Humboldt-Stiftung und das Ausländerstudium in Deutschland, 1925-1945**. Von der "geräuschlosen Propaganda" zur Ausbildung der "geistigen Wehr des Neuen Europa". Göttingen: V&R, 2013.

INSEL VERLAG an das Auswärtige Amt, 17 fev. 1923. PAAA, Berlim, Akte R 65373.

IRIYE, Akira. **Cultural internationalism and world order**. Baltimore: John Hopkins University Press, 1997.

KNIPPING, H. Mittel für Kulturpolitische Zwecke in Brasilien. 25 mar. 1927. PAAA, Berlim, Akte R 79004.

KROPF, Simone P.; SÁ, Dominichi M. de. O valor social da ciência e o debate sobre a nação na década de 1920. In: FERREIRA, Marieta M. (coord.) **1922: o passado no presente: permanências e transformações**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2022. p. 105-125.

LACAZ, Carlos S. **Vultos da Medicina Brasileira**. São Paulo: Pfizer, 1966.

LAITENBERGER, Volkhardt. **Akademischer Austausch und auswärtige Kulturpolitik**. Der Deutsche Akademische Austauschdienst (DAAD), 1923-1945. Göttingen: Musterschmidt, 1976.

LEMOS NETTO, N. J. P. Lemos Netto a Fritz Munk, 18 jun. 1923. PAAA, Berlim, Akte R 65370.

LEMOS, Thiago T. **Desejos de modernidade: o Exército Brasileiro e a Missão Militar Francesa de Instrução (1917-1927)**. Tese (Doutorado em História), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.

LEONHARDT, Eduard. Bericht über das Buchwesen. An der deutsche Gesandtschaft, 20 ago. 1921. PAAA, Berlin, Akte R 65370.

LESSA, Mônica Leite. A Aliança Francesa no Brasil: política oficial de influência cultural (1889-1930). **Clio, série História do Nordeste (UFPE)**, v. 17, p. 115-134, 1998.

LESSA, Mônica Leite. A diplomacia cultural francesa e o Centenário da independência do Brasil. **Revista da SBPH**, v. 20, n. 20, p. 55-64, 2001.

LESSA, Mônica L.; SUPPO, Hugo R. (orgs.). **A quarta dimensão das relações internacionais: a dimensão cultural**. Rio de Janeiro: Contracapa, 2012.

LEVY, Ruth. **A Exposição do Centenário e o meio arquitetônico carioca no início dos anos 1920**. Rio de Janeiro: Editora da EBA/UFRJ, 2010.

LIMA, Fernanda T. **Sertão à beira-mar: espaços das secas na Exposição Internacional do Centenário da Independência**. Dissertação (Mestrado em História, Política e Bens Culturais), Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2021.

LOPES, Maria Margaret. Comemorações da Independência: a história ocupa o lugar das ciências naturais no Museu Paulista, Brasil. **L'Ordinaire des Amériques**, n. 212, 2010.

LUEBKE, Frederick C. **Germans in Brazil: a Comparative History of Cultural Conflict During World War I**. Baton Rouge and London: Louisiana State University Press, 1987.

LUETHY, F. Professor Max Nonne (1861-1959). **Schweiz Archives of Neurology and Neurochirurgic Psychiatry**, n. 87, p. 314-315, 1961.

LUNA, Cristina M. A. **O desenvolvimento do exército e as relações militares entre Brasil e Alemanha**. Tese (Doutorado em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, 2011.

LYONS, Maryinez. *The colonial disease: a social history of sleeping sickness in northern Zaire, 1900-1940*. New York: Cambridge University Press, 1992.

MADEIRA, D. Impressões e reflexões (de uma viagem à Alemanha). **Brazil-Médico**, ano 36, v. II, n. 29, p. 192-193, 1922.

MAGALHÃES, Marionilde Brepohl de. **Pangermanismo e nazismo: a trajetória alemã rumo ao Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp; Fapesp, 1998.

MARTINIÈRE, Guy. **Aspects de la coopération franco-brésilienne**: Transplantation culturelle et stratégie de la modernité. Grenoble; Paris: Presses Universitaires de Grenoble; Ed. de la Maison des Sciences de L'Homme, 1982.

MARTIN, Benjamin G.; PILLER, Elizabeth. Cultural Diplomacy and Europe's Twenty Years' Crisis, 1919-1939: Introduction. **Contemporary European History**, 30, p. 149-163, 2021.

MELO, Hildete P.; THOMÉ, Débora. Um olhar de gênero nas comemorações da Independência do Brasil: 1922-2022. *In*: FERREIRA, Marieta M. (coord.). **1922: o passado no presente**: permanências e transformações. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2022. p. 165-181.

MENESES, Gerson G. L. **Festas e forças profundas na comemoração do primeiro centenário da independência na América Latina**: estudos comparativos entre Colômbia, Brasil, Chile e Argentina. Tese (Doutorado em História), Universidade de Brasília, Brasília, 2000.

MENESES, Gerson G. L. Brasil no I Centenário da Independência, 1922: relações internacionais com o Vaticano e cultura lusa como mecanismo de unidade nacional. **História na Fronteira**, v. 3, n. 3, p. 7-21, 2010.

MICHELS, Eckart. **Von der deutschen Akademie zum Goethe Institut**: Sprach- und auswärtige Kulturpolitik. 1923-1960. München: R. Oldenburg, 2005.

MORETTIN, Eduardo. O cinema e a Exposição Internacional do Centenário da Independência do Brasil. **Artcultura**, v. 8, n. 13, p. 189-201, 2007.

MOTTA, Marly Silva da. **A nação faz 100 anos**: a questão nacional no Centenário da Independência. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1992.

MOTTA, Marly. 1922, o Brasil faz 100 anos: a herança portuguesa em questão. *In*: MOURÃO, Alda; GOMES, Angela de Castro (coords.). **A experiência da Primeira República no Brasil e em Portugal**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014. p. 217-234.

MOTTA, Marly. 1922, o Brasil passado a limpo: herança do passado, escolhas do presente e desenho do futuro. *In*: FERREIRA, Marieta M. (coord.) **1922: o passado no presente: permanências e transformações**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2022. p. 33-51.

MUNK, Fritz. Fritz Munk an das Auswärtiges Amt, 30 jun. 1923. PAAA, Berlim, Akte R 65370.

MUNK E ROCHA LIMA no Centro Acadêmico Oswaldo Cruz, **Jornal do Commercio**, 24 ago. 1922.

MUÑOZ, Pedro. **Clínica, laboratório e eugenia**: uma história transnacional das relações Brasil-Alemanha. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; Editora PUC-Rio, 2018.

NA ESPHERA INTANGÍVEL da sciencia: uma longa palestra noticiosa e crítica do professor Rocha Lima, "A psychologia da Allemanha Republicana" **A Noite**, n. 3787, p. 1, 20 jun. 1922.

NEBELIN, Manfred. **Ludendorff**: Diktator im Ersten Weltkrieg. München: Siedler, 2010.

NEILL, Deborah. J. **Networks in Tropical Medicine**: internationalism, colonialism and the rise of a medical specialty, 1890-1930. Stanford, CA: Stanford University Press, 2012.

NETO, Manuel D. Gamelin, o modernizador do Exército. **Tensões Mundiais**, v. 3, n. 4, p. 219-256, 2007.

NEVES, Margarida. **As vitrines do progresso**. Rio de Janeiro: PUC-Rio; Finep; CNPq, 1986.

NICOLAU, Gisele. A trajetória de Émile Lambert no Rio de Janeiro: sociabilidade, imprensa e negócios. *In*: Encontro Regional de História da ANPUH-PR, 17, 2020. Curitiba. **Anais...** Curitiba: Anpuh-PR, 2020. Disponível em: https://www.encontro2020.pr.anpuh.org/resources/anais/24/anpuh-pr-erh2020/1611865679_ARQUIVO_7eb331d07f6f3b04a69c997e85f586fd.pdf.

NOCHT, Bernhard. "Für das Hamburger Institut für Schiffs- und Tropenkrankheiten" - Vertrauliche Denkschrift, n. 863. Arquivo Histórico do Bernhard-Nocht Institut für Tropenmedizin (BNI), Hamburgo, BNI 352 8/9, Prof. Nocht 1900-1930, Correspondenze V 1920-1921.

NONNE, Max. Impresiones de mi viaje a la América del Sur. **Revista Médica de Hamburgo**, ano VI, n. 3, p. 97-100, 1923.

NOTAS SOCIAES, **Jornal do Brasil**, n. 112, p. 7, 23 abr. 1921.

OLIVEIRA, Denise S. Tempo, fonografia e o ser moderno com a tecnologia na década de 1920. *In*: FERREIRA, Marieta M. (coord.) **1922: o passado no presente**: permanências e transformações. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2022. p. 207-230.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A Questão Nacional na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. O Centenário da Independência: exposição e museus históricos. *In*: FERREIRA, Marieta M. (coord.) **1922: o passado no presente**: permanências e transformações. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2022. p. 53-79.

OPPELT, Ulrike. **Film und Propaganda im Ersten Weltkrieg**. Propaganda als Medienrealität im Aktualitäten- und Dokumentarfilm. Stuttgart: Steiner, 2002. (Beiträge zur Kommunikationsgeschichte, v. 10)

O SR. MINISTRO Georg Plehn visitou hontem as autoridades estaduaes. **Diario da Manhã**, 11 set. 1923.

PAULI. Ges. Pauli na Herrn VL.R. Will, 2 fev. 1922 (Auszug). PAAA, Berlim, Akte R 79004.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Exposições universais: espetáculos da modernidade do século XIX**. São Paulo: Hucitec, 1997.

PETITJEAN, Patrick. Ciências, Impérios, Relações Científicas Franco-brasileiras. *In*: Hamburguer, Amelia I., Dantes, Maria A., Paty, Michel & Petitjean, Patrick (Orgs.). **A Ciência nas Relações Brasil-França (1850-1950)**. São Paulo: Edusp, 1996, pp. 25-39. 1996.

PILLER, Elisabeth M. The Transatlantic dynamics of European cultural diplomacy: Germany, France and the Battle for US affections in the 1920s. **Contemporary European History**, n. 30, p. 248-264, 2021.

PLEHN, Georg. Georg Plehn an Bobrik, 22 ago. 1921 (Auszug). PAAA, Berlim, Akte R. 78969.

PLEHN, Georg. Georg Plehn an Bobrik, 13 jan. 1922. PAAA, Berlim, Akte R. 78969.

PLEHN, Georg. Georg Plehn an Bobrik, 21 jan. 1922 (Auszug). PAAA, Berlim, Akte R. 78932.

PLEHN, Georg. Georg Plehn an Bobrik, 7 maio 1922. PAAA, Berlim, Akte R. 78969.

PORTO, Angela; SANGLARD, Gisele; FONSECA, Maria Rachel Fróes da; COSTA, Renato da Gama Rosa. **História da saúde no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

PROFESSOR FEDOR KRAUSE: a recepção na Faculdade de Medicina – Almoço. **Jornal do Commercio**, 13 jun. 1920.

PROFESSOR FEDOR KRAUSE. **Jornal do Commercio**, 28 maio 1922.

PROFESSOR FEDOR KRAUSE: o seu embarque hoje para o Sul. **O Brasil**, n. 124, p. 8, 23 jul. 1922.

PROFESSOR MAX NONNE: a sua recepção na Faculdade de Medicina. **Jornal do Commercio**, 20 ago. 1922.

RECEPÇÃO DO PROFESSOR KRAUSE: mensagem das Universidades Allemãs. **Jornal do Commercio**, 20 maio 1922.

REESE, H. H. Max Nonne, M. D., 1860-1959. **Archives of Neurology**, v. 3, n. 5, p. 610-611, 1960.

REZENDE, Livia. The artifice of nature and the naturalisation of the State at the 1922 Rio de Janeiro International Exhibition. In: FILIPOVA, M. (ed.). **Cultures of International Exhibitions, 1840-1940: Great Exhibitions in the margins**. London: Ashgate, 2015. p. 163-182.

RIBEIRO, Fernanda de A. **A Exposição Internacional do Centenário da Independência de 1922: processo de modernização e legado para a cidade do Rio de Janeiro**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

RINKE, Stefan. H. **Der letzte freie Kontinent: Deutsche Lateinamerikapolitik im Zeichen transnationaler Beziehungen, 1918-1933**. Stuttgart: Heinz, 1996.

RINKE, Stefan. “Auslandsdeutsche” no Brasil (1918-1933): nova emigração e mudança de identidades. **Espaço Plural**, ano IX, n. 19, p. 39-48, 2008.

ROCHA LIMA, Henrique da. Telegrama sobre a visita de Munk ao Brasil em 1922, 15 fev. 1923, PAAA. (manuscrito).

ROESLER, Rafael. A formação do oficial do exército brasileiro no início do século XX: a Missão Indígena na Escola Militar do Realengo (1919-1923). **Navegador**, Rio de Janeiro, v. 12, p. 73-85, 2016.

ROLIM, Marlom Silva; SÁ, Magali Romero. A política de difusão do germanismo por intermédio dos periódicos da Bayer: a “Revista Terapêutica” e “O Farmacêutico Brasileiro”. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 159-179, 2013.

SÁ, Magali R. The Tropical Medicine in Brazil: The discovery of "Trypanosoma cruzi" by Carlos Chagas and the German School of Protozoology. **Parassitologia**, Roma, v. 47, p. 309-317, 2005.

SÁ, Magali Romero; BENCHIMOL, Jaime; KROPF, Simone P.; VIANA, Larissa M.; SILVA, André Felipe C. Medicina, ciência e poder: as relações entre França, Alemanha e Brasil no período de 1919 a 1942. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 247-261, 2009.

SÁ, Magali Romero; SILVA, André Felipe C. La "Revista Médica de Hamburgo" y la "Revista Médica Germano-Ibero-Americana": Diseminación de la medicina germánica en España y América Latina (1920-1933). **Asclepio**, Madrid, v. LXII, p. 7-34, 2010.

SÁ, Magali Romero; VIANA, Larissa Moreira. La science médicale entre la France et le Brésil: stratégies d'échange scientifique dans la période de l'entre-deux guerres. **Cahiers des Amériques Latines**, Paris, v. 65, p. 65-88, 2010.

SANGENIS, Anabelle L. C. C.; SANGENIS, Luiz Fernando C. "Quais maçãs de faces rosadas": frei Pedro Sinzig e educação censória na formação do público leitor brasileiro. **Aleph**, n. 20, p. 76-101, 2013.

SANJAD, Nelson. Exposições internacionais: uma abordagem historiográfica a partir da América Latina. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 3, p. 785-826, 2017.

SANT'ANA, Thais Rezende da Silva de. **A Exposição Internacional do Centenário da Independência**: modernidade e política no Rio de Janeiro do início dos anos 1920. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

SANTOMAURO, Fernando. De Brasil to Brazil: a política cultural como instrumento de poder: os casos de França e Estados Unidos no Brasil na primeira metade do século XX. In: LESSA, Mônica; SUPPO, Hugo R. (orgs.). **A quarta dimensão das relações internacionais**: a dimensão cultural. Rio de Janeiro: Contracapa, 2012. p. 211-240.

SANTOS, Araci Alves. **Terra Encantada**: a ciência na Exposição do Centenário da Independência do Brasil. Dissertação (Mestrado em História das Ciências, das Técnicas e Epistemologia), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

SCHILLING, Claus. Claus Schilling a Carlos Chagas, 1922. Fundo Carlos Chagas, DAD/COC/Fiocruz. Rio de Janeiro, 1922.

SCHULZE, Frederik. **Auslandsdeutschum** in Brazil (1919-1941): global discourses and local histories. **German History**, v. 33, n. 3, p. 405-422, 2015.

SCHUSTER, Sven. História, nação e raça no contexto da Exposição do Centenário em 1922. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 21, n.1, p. 121-134, 2014.

SCHROEDER-GUDEHUS, Brigitte. **Les scientifiques et la paix**: la communauté scientifique internationale pendant les années vingt. Montreal: Presses de l'Université de Montréal. 1978.

SEYFERTH, Giralda. A identidade teuto-brasileira numa perspectiva histórica. In: MAUCH, Cláudia; VASCONCELLOS, Naira (orgs.). **Os alemães no Sul do Brasil**: cultura, etnicidade e história. Canoas: Ulbra, 1994. p. 11-27.

SILVA, André Felipe C. **A trajetória de Henrique da Rocha Lima e as relações Brasil-Alemanha**. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde), Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2011.

SILVA, André Felipe C. The "scientist-diplomat": Henrique da Rocha Lima and German-Brazilian Relations (1919-1927). **Jahrbuch für Geschichte Lateinamerikas/ Anuario de Historia de América Latina**, v. 50, p. 261-288, 2013.

SOCIEDADE DE AMIGOS DA ALLEMANHA. **Deutsche Zeitung**, 30 ago. 1922. Anexado em PAAA, Berlim, Akte R 65373.

SOCIEDADE DE MEDICINA e Cirurgia do Rio de Janeiro: conferência do Professor Krause. **Jornal do Commercio**, 16 jun. 1922.

SOLOMON, Susan Gross (ed.). **Doing medicine together**: Germany and Russia between the wars. Toronto: University of Toronto Press, 2006.

SOUZA, Letícia Pumar Alves de. **A ciência e seus fins**: internacionalismo, universalismo e autonomia na trajetória do fisiologista Miguel Ozório de Almeida (1890-1953). Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde), Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2015.

SUPPO, Hugo R. A política cultural da França no Brasil entre 1920 e 1940: o direito e o avesso das missões universitárias. **Revista de História**, v. 142-143, p. 309-345, p. 309-345, 2000.

TENORIO, Mauricio. A tropical Cuauhtemoc: celebrating the cosmic race at the Guanabara Bay. **Anales del Instituto de Investigaciones Estéticas**, n. 65, p. 93-137, 1994.

TÓPICOS & NOTÍCIAS. **Correio da Manhã**, p. 2, 10 set. 1922.

TROMMLER, Frank. **Kulturmacht ohne Kompass**: Deutsche auswärtige Kulturbeziehungen im 20. Jahrhundert. Köln: Böhlau, 2014.

ÜBERSETZUNG Universität Rio de Janeiro, am 27 nov. 1922. PAAA, Berlim, Akte R 78928.

URBAN, Jens. **Die lateinamerikanischen Studierenden an der Universität Hamburg 1919- 1970** Hamburg: Institut für Iberoamerika-Kunde, 2005. (Beiträge zur Lateinamerikaforschung, v. 5)

VIDEIRA, Augusto P. Ciência e universidade no Rio de Janeiro na década de 1920. /n: FERREIRA, Marieta M. (coord.). **1922: o passado no presente**: permanências e transformações. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2022. p. 127-143.

VINCENTIS, Paulo de. **Pintura histórica no Salão do Centenário da Independência do Brasil**. Dissertação (Mestrado em Estudos Culturais), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

WADSWORTH, James E.; MARKO; Tamera L. Children of the Patria: representations of childhood and welfare state ideologies at the 1922 Rio de Janeiro International Centennial Exposition. **The Americas**, v. 58, n. 1, p. 65-90, 2001.

WALTER DE GRUYTER & CO. an das Auswärtige Amts, 5 fev. 1923. PAAA, Berlim, Akte R 65373.

WEBER, Peter. Ernst Jäckh and the National Internationalism of Interwar Germany. **Contemporary History**, v. 52, n. 3, p. 402-423, 2019. DOI: 10.1017/S0008938919000761.

WEITZ, Eric D. **Weimar Germany**: promise and tragedy. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2009.

WESS, Ludger: Tropenmedizin und Kolonialpolitik: Das Hamburger Institut für Schiffs- und Tropenkrankheiten 1918-1945. **Zeitschrift für Sozialgeschichte des 20. und 21. Jahrhunderts**, n. 4, p. 38-61, 1992.

WESS, Ludger: Menschenversuche und Seuchenpolitik: Zwei unbekannte Kapitel aus der Geschichte der deutschen Tropenmedizin. **Zeitschrift für Sozialgeschichte des 20. und 21. Jahrhunderts**, n. 2, p. 10-50, 1993.

WILL, V. L. R. Vermerk der Politischen Abteilung, 8 fev. 1922, PAAA, Berlim, Akte R 79004.

WILL, V. L. R. Aufzeichnung, 18 fev. 1922, PAAA, Berlim, Akte R 79004.

WILL, V. L. R. Vermerk der Politischen Abteilung, 24 ago. 1922. PAAA, Berlim, Akte R 78969.

WINDSOR, Tara T. "Extended Arm of Reich Foreign Policy"? Literary internationalism, cultural diplomacy and the first German PEN Club in the Weimar Republic.

Contemporary History, v. 30, p. 181-197, 2021.

WULF, Stefan. **Das Hamburger Tropeninstitut, 1919 bis 1945**: auswärtige Kulturpolitik und Kolonialrevisionismus nach Versailles. Hamburg: Reimer, 1994.

WULF, Stefan. The "Revista Médica" project: medical journals as instruments of German foreign cultural policy towards Latin America, 1920-1938. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 181-201, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702013000100010>.

www.pimentacultural.com

A **D**iplomacia
cultural
alemã
e o centenário
da Independência
do Brasil
em 1922